



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI

**INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL
NA COMUNIDADE POMERANA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)**

VITÓRIA (ES)
2023

GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI

**INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL
NA COMUNIDADE POMERANA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, Representação e Informação.

Orientadora: Professora Dr.^a Maira Cristina Grigoletto

VITÓRIA (ES)
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G574i Gobbi, Gabriela de Oliveira, 1992-
Informação, Memória e Patrimônio Cultural na comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES) / Gabriela de Oliveira Gobbi. - 2023.
126 f. : il.

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória. 3. Povo Tradicional Pomerano. 4. Ciência da Informação. 5. Santa Maria de Jetibá.
I. Grigoletto, Maira Cristina. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 001

GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI

**INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NA COMUNIDADE
POMERANA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, Representação e Informação.

[assinatura digital]

Profa. Dra. Maira Cristina Grigoletto
Orientadora

[assinatura digital]

**Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do
Nascimento**
PPGCI/UFES

[assinatura digital]

Profa. Dra. Giulia Crippa
Università di Bologna - UNIBO



Dedico a todos os pomeranos e seus descendentes, especialmente, aqueles que, num verão chuvoso, interromperam seus afazeres para recuperar em suas memórias seus referentes culturais e compartilhar as sutilezas das tradições.

AGRADECIMENTOS

À professora Maira Cristina Grigoletto, por cumprir com excelência nestes dois anos todas as suas atribuições como orientadora. Gratidão pelos diálogos, disponibilidade, amizade, pela oportunidade da realização do estágio docência na disciplina de Patrimônio Cultural no Brasil e pela confiança em meu trabalho.

Às professoras Lucileide Andrade de Lima do Nascimento e Giulia Crippa, por terem aceitado compor tanto a banca de qualificação quanto a banca examinadora de defesa desta pesquisa, contribuindo, acima de tudo, com novas formas historiográficas para investigar o objeto deste estudo.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pelos excelentes oito anos de formação profissional e acadêmica, desde a graduação às pós-graduações *latu e stricto sensu*; aos professores, pelos ensinamentos, sobretudo os do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFES); e também aos servidores técnico-administrativos, pela contribuição no desenvolvimento de atividades, principalmente pelos auxílios nas burocracias institucionais.

Aos meus familiares e amigos, principalmente, à Márcia de Oliveira Gustavo, à Norma Camargo de Paula, ao João Carlos de Paula, ao Carlos Eduardo Gustavo, à Kétylla Gustavo Dalcumune, ao Henrique Gabriel Camargo e à Larissa Rodrigues, pelo apoio, pelo carinho e pela compreensão em meus momentos de ausência.

Ao meu companheiro Luiz Ricardo Meneghetti, pelo amor, pelo companheirismo e pela paciência, desde o processo seletivo para ingresso no programa até o término da dissertação.

Aos meus colegas de classe da terceira turma do PPGCI-UFES, em especial, Viviane Bessa Lopes Alvarenga, pelas parcerias, e Ingrid Lima Euzebio e Abeil Coelho Junior, pelos amparos nos contratempos da vida acadêmica.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Federal do Espírito Santo *campus* Centro-Serrano, pela compreensão da minha dupla jornada, em especial ao professor Felipe Carneiro, amante da Ciência da Informação, que me incentivou, e sobretudo me auxiliou no campo da comunicação científica.

Ao meu orientando de iniciação científica Gean Carlos Schvambach Ponath, por ter embarcado comigo no universo da Bibliografia, contribuindo para a realização do projeto “Repertório das publicações sobre os povos tradicionais pomeranos do Brasil”.

Aos meus parceiros em projetos de editais de fomento à cultura capixaba, Marcello França Furtado e Jessica Dalcomo de Sá, que me fazem a cada “empreitada” enxergar as potencialidades do patrimônio sob a ótica da Arquivologia e da Museologia.

Aos funcionários lotados na Secretaria de Cultura e Turismo do município de Santa Maria de Jetibá (ES) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Superintendência Estadual do Espírito Santo, pela recepção calorosa e pelas informações fornecidas, indispensáveis para o desenvolvimento das análises.

Por fim, mas não menos importante, aos membros da comunidade pomerana, razão desta pesquisa, gratidão pela acolhida em suas residências, pelos cafés típicos pomeranos, pelos sorrisos e pelas memórias compartilhadas.

Obrigada!

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: “Não há mais que ver”, sabia que não era assim. O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, o a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir. E para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já.
(José Saramago, **Viagem a Portugal**)

RESUMO

Esta pesquisa investiga o patrimônio cultural da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES) por meio das narrativas de seus moradores e das políticas públicas de salvaguarda e de fomento à cultura. Ao abordar essa rede de interações, mapeia ações de preservação - públicas e privadas - e identifica os múltiplos sentidos, valores, produções e apropriações do patrimônio local. Constitui a fundamentação teórico-epistemológica com base nas noções de informação, memória, identidade e patrimônio a partir de estudos da Ciência da Informação, História, Antropologia e Sociologia. Define em relação ao caminho metodológico, a pesquisa como de abordagem qualitativa e exploratória-descritiva quanto aos objetivos. Adota como procedimentos operacionalizantes as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Com aporte nas diretrizes e técnicas da História Oral e da etnografia, as entrevistas semiestruturadas permitiram a identificação dos bens culturais junto à comunidade. A partir dos dados coletados, seguiu-se os procedimentos de Laurence Bardin para análise de conteúdo. Demonstra a partir dos resultados a confluência entre as ações de preservação realizadas pelo poder público e os interesses dos moradores locais no tempo presente. Em complemento, emergiram incômodos, desejos por mudanças e proposições que se aproximam de diretrizes da Educação Patrimonial. Com informações apresentadas e discussões realizadas, espera-se colaborar com o fortalecimento do patrimônio cultural da comunidade pomerana e os estudos do campo patrimonial na Ciência da Informação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória. Ciência da Informação. Povo Tradicional Pomerano. Santa Maria de Jetibá.

ABSTRACT

This research investigates the cultural heritage of the Pomeranian community of Santa Maria de Jetibá (ES) through the narratives of its residents and public policies to safeguard and promote culture. By addressing this network of interactions, it maps preservation actions - public and private - and identifies the multiple meanings, values, productions and appropriations of local heritage. It constitutes the theoretical-epistemological foundation based on the notions of information, memory, identity and heritage from studies of Information Science, History, Anthropology and Sociology. Defines in relation to the methodological path, the research as a qualitative and exploratory-descriptive approach regarding the objectives. It adopts bibliographical, documentary and field research as operational procedures. Based on the guidelines and techniques of Oral History and ethnography, the semi-structured interviews allowed the identification of cultural assets in the community. From the data collected, Laurence Bardin's procedures for content analysis were followed. It demonstrates from the results the confluence between the preservation actions carried out by the Public authority and the interests of the local residents in the present time. In addition, annoyances emerged, desires for changes and propositions that approach Heritage Education guidelines. With information presented and discussions held, it is expected to collaborate with the strengthening of the cultural heritage of the Pomeranian community and studies of the heritage field in Information Science.

Keywords: Cultural Heritage. Memory. Information Science. Pomeranian Traditional People. Santa Maria de Jetiba.

RESUM

Dës forschung uunersuigt dai kultural erbnis fon dai pomerisch gemaind in Santa Maria de Jetibá (ES) un anhült sich an dai narrative fon daí lüür wat dár wáne un an dai publik politik wat taum dai kultur schütsen un stärken is. Indem dat dës interatione taugåe, ware uk publik un privat preservationsaktione mapijrt - feel uutdüürunge ware indentifisijrt, wért, produktione un anainung an dai lokal patrimonium erbnis. Dai teoretisch- epistemologisch fundamentation is grundlig basijrt mit dai informatione, erinerung, identitët un patrimonium uut studium un informatione fon Waitenschaft, Geschichte, Antropologi un Sociologi. Definiert de metodische weeg, dai forschung as qualitativ un explorativ-deskriptiv objektive ansatz. Dai oiwarnimt bibliografisch, dokumentarisch un landforschung as operative procedimente. Mit basijrung an dai richtlinje un tekniike fon dai Oral Historie un etnografi, dai halwstruturijrte intervijws häwe möögligkëte geewt for dai indentifisijrung fon dai kulturriijkhët in de gemainschaft. Mit de gesamelte daten, wure Laurence Bardin sin procedimente någåe taum dai inhultsanalyse måken. Dai resultate wijse dai konfluens tüschen dai upende bewårungsaktione un dai interesse fon dai lüür wat dár hüütsendåg wáne. As komplement, kaim uk arger, foräänrungswünsche un propositione taum dai richtlinje fon dai Patrimonium Edukation nåige bringen. Mit de presentijrte informatione un diskussionen, luure un hofe wij dat dai stärkung fon dai kultural erbnis fon dai pomerisch gemainschaft un dai studium fon dai patrimoniumerb in de Informationwaitenschaft t'hooparbëre koine.

Sloitelwöör: Kultural patrimonium. Memorie. Informationwaitenschaft. Pomerisch Traditional Folk. Santa Maria de Jetibá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo.....	50
Figura 2 – Mapa esquemático da antiga Pomerânia.....	53
Figura 3 – Portal da <i>Waiands Huus</i>	69
Figura 4 – Concertina exposta no Museu da Imigração.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileiras de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ES	Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPOLE	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
MCTI	Ministério da Tecnologia e Inovação
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPOG	Ministério do Planejamento e Gestão
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROEPO	Programa de Educação Escolar Pomerana
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VOLB-Pomer	(Vocabulário de Línguas Brasileiras – Pomerano)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAMINHO METODOLÓGICO	21
2.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA	21
2.2 INSTRUMENTOS E MÉTODOS PARA COLETA DE DADOS.....	22
2.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental	22
2.2.2 Pesquisa de campo	25
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	28
2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	29
3 PATRIMÔNIO CULTURAL	32
3.1 NOÇÃO DE PATRIMÔNIO PARA ALÉM DO DISCURSO AUTORIZADO.....	32
3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL EM ITINERÁRIOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..	41
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: CULTURA E PATRIMÔNIO EM SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	45
4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SANTA MARIA DE JETIBÁ: TRADIÇÕES QUE RESISTEM	52
4.1 IMIGRANTES POMERANOS E SEUS DESCENTES NO ESPÍRITO SANTO.....	53
4.2 CULTURA POMERANA: PRESENTE E FUTURO DO PATRIMÔNIO.....	60
4.2.1 Presente: das noções às manifestações	62
4.2.1.1 Língua pomerana.....	62
4.2.1.2 Atividades e equipamentos culturais: do museu ao memorial.....	68
4.2.1.3 Religiosidade e crenças.....	74
4.2.1.4 Festividades e o casamento pomerano.....	79
4.2.1.5 Culinária.....	83
4.2.1.6 Contando histórias.....	84
4.2.2 Futuro: dos incômodos aos desejos	86
4.2.2.1 Heranças que persistem.....	86
4.2.2.2 Educação patrimonial: pensando um caminho para futuro.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - TESES E DISSERTAÇÕES DA BDTD SOBRE “PATRIMÔNIO CULTURAL” NA CI	110
APÊNDICE B - TESES E DISSERTAÇÕES DA BDTD SOBRE “POMERAN*”	111
APÊNDICE C - TESES E DISSERTAÇÕES DA BDTD SOBRE “SANTA MARIA DE JETIBÁ	115

APÊNDICE D - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	116
APENDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	118
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	121

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação, visa, de modo geral, investigar o patrimônio cultural da comunidade pomerana do município de Santa Maria de Jetibá, no estado do Espírito Santo.

A respeito dos estudos sobre o patrimônio cultural, nos últimos anos, a Ciência da Informação (CI) tem realizado trabalhos relacionados ao tema, ao lado de outras áreas do conhecimento: História, Arquitetura, Antropologia, Filosofia, Educação, Sociologia, Museologia, entre outras. A partir das pesquisas de Araújo (2018) sobre as teorias contemporâneas da CI, identifica-se o desenvolvimento de uma subárea voltada às investigações referentes à memória, ao patrimônio e ao documento. Essa tendência tem sido “[...] marcada pela revalorização do conceito de documento e seu estudo articulado às representações sociais dos sujeitos” (ARAÚJO, 2018, p. 68). Em 2009, Souza e Crippa já indicavam três linhas de pesquisa que apontavam caminhos promissores para a abordagem do tema: 1) a relação entre patrimônio e o conceito de documento na CI; 2) os processos documentais e o cientista da informação; e 3) a mediação e apropriação da informação (SOUZA; CRIPPA, 2009).

Essas possibilidades de abordagens, o caráter inter e transdisciplinar das pesquisas sobre patrimônio cultural e os instrumentais teórico-metodológicos da Ciência da Informação fortaleceram o interesse de melhor entender as percepções, usos e manutenção dos ‘patrimônios’ por uma localidade específica. Com essa proposição, o problema de pesquisa foi definido em torno de duas questões complementares: Como se deu o processo de preservação de referentes da cultura pomerana pelos imigrantes, seus descendentes¹ e pelo poder público de Santa Maria de Jetibá (ES)? Os procedimentos utilizados até o momento para preservação de patrimônios são satisfatórios e estão articulados com as necessidades e interesses da comunidade?

¹ Nesta pesquisa são utilizadas três terminologias: 1) pomeranos: imigrantes europeus provenientes da antiga Pomerânia; 2) descendentes de pomeranos: nascidos no Brasil, mas que têm ancestralidade pomerana e; 3) povo tradicional pomerano ou povo pomerano: é utilizado para se referir aos descendentes de pomeranos como grupo, conforme reconhecimento governamental. Outras pesquisas como a de Sintia Bausen Kuster (2015, p. 39) e Swami Cordeiro Bérghamo (2018, p. 17) adotaram a mesmas terminologias.

As questões foram formuladas tomando como ponto de partida as políticas e ações para salvaguarda dos elementos culturais, se elas contemplam de maneira suficiente as necessidades da comunidade ou se representam riscos para a efetividade da proteção pretendida.

Percebe-se, em geral, que a preocupação com o avanço da globalização, a homogeneização das culturas e os direitos étnico-culturais são os principais motivos para os estudos acerca das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural. As pesquisas se atentam ao acompanhamento de processos de manutenção e modificação de aspectos culturais e às discussões dos mecanismos de proteção institucional, pois há elementos na cultura de determinados grupos sociais, como os pomeranos, que permanecem ‘vivos’ e resistentes às diversas mudanças, ou também há aqueles que se modificam, mas continuam repletos de significados para a comunidade.

Castriota (2009) enfatiza que o avanço da globalização poderia conduzir a era da padronização, da uniformização dos valores, do estilo e do comportamento de vida, e como consequência ameaçaria as culturas e tradições locais. Por um lado, o autor afirma que há o discurso de que a globalização enfraquece as culturais locais, pois a principal fonte de consumo, os meios de comunicação, potencializariam este processo. Do outro, observa-se o reaparecimento e a afirmação das identidades locais, das tradições como costumes, festas etc.

A comunidade pomerana, objeto deste estudo, está localizada em cidade na região central serrana do Estado do Espírito Santo (ES) e é marcada pela presença de descendentes de imigrantes oriundos da antiga Pomerânia, que chegaram neste território há cerca de 150 anos, estabelecendo-se por meio da agricultura familiar, mantendo sua língua, suas danças, músicas, gastronomia e demais costumes. Essa comunidade tem sido estudada por diversas áreas, como: Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia e Linguística. Até o momento, não foi produzida pesquisa na área da Ciência da Informação, sendo esta a primeira investigação do patrimônio cultural dos descendentes de pomeranos de Santa Maria de Jetibá a fundamentar-se em aportes teórico-metodológicos da área para abordar a representação da informação, memória, identidade e valores nos processos de constituição e usos do patrimônio cultural.

Identificou-se que as ações institucionais para a preservação de itens da cultura pomerana em Santa Maria de Jetibá foram iniciadas em 2016 com a Lei municipal nº 1.903, que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município. Deste modo, partimos da hipótese de que as práticas de transmissão da cultura e modos de viver desse povo foram estabelecidas por meio de redes de interação praticadas para valorização, apropriação e

continuidade ao longo do tempo pela própria comunidade pomerana. Posteriormente, um conjunto de valores (re)conhecidos por esse grupo foi incorporado e ressignificado pelo Estado para o enquadramento de identidades e memórias em classificações e tipologias patrimoniais institucionalizadas. Nesse sentido, foi trilhado o percurso para compreensão dos meios de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES) sob sua ótica e das ações governamentais de preservação.

Tendo em vista estas considerações, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar os meios de preservação do patrimônio cultural pomerano de Santa Maria de Jetibá (ES) praticados pelos imigrantes, por seus descendentes e pelo poder público. Como objetivos específicos: 1) abordar o patrimônio cultural pelas redes de interação e pelas políticas de salvaguarda e fomento nos âmbitos nacional, estadual e municipal; 2) mapear as ações desenvolvidas, nos âmbitos público e privado, para preservação do patrimônio cultural da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá; 3) identificar o patrimônio cultural pomerano constituído pelos múltiplos sentidos e valores atribuídos por essa comunidade; 4) discutir as aproximações e distanciamentos entre produção, apropriação e preservação de valores, informações e memórias frente às ações de instituições e interesses da comunidade.

Cabe mencionar que a comunidade em questão foi subjugada pelo governo brasileiro, assim como tantas outras, que suportaram no tempo as tantas tentativas de silenciamento ou apagamento. A respeito do último aspecto, cita-se a proibição imposta aos pomeranos de falarem a sua língua materna durante o governo de Getúlio Vargas, quando ocorreu a Campanha de Nacionalização instituída no Estado Novo, entre os anos de 1937-1945. A proposta principal era construir um país patriota, valorizando a cultura brasileira em sua língua de “origem”. Outra situação constrangedora ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial no estado do Espírito Santo, quando passaram a ser associados aos nazistas ao mesmo tempo em que eram convocados para lutar no exército brasileiro. Invasões às propriedades, saques (comida, animais, instrumentos), agressões físicas e humilhações foram outras maneiras de perseguição sofridas (JACOB, 2007).

Nas duas últimas décadas, através de muitas lutas na reivindicação de direitos, houve articulação dos povos historicamente marginalizados e de povos tradicionais – como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pomeranos etc. Muitos são de comunidades de campo e se sustentam essencialmente a partir da agricultura familiar; outros são trabalhadores rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ou ao Movimento dos Pequenos Agricultores (FOERSTE, 2016).

Como resultados destas lutas para a garantia de direitos sociais e reconhecimento das tradições e do modo de vida pelo Estado, os pomeranos passaram a compor a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto Federal nº 6.040, de 2007, a fim de garantir maior respaldo para o desenvolvimento de políticas públicas. (BRASIL, 2007) Na esfera estadual através do Decreto nº 3.248, de 2013, foi criada a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. (ESPÍRITO SANTO, 2013).

O município também desenvolveu iniciativas voltadas para a preservação da língua pomerana, como o Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), implementado em Santa Maria de Jetibá no ano de 2005, pela Comissão Municipal de Políticas Linguísticas; a Lei nº 1.136, de 2009, que dispõe sobre a co-oficialização da Língua Pomerana; e a Lei nº 1.297, de 2010, que autoriza a realização do Censo Linguístico (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2009; 2010).

Em 2021, através das Leis nº 2.515 e 2.516, os Trombonistas e Tocadores de Concertina, respectivamente, foram declarados patrimônios imateriais pelo município (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2021). No ano seguinte, pela Lei nº 2.591, a “Casa típica pomerana” se tornou patrimônio material do município (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2022). A “culinária pomerana”, pela Lei nº 2.610, de 2022, foi considerada patrimônio imaterial e o dia 24 de maio foi instituído como “Dia Municipal da Culinária Pomerana” e passou a fazer parte do calendário oficial de eventos (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2022). Cabe destacar ainda que estão em andamento dois processos de inventário com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) referentes às comunidades pomeranas do Espírito Santo: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Para além do patrimônio cultural pomerano salvaguardado pelo poder público, o patrimônio instituído, adotamos a perspectiva de patrimônio conforme concebido pela população local e formado pelos regimes de ação, conceito desenvolvido por Zanirato (2018). Assim, buscamos e registramos junto à comunidade pomerana as manifestações culturais consideradas símbolos de identidade e memória.

Atualmente os discursos patrimoniais têm girado em torno do seu caráter ‘construído’ ou ‘inventado’. Cada grupo, seja ele de nível global ou regional, para Gonçalves (2007), construiria o seu patrimônio, no tempo presente, no intuito de expressar sua memória e identidade. O autor expõe um fato que parece ficar ‘às sombras’ nos debates analíticos sobre o

patrimônio: os bens culturais classificados pelas agências dos Estados que não encontram reconhecimento nos setores da população.

Essas experiências de rejeição deixam evidente a relatividade das concepções de patrimônio e demonstram que o patrimônio não depende somente da vontade e decisão política de Estado e nem de uma atividade consciente e deliberada. Portanto, o patrimônio cultural é um campo de conflito, porque o que é patrimônio para cada pessoa se baseia em noções diferentes, pois cada comunidade possui uma formação cultural e classes econômicas distintas. Neste sentido, os diálogos patrimoniais têm se revelado cada vez mais necessários, exemplificado por recorrentes episódios no cenário mundial como a derrubada dos monumentos ligados à escravidão e ao colonialismo, como de Borba Gato, no estado de São Paulo, e de Cristóvão Colombo, nos Estados Unidos da América, manifestações cada vez mais comuns. Para além de conflitos, entende-se que os hábitos culturais estão em constante mudança, e é preciso acompanhá-los nesse processo.

Considerando estes contextos de disputas e estas transformações culturais que necessitam ser observadas, esta pesquisa oportuniza à comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá ser protagonista no processo de autoidentificação de seus bens culturais, pois entende-se que a participação da sociedade no processo de construção de seu patrimônio cultural é essencial e precisa ser democrático, para que a comunidade se reconheça como parte do patrimônio. Entende-se que é a própria comunidade quem tem que dizer o que a representa, não são apenas os agentes do Estado que devem comunicar para a comunidade o que é esse patrimônio e como ela deve preservá-lo.

O trabalho de (re)conhecimento para preservação precisa ser resultado de um processo de construção coletiva, contemplando trocas mútuas de conhecimento, a fim de garantir a pluralidade, ao compreender que existem diversas interpretações do que é um patrimônio cultural. Complementamos que não cabe somente aos órgãos preservacionistas federal, estaduais e municipais sistematizar informações e produzir conhecimento acerca dos patrimônios, as pesquisas acadêmicas são e podem contribuir como fontes de informação sobre as referências culturais de determinado povo ou comunidade, tornando-se potencial instrumento para as políticas públicas locais.

Para a linha de pesquisa ‘Memória, Representação e Informação’, a relevância do estudo se justifica por articular memória, patrimônio cultural e informação, a partir de abordagens teórico-metodológicas da Ciência da Informação, e por abordar as políticas públicas culturais

locais e a identidade espírito-santense, ao encontro dos objetivos geral e específicos do programa.

Ademais, esta pesquisa se propõe a viabilizar a contribuição da linha de pesquisa com o movimento crescente de valorização do conhecimento dos povos tradicionais, pois a informação é o elemento essencial quando se lida com a representação dos bens culturais. De certa maneira, estimula reflexões aos profissionais da informação acerca da justiça social e da visibilidade de minorias e grupos sociais marginalizados, uma vez que estes povos são sujeitos dotados de direitos, incluindo o direito à informação, à memória e à Cultura por meio da representação dos saberes.

Os motivos pessoais que instigaram a pesquisa partem em princípio, da minha aproximação com a comunidade pomerana, uma vez que resido no município de Santa Maria de Jetibá (ES) e trabalho como bibliotecária no campus do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) na região, o que me oportuniza contato diário com estudantes e munícipes que se identificam com a cultura pomerana. O que também impulsionou a realização deste trabalho são as diversas ações realizadas em acervos de patrimônios edificados no estado do Espírito Santo como também oficinas de Educação Patrimonial com experiências interdisciplinares com profissionais da informação das áreas de Arquivologia e Museologia possibilitaram diálogos e olhares com inúmeras potencialidades para questões patrimoniais. Além das diversas leituras realizadas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional.

Esta dissertação apresenta em um primeiro momento os caminhos trilhados no universo da pesquisa científica. Seguida de questões acerca do patrimônio cultural, como conceitos, definições, concepções, desenvolvimento de políticas nacionais, estaduais e municipais, e sob a perspectiva da Ciência da Informação. Na próxima seção descreve as manifestações culturais identificadas através das narrativas da comunidade e dos agentes culturais e, por fim, as considerações finais.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta a tipologia da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados utilizados, o universo e a amostra, os elementos da entrevista semiestruturada, o tratamento dos dados e os procedimentos éticos seguidos. Cabe destacar que para trilhar este percurso, em um primeiro momento recorreremos à obra de Gil (2018), pois o autor traz diversos elementos a serem considerados no planejamento de pesquisas científicas, como encaminhamentos, formulação de problemas e hipóteses, e classificação, juntamente com delineamento e características das pesquisas.

2.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA

Classificamos a pesquisa como exploratório-descritiva, o primeiro porque o tema patrimônio cultural ainda se apresenta pouco explorado na Ciência da Informação, quando comparado com outras áreas como Arquitetura, História, Artes, que historicamente protagonizam as discussões de preservação do patrimônio, uma vez que as políticas e ações se voltaram essencialmente para as construções, como os bens de “pedra e cal”. E descritiva, porque estudará as características de determinada população. No que se refere ao problema, foi de abordagem de cunho qualitativo com enfoques interpretativistas, reconhecendo, principalmente, as subjetividades nas pesquisas sociais e a não neutralidade na ciência, buscando a relação que o pomerano tem com seu patrimônio, as particularidades e experiências individuais e coletivas.

Quanto aos procedimentos de pesquisa dá-se pela realização de Pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados e publicados em livros, revistas, anais e rede eletrônica; Pesquisa documental, tendo como fonte documentos institucionais e jurídicos; e Pesquisa de campo, com coleta de dados junto aos participantes selecionados para somar-se às pesquisas bibliográfica e documental.

A pesquisa de campo foi realizada com base na etnografia, tipo de pesquisa que se originou na Antropologia. Segundo Gil (2018), surgiu para descrever sociedades sem escrita e tradicionalmente é utilizada para a descrição de comportamentos, valores e crenças de uma cultura específica. Para o autor, o pesquisador precisa colocar os dados numa perspectiva ampla, e para que assumam significado é preciso compreender diversos aspectos do grupo, de cunho histórico, político, econômico religioso e ambiental.

Severino (2016) afirma que este tipo de pesquisa visa compreender, na sua cotidianidade, o dia a dia, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. Para Marconi e Lakatos (2018), ela busca descrever o entendimento e o conhecimento que integrantes de um determinado grupo compartilham e que orienta seus comportamentos. Segundo os autores, as técnicas utilizadas são basicamente observação participante, diários de campo, experiências e interpretação das entrevistas. Neste delineamento, o pesquisador convive e se entrosou, prestando atenção nos costumes.

Percebe-se que há um entendimento para teóricos de que a pesquisa etnográfica descreve a cultura de determinado grupo em que têm interesse, principalmente, no ponto de vista dos sujeitos investigados. Muitas pesquisas desta natureza, ou as que dela se aproximam devido aos seus fundamentos, orientações, princípios ou suas multiplicidades de técnicas de coleta de dados, podem ser caracterizadas como pesquisas de cunho, viés ou abordagem, do tipo ou de base etnográfica.

Apesar de investigarmos elementos da cultura de determinado grupo, optamos por denominar a pesquisa como de base etnográfica e não etnográfica, pois a principal característica, que é a imersão do pesquisador em determinado ambiente e a observação participante como instrumento de coleta, não foi realizada. As informações foram coletadas através das entrevistas, em que se buscou, por meio delas, compreender o que não é possível pelas fontes documentais e bibliográficas.

2.2 INSTRUMENTOS E MÉTODOS PARA COLETA DE DADOS

Conforme descrito, foram realizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. As duas primeiras foram conduzidas fundamentalmente no mês de março de 2022 e complementadas conforme as demandas emergentes de consolidação da pesquisa (análise e discussão) e da etapa descritiva. A pesquisa de campo foi realizada entre 23 de janeiro e 18 de fevereiro de 2023.

2.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Toda pesquisa científica passa por um prévio levantamento bibliográfico, sendo essencial para identificar o estado da arte de um determinado tema, pois é na exploração da bibliografia existente que se obtém a fundamentação teórica. Segundo Ferreira (2002), as

pesquisas conhecidas como estado da arte são de caráter bibliográfico e trazem o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica, tentando responder aos aspectos e dimensões em que o tema vem sendo pesquisado e as formas e condições em que vem sendo produzido. O estado da arte, segundo a autora, também é reconhecido por realizar uma metodologia de caráter inventariante e descritiva, movida e sustentada pelo desafio de conhecer o que já foi construído e produzido para, posteriormente, buscar o que ainda não foi feito.

Neste sentido, conhecemos os estudos que se assemelham com esta pesquisa e de certo modo a complementam. Realizamos, primeiramente, o mapeamento das pesquisas, como exposto nos Apêndices A, B e C. Primeiro, há as relacionadas ao Patrimônio Cultural sob a ótica da Ciência da Informação, seguido das que abordam a cultura pomerana e, por fim, as que tratam de Santa Maria de Jetibá. A base de dados utilizada para recuperação foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um banco de dados que possui os resultados das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil e conta com aproximadamente 770.000 documentos.

Com o mapeamento das pesquisas na Ciência da Informação foi possível compreender como ela faz uso de conceitos, como contribui e pode auxiliar no campo do patrimônio cultural. Além disso, esse processo colaborou para o aperfeiçoamento das ideias iniciais desta proposta de pesquisa. Vale destacar três pesquisas que mapearam e discutiram o tema.

Souza e Crippa (2010) publicaram estudo sobre o patrimônio cultural no universo da Ciência da Informação, buscando a produção, os agentes e a inclusão deste assunto nas instituições e eventos da área. Não foi uma análise exaustiva, pois os pesquisadores consideraram apenas os periódicos indexados no Portal de Periódicos da Capes, contudo, com a amostragem foi possível discutir o tema, e eles trouxeram importantes reflexões sobre a inserção do Patrimônio Cultural na CI e sobre a área o considerar efetivamente objeto de estudo. Estes estudiosos constataram, há doze anos, um aumento da representatividade do tema, especialmente nas pesquisas de Pós-Graduação.

Oliveira *et al.* (2017) analisaram as produções científicas acerca do patrimônio cultural imaterial comunicadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) entre os anos de 2010 e 2016 do Grupo de Trabalho Informação e Memória, criado no ano 2010. Apresentaram os títulos dos trabalhos, seus autores e as conclusões que eles fizeram de suas pesquisas. A metodologia se pautou na análise de conteúdo e os pesquisadores concluíram que as produções científicas são importantes na reconstrução da memória cultural, mas ressaltando que são iniciantes para atender às perspectivas da sociedade da informação.

Outro estudo na mesma linha foi o de Oliveira (2020), que verificou como o patrimônio cultural é abordado na Ciência da Informação a partir dos ENANCIB, evento que acolhe a ampla maioria das pesquisas desenvolvidas pelos programas de Pós-Graduação, com o mapeamento e a identificação da produção científica no período de 1994 a 2019 para análise de produção. Foram coletadas as comunicações indexadas nas bases de dados que reúnem as apresentações do referido evento. A autora constata que os pesquisadores da área têm se ocupado de questões relacionadas aos processos de Gestão da Memória, Organização e Representação da Informação. Foram recuperadas 173 comunicações, os termos e os pesquisadores mais presentes.

A partir dos estudos mencionados e do levantamento² das teses e dissertações na BDTD selecionamos as que se aproximam do escopo da pesquisa. Utilizamos a descrição “patrimônio cultural” no campo “todos os campos”, que incluem: título, autor e assunto. Em seguida, utilizamos o filtro de Programa para, então, selecionarmos os do campo da Ciência da Informação, que recuperou 6 *links* distintos de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Com a utilização desse protocolo, obtivemos os resultados sistematizados no Apêndice C.

Além da relação da Ciência da Informação com o Patrimônio Cultural estas pesquisas trouxeram também caminhos metodológicos. Por exemplo, Souza (2011), Almeida (2018) e Bezerra (2014) usaram a história oral no intuito de coletar informações acerca do patrimônio por meio de narrativas repletas de lembranças. Seguimos na mesma trilha, somando nossos processos instituídos a estas pesquisas que utilizam a história oral para o estudo da memória e informação.

Constatou-se que as investigações apresentaram considerações acerca do patrimônio sustentado a partir de seus usos; trouxeram as políticas nacionais e estaduais de cultura como mecanismo de proteção e preservação do patrimônio cultural; abordaram o patrimônio na perspectiva do direito; a informação e a documentação patrimonial e seus processos; o patrimônio como documento; a mediação cultural; e o registro da oralidade. De modo geral, elas demonstraram as potencialidades da área na construção da memória social, da identidade e da cidadania.

Sobre as comunidades pomeranas, foram recuperados 48 documentos utilizando o descritor “pomeran*” para o campo de títulos, dentre os quais há 37 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, conforme sintetizado no Apêndice B pelo Não realizamos recorte

² O levantamento na BDTD de toda a pesquisa foi realizado no mês de março do ano de 2022.

temporal. A Universidade Federal de Pelotas aparece com o maior número de publicações, seguida da Universidade Federal do Espírito Santo. Os programas que mais se destacaram foram: Educação; Letras; Linguística; e Memória Social e Patrimônio Cultural. As regiões mais estudadas são Santa Maria de Jetibá, São Lourenço do Sul e Serra dos Tapes, além de outras regiões nos estados Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Pará.

Realizamos uma nova pesquisa na mesma base com o descritor “Santa Maria de Jetibá” no campo “título”, uma vez que a pesquisa é sobre a comunidade pomerana nesta cidade. Recuperamos 13 trabalhos, dos quais selecionamos quatro pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais, conforme Apêndice C.

Foi a partir dos resumos disponíveis nos catálogos que selecionamos as que abordam elementos da cultura e da identidade pomerana no estado Espírito Santo e em Santa Maria de Jetibá, bem como as que discutem ações patrimoniais em uma comunidade pomerana no Sul do Brasil. O mapeamento e a sistematização das pesquisas do que já foi produzido sobre as comunidades pomeranas nos aproximaram de sua cultura e, de certa forma, complementaram e fundamentaram as informações coletadas durante esta pesquisa para a análise e a compreensão, principalmente, dos aspectos culturais.

Na pesquisa documental algumas bases foram utilizadas para recuperação dos documentos que se caracterizam como fonte primária de informação. Na esfera nacional, utilizamos o *site* institucional do IPHAN, que disponibiliza vários tipos de documentos, como as Cartas Patrimoniais, os Planos Nacionais de Cultura, as legislações etc. Na esfera estadual, utilizamos o *site* da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo para ter acesso às legislações e ao Plano Estadual de Cultura, bem como às notícias contemplando ações e projetos desenvolvidos sobre a cultura pomerana. No âmbito municipal, utilizamos os *sites* da Prefeitura e da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá (ES) para recuperar leis e decretos, e também foi realizada uma visita *in loco* na Secretaria de Cultura e Turismo para confirmação dos dados que foram selecionados. Ao investigar o patrimônio cultural recorreremos aos planos e ao sistema de cultura para verificar as estratégias e propostas no campo.

2.2.2 Pesquisa de campo

Além de bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa de campo com base na etnografia, tendo como fundamento metodológico a História Oral e como instrumento a entrevista semiestruturada. De acordo com Nakamura e Crippa (2010), a entrevista na história oral se justifica em três situações:

1) existência de uma versão diferente da história oficial; 2) elaboração de uma 'outra história' baseada em documentos efetuados para circunstâncias em que a interdição não permitiu registros; 3) **estudos de memória**, construção de identidade e formulação de consciência comunitária. (NAKAMURA; CRIPPA 2010, p. 83, grifo nosso).

Com as entrevistas identificamos os bens patrimoniais, as relações e os múltiplos sentidos que a comunidade atribui a eles. Apoiamo-nos nas ferramentas metodológicas da história oral, e buscamos por meio da oralidade o que ficou na memória, como dito por Bezerra (2014).

As entrevistas com a comunidade se aproximaram dos inventários participativos, instrumento relativamente novo, adaptado de uma proposta oriunda do programa Mais Educação do Ministério da Educação, em 2010, que buscava abarcar diferentes grupos e aproximá-los do patrimônio cultural. Em 2016, com a publicação do IPHAN Educação Patrimonial: Inventários Participativos, essa ferramenta foi aperfeiçoada e passou a ser utilizada para atender à demanda de organizações e da sociedade civil. Esta é uma ferramenta de educação patrimonial, não regulada por lei federal, como tombamento, registro, etc. Há dois tipos de inventários: na primeira categoria, os dos Lugares, Objetos, Celebrações e Formas de Expressão; na segunda, os inventários dos Saberes. Sua metodologia foi baseada nos Inventários Nacionais, método etnográfico composto de três etapas, a saber: levantamento preliminar, identificação e documentação. Pode-se dizer que seu principal papel é de registrar o patrimônio cultural, e quem faz isso é a própria sociedade (IPHAN, 2016). Segundo Tolentino (2018), diversos grupos, como quilombolas, indígenas, urbanos e rurais, têm se apropriado desta metodologia e a usam em processos de patrimonialização. O inventário participativo aproxima as instituições responsáveis pelo patrimônio e a comunidade.

Continuando com os itens abordados na seção, o universo, ou população, pode ser definido como um conjunto de seres animados ou inanimados que manifestam pelo menos um atributo em comum, e sua definição em uma pesquisa dependerá da técnica específica de amostragem. A amostra é a porção ou a parcela que é selecionada, podendo ser classificada em probabilista e não probabilista. A principal característica da primeira é poder ser submetida a tratamento estatístico, e da segunda, não fazer usos de formas aleatórias de seleção (MARCONI; LAKATOS, 2018).

A forma mais recorrente de amostra não probabilista é denominada intencional, quando o pesquisador tem interesse em determinadas pessoas que representam uma comunidade. De acordo com Gil (2018), nas pesquisas etnográficas, a seleção de amostra ocorre com base no

juízo do próprio pesquisador, que seleciona membros da comunidade a partir do que acredita ser mais relevante. Além disso, o autor destaca:

[...] é muito importante na pesquisa etnográfica selecionar informantes-chave: pessoas que dispõem de notável conhecimento acerca da cultura do grupo, organização ou comunidade que está sendo estudada. O informante não precisa ser um membro proeminente do grupo. Pode ser até mesmo uma pessoa que por qualquer razão dele já tenha se afastado. O que interessa é que seja capaz de fornecer informações que enriqueçam o trabalho de pesquisa (GIL, 2018, p. 115).

Considerando as formas de patrimônio abordadas, o instituído pelos órgãos estatais e o formado pelos “regimes de ação”, selecionamos dois grupos: comunidade pomerana e agentes culturais. É importante mencionar que essas “formas” de patrimônio não se excluem, mas respondem a ritos e procedimentos que podem se diferenciar. Para o contato inicial com o primeiro grupo, realizamos conversas com integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Ifes, para obter indicações de representatividades comunitárias. Após essa etapa, procedemos com os contatos pessoais para apresentação da proposta e verificação do interesse dos moradores indicados em participar da entrevista. Cabe mencionar que convidamos ao menos um representante de cada faixa etária: jovem, adulto ou idoso, pois quando o assunto é cultura, é preciso acompanhar suas mudanças e percepções de geração em geração. As localidades destes representantes também foram consideradas, uma vez que as visões da realidade estudada podem ser diversas de um distrito para o outro. O contato pessoal prévio com o segundo grupo, agentes culturais, foi realizado através de visitas à Secretaria de Cultura e Turismo do município, por e-mail e aplicativos de mensagens. Nesta fase inicial foram apresentados os objetivos da pesquisa para a percepção do interesse do entrevistado e sua manifestação.

Inicialmente a proposta era convidar dez membros de cada grupo, e a definição desta quantidade se justificou pela pesquisa ser de abordagem qualitativa. Pressupôs-se que os indivíduos indicados foram suficientes para representar a comunidade, uma vez que se colocaram à disposição para dialogar sobre a própria cultura.

O diálogo com o primeiro grupo teve o propósito de investigar a concepção, a apropriação e os sentimentos da comunidade com seus bens culturais, indo ao encontro do terceiro objetivo, que era identificar o patrimônio cultural pomerano constituído pelos múltiplos sentidos e valores atribuídos por essa comunidade. Já o segundo grupo foi para, de modo geral, verificar, principalmente, as ações que são implementadas, bem como as que estão sendo

planejadas, os investimentos, as prioridades e as dificuldades enfrentadas pelos setores culturais.

Com estas informações coletadas, discutimos as aproximações e os distanciamentos entre produção, apropriação e preservação de valores, informações e memórias frente a ações institucionais e interesses da comunidade, nosso quarto objetivo. Simultaneamente, também analisamos, com base na pesquisa documental, se as políticas culturais conseguem alcançar suas propostas, se elas são suficientes para preservar o patrimônio e como elas influenciam na salvaguarda dos bens culturais pomeranos em Santa Maria de Jetibá.

A entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2018), deve ser um diálogo espontâneo, porém profundo, aberto e cuidadoso, descartando perguntas muitas diretas, e no seu decorrer pode-se acrescentar perguntas que não esteja no roteiro. As entrevistas foram do tipo semiestruturado, conhecido também por despadronizado, assistemático, livre e antropológico, ou seja, são aquelas em que o entrevistador tem a liberdade de desenvolver o tema em qualquer direção que considere adequada. Este método permitiu modificações e inversões no decorrer da intervenção, possibilitando o diálogo com o entrevistado. A principal vantagem, conforme Gil (2019), é a adequação da entrevista às características do entrevistado, já a desvantagem é não considerar tópicos importantes, e, conseqüentemente, não aproveitar o potencial de informações dos participantes.

Para os registros das respostas utilizamos a gravação eletrônica para melhor preservar o conteúdo das entrevistas. Este procedimento só foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética e o consentimento do entrevistado por meio de termo específico.

No que tange ao ambiente de pesquisa, definimos o local mais adequado tanto para entrevistadora quanto para o entrevistado, assim como individual ou em grupo (no máximo três indivíduos), pois identificamos pessoas que trabalhavam no mesmo setor. Cabe mencionar que quando as entrevistas são realizadas em grupo, recebem a denominação de grupo focal (*focus group*).

2.3 TRATAMENTOS DE DADOS

Quanto ao tratamento dos dados obtidos por meio das entrevistas individuais e em grupos, foi utilizada a análise de conteúdo, que nos possibilitou ir além de uma simples leitura, para buscar, através destas comunicações, compreender os seus sentidos e significados. Bardin (1977, p. 42) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a autora, a análise de conteúdo é uma das maneiras de estudar "comunicações" entre os indivíduos, enfatizando no conteúdo das "mensagens". Outra questão peculiar é sobre a "inferência" que pode partir das informações, das mensagens ou dos resultados do estudo de dados que apresenta a comunicação. Em outras palavras, são as condições de quem passa a mensagem, o emissor e o seu contexto, e o quanto de quem a recebe e os efeitos que ela produz (BARDIN, 1977). Ainda com a autora, a matéria-prima da análise de conteúdo são materiais de comunicação verbal e não-verbal, como materiais escritos, orais, icônicos e outros códigos semióticos.

Triviños (1987) segue as colocações de Bardin para descrição do método com três etapas para aplicá-lo, a saber: 1) A **pré-análise**, que se constitui na organização inicial dos dados coletados, de modo geral, envolve a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores com o intuito de embasar a conclusão ou confirmar as hipóteses; 2) a **descrição analítica**, em que os dados são codificados, classificados e categorizados – é a etapa na qual os estudos são aprofundados; 3) a **interpretação inferencial**, quando os dados serão interpretados – etapa que exige reflexão e estabelecimento de relações com outros estudos ou conhecimentos, e apoia-se nos materiais informacionais da primeira etapa. Cabe mencionar que não há fronteiras precisas e bem delimitadas no processo da pesquisa. É destacada a importância de ter presentes na análise de conteúdo os contextos linguísticos, o histórico das expressões, conceitos etc.

Nas investigações no campo social, não se considera que o pesquisador seja neutro, pois ele analisa com profundidade a subjetividade, não descredenciando a validade e o rigor científico, uma vez que se baseia em princípios e regras sistematizados, o que lhe atribui o *status* de metodologia.

2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os procedimentos éticos cumpriram os ritos exigidos pela Universidade Federal do Espírito Santo e obedeceu aos requisitos básicos de ética e integridade da pesquisa científica,

seguindo a Resolução do Conselho Nacional da Saúde de nº 466/12, estabelecida pelo Conselho de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde, registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde. A pesquisa envolveu a participação de seres humanos, e, com o objeto de proteger o bem-estar destes indivíduos, foi necessário seguir todo o protocolo para que os direitos e a dignidade dos sujeitos fossem salvaguardados. Utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E), informando o objetivo da pesquisa, a duração da entrevista, o dia e o local, bem como sobre a liberdade do entrevistado de se recusar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer penalidade ou prejuízo. Informamos acerca dos custos, das vantagens financeiras, dos prejuízos gastos e das indenizações. Solicitamos a autorização de som e asseguramos a confidencialidade e a privacidade, garantindo assim a não identificação na divulgação das informações e dos resultados.

Em relação aos riscos e desconfortos dos participantes, o principal foi o de compartilhar informações pessoais e confidenciais. Contudo, foi esclarecido que nenhum participante precisava responder a qualquer pergunta que gerasse incômodo. Além disso, a entrevista podia ser longa e ocasionar cansaço, desconforto psicológico, irritabilidade, entre outros. Para minimizar tais riscos, todas as etapas foram desenvolvidas com cordialidade, respeitando os limites dos entrevistados e sua reciprocidade. Cabe ressaltar que as entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas para cada participante para que verificassem se estavam de acordo com o uso das informações disponibilizadas, ficando eles livres para retirar quaisquer informações que comprometessem integridade ou lhes causasse dano moral. Após o período de dois anos realizaremos o descarte do material gravado.

São esperados benefícios com esta pesquisa e ficou esclarecido para os entrevistados que, como as informações fornecidas contribuirão para o alcance dos objetivos, destacando que o resultado será, principalmente, em prol da comunidade pomerana, uma vez que a pesquisa cria oportunidade de dialogar e refletir sobre seu patrimônio. Neste sentido, almeja possibilitar a comunidade a se autoconhecer, bem como torná-la ainda mais conhecida através de suas manifestações culturais. Além da contribuição do reconhecimento e valorização da cultura, o estudo possibilitará a reflexão sobre a aplicação de futuras estratégias de preservação da cultura e do patrimônio na cidade. Também esclarecemos acerca dos resultados da pesquisa, que ficarão disponíveis no repositório institucional da UFES, e reafirmamos os compromissos quanto ao sigilo em publicações de comunicação científica. O projeto de pesquisa foi

protocolado no site da Plataforma Brasil, base unificada a nível nacional de registros de pesquisas que envolvem seres humanos, e aprovado sob o nº 5.836.335.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Nesta seção apresentamos conceitos de patrimônio adotados historicamente e suas relações, para subsídios teóricos e epistemológicos. Inicialmente, dissertamos sobre o surgimento do que hoje denomina-se patrimônio cultural, e refletindo a cerca de noções evidenciadas pela literatura e do entendimento a partir do qual realizamos as análises. Na subseção seguinte abordamos o tema patrimônio cultural sob a ótica da Ciência da Informação, e respectivas políticas culturais e preservacionistas desse patrimônio nas três esferas: nacional, estadual e municipal.

3.1 NOÇÃO DE PATRIMÔNIO ALÉM DO DISCURSO AUTORIZADO

Abordar o patrimônio cultural remete a vários aspectos, entre os quais se destacam o social, o econômico, o simbólico e o educacional. O conceito variou ao longo de sua história. Em um primeiro momento, estava estreitamente ligado à herança, uma vez que a palavra *patrimonium*, de origem latina, refere-se ao que “pertencia ao pai de família”. Pela definição de uma obra de referência que apresenta informações de forma concisa e constitui sínteses do conhecimento, o termo é representado como:

Patrimônio [Do lat. *patrimoniu.*] **S. m. 1.** Herança paterna. **2.** Bens de família. **3.** Dote dos ordinandos. **4.** Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para uma determinada localidade, região, país, ou para humanidade, e que, ao se tornar(rem) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, devem ser preservado(s) para usufruto de toda população [...] **5.** Fig. Riqueza: *patrimônio moral, cultural, intelectual.* (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

De acordo com Castriota (2009), a palavra patrimônio pode fazer menção a um complexo de bens que tem valor econômico de apropriação privada. Entre os antigos romanos, os bens eram transmitidos entre a elite romana na esfera patriarcal. O termo adquiriu novos usos e foi requalificado para os campos cultural, histórico, artístico, natural, paisagístico, documental, bibliográfico, tangível e intangível, material e imaterial, dentre outros. Fonseca (1998, p. 58) afirma que a inspiração para utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural da propriedade da nação partiu da “[...] ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania”.

Os estudos desenvolvidos por Choay (2007) demonstram que essa concepção de patrimônio surgiu na configuração dos Estados modernos na Europa, no início do século XIX,

mais especificamente com a primeira Comissão de Monumentos Históricos, na França, em 1837, onde existiam três grandes categorias, constituídas pelos vestígios de antiguidade, pelos edifícios religiosos da Idade Média e também por alguns castelos. Nesse contexto, os bens culturais começaram a adquirir estatuto jurídico e o Estado passou a defender a herança pública a ser preservada (CHOAY, 2007).

Para Gonçalves (2007), afirmar que a categoria de patrimônio se constituiu somente no final do século XVIII, junto com os processos de formação dos Estados nacionais, é omitir seu caráter milenar. Segundo o autor, a “categoria de pensamento” sobre a ideia de patrimônio não é uma invenção moderna, visto que esteve presente no mundo clássico e também nas “culturas primitivas”, pois o “coleccionamento” faz parte da vida social de qualquer coletividade humana, e, de certa maneira, faz parte do processo de formação de “patrimônios”, já que todo grupo social “colecciona” objetos.

A expressão patrimônio cultural, embora tenha recebido outras denominações e circulado por diferentes espaços de usos, foi utilizada pela primeira vez na Recomendação de Paris de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, do ano de 1972, que foi resultado da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Pela definição do órgão, o termo era entendido como: os monumentos (obras arquitetônicas, de escultura, pintura, elementos ou estruturas arqueológicas, elementos que tenham valores históricos, artísticos e científicos), os conjuntos (grupos de construção reunidas ou isoladas que, em virtude de sua arquitetura, tenham valor universal) e lugares notáveis (obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico) (UNESCO, 1972).

Na sessão realizada no ano de 2003, na Conferência Geral da ONU para a UNESCO, a convenção de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial amplia esta definição, apresentando as recomendações para o avanço das políticas no campo. Traz como conceito para o patrimônio cultural imaterial “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados”, manifestando-se nos seguintes campos: tradições e expressões orais, expressões artísticas, rituais, festas, celebrações, práticas sociais e técnicas artesanais tradicionais.

Embora o emprego do termo em orientações técnicas internacionais, como as registradas nas Cartas Patrimoniais³, tenha trabalhado patrimônio antes de uma definição clara, cada uma contribuiu para se chegar hoje em uma definição do que entendemos por patrimônio cultural. No ano de 1931, por exemplo, como resultado das discussões no âmbito do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, surgiu a primeira Carta Patrimonial, conhecida como “Carta de Atenas”, com recomendação internacional acerca de conservação, manutenção e utilização, bem como legislação de bens históricos e artísticos. As discussões eram de interesse público e privado, voltadas para o monumento e seu entorno, a fim de garantir os aspectos peculiares da cidade. As principais recomendações foram: a criação de uma cultura preservacionista através de práticas educacionais, começando pela infância dos indivíduos; a publicação de um inventário com informações dos monumentos nacionais; e a constituição de arquivos com o objetivo de centralizar informações referentes aos monumentos.

Outras Cartas Patrimoniais e recomendações foram surgindo com o passar dos anos, entre as quais destacamos: a já mencionada Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada em Paris, no ano de 1972; a Recomendação de Nova Delhi, de 1956, que trata do patrimônio arqueológico; a Carta de Veneza, de 1964, para Conservação e Restauro de Monumentos, que foi representativa por considerar não só as grandes criações, mas construções modestas, que começaram a adquirir significação cultural; a Recomendação de Paris, de 1989, para salvaguarda da cultura tradicional e popular.

No Brasil também há grupos que produzem tais documentos com o objetivo de difundir diretrizes e conhecimento acerca do patrimônio, como: a Carta de Fortaleza (1997), fruto do Seminário de Patrimônio Imaterial, visando estratégias e formas de proteção; a Carta de Nova Olinda (2009), resultado do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio; a Carta de Juiz de Fora (2010), que estabelece definições, diretrizes e critérios para defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros; a Carta de Brasília (2010), do Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial, entre outras.

Como havia diferentes formas de compreensão e abordagens que levavam a diferentes formas de intervenção, elaboravam-se documentos a fim de orientar estratégias e metodologias

³As Cartas Patrimoniais são orientações fruto de discussões a nível internacional que estabelecem critérios para tratamento, definição, intervenção e seleção de bens patrimoniais. Ao longo do tempo, abrangeram uma quantidade maior de objetos a serem preservados. No âmbito da conservação, os debates giraram em torno dos métodos para intervenção mais apropriada à medida que novas técnicas e materiais foram surgindo, bem como para novos objetos considerados patrimônios.

relativas ao patrimônio e à sua gestão. Com o passar dos anos o debate se ampliou e outros objetos e perspectivas foram incluídos, possibilitando deslocamentos e novas formulações.

Nas últimas décadas, a ampliação da abrangência do campo do patrimônio, segundo Castriota (2009), deu-se principalmente devido à contribuição da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, integrou grupos sociais que estavam à margem da história. Houve mudança na concepção de cultura, que passou a englobar as manifestações populares e a cultura de massa, deixando de relacionar-se exclusivamente com a cultura erudita. Este entendimento acerca da expansão vai ao encontro de Gonçalves (2007), que afirma que a noção de classificar “bens intangíveis” expressa a moderna concepção antropológica de cultura, em que a ênfase deixa de estar nas técnicas e nos objetos e passa para as relações sociais e até mesmo simbólicas.

O patrimônio cultural é associado, comumente, a diversas ações institucionais. Os encaminhamentos realizados por Silvia Zanirato, apoiados por especialistas aqui também adotados, direcionou-nos para abordar duas perspectivas de patrimônio cultural, uma de “patrimônio ativado” e outra de “patrimônio sentido”, formado por “regimes da ação”⁴. Conforme a autora, o patrimônio ativado ou instituído é aquele definido institucionalmente, justificado por escolhas e valores dos especialistas, bem como por interesses políticos, que geralmente representa a sociedade e recebe ações de proteção do Estado. Já o patrimônio por “regimes de ação” é aquele formado “[...] por apropriação social, resultado de sentimentos, de significações construídas na relação com o tempo, com a continuidade [...]” (ZANIRATO, 2018, p. 23). Compreendemos que essas visões não são excludentes, mas correspondem a ritos, especificidades de agentes, momentos processuais e estágios da patrimonialização, de sua legitimação e de sua manutenção.

Numa mesma perspectiva, Smith (2011) denomina “patrimônio autorizado” aquele que é reconhecido pelas agências governamentais que o definem como “coisa”, lugar ou evento, funcionando como salvaguarda de visões e memórias do passado. A autora aborda que existem discursos autorizados do patrimônio – elitizados e ocidentais – que agem para validar os pensamentos e as práticas de valorização nos processos de constituição de “patrimônios” (SMITH, 2006). Nesses percursos, de determinações acerca do que falar e escrever sobre o patrimônio, muitos elementos são obscurecidos, e o patrimônio, neste sentido, pode ser encontrado, catalogado e ser mais fácil de ter seus significados controlados e validados confiados (SMITH, 2011).

⁴ A expressão “regimes de ação” será aplicada conforme os usos feitos por Zanirato (2018).

A ideia de patrimônio pelo discurso autorizado representa o que é bom e glorioso acerca do passado. Desse modo, o patrimônio deve ser transmitido sem alterações, deve ser “preservado” como foi encontrado e as atuais gerações não têm o “direito” de lançar outro olhar sobre ele. Dentro deste discurso, o patrimônio se torna monumento, coisa ou lugar material e não valores e significados culturais (SMITH, 2011).

Smith (2011) ainda aponta três impactos do discurso do patrimônio autorizado: 1) exclusão dos entendimentos que estão fora ou se opõem a ele, ou seja, o que não vem da elite é ignorado e descartado; 2) acesso aos recursos patrimoniais permitido a especialistas que validam formas de conhecimento e valores, o que contribuem para si mesmo, ou seja, reforçam e mantêm o discurso defendendo os valores que se baseiam; 3) obscurecimento da produção de cultura e dos processos de gestão e de conservação do patrimônio, o que deslegitima o debate e as controvérsias do passado e presente. Portanto, o discurso patrimonial autorizado é ele próprio um processo de construção patrimonial e de regulação e governo dos significados políticos e culturais do patrimônio. Todavia, a autora explana que:

[...] patrimônio não é a coisa, o sítio ou o lugar: patrimônio são os processos de criação de significado e representação que ocorrem ao identificar, definir, gerenciar, exibir e visitar os lugares ou eventos patrimoniais. O patrimônio pode ser entendido de maneira útil como uma representação subjetiva, na qual identificamos os valores, a memória e significados culturais e sociais que nos ajudam a entender o presente, nossas identidades e nos dão uma sensação de lugar físico e social (SMITH, 2011, p. 45, tradução nossa).

O patrimônio, como um processo cultural, permite visão crítica, o que facilita o diagnóstico das consequências de se estabelecer algo ou fazeres como patrimônio e das possibilidades de compreensão da gestão das lembranças e esquecimentos. Gonçalves (2007) afirma que nem sempre estes bens culturais são reconhecidos pela agência de poder como patrimônio, mas são reconhecidos como tal por partes de grupos sociais que os compõem; o contrário também se aplica.

O que é selecionado é pautado em diferentes critérios, valores, visões e funcionalidades do patrimônio. Pereiro (2003) agrupa visões patrimoniais, são elas: 1) Tradicionalista: é visão historicista que considera o patrimônio objeto e relicário do passado, a finalidade da patrimonialização é sempre a conservação, os critérios são de estética e história, o patrimônio serve como suporte de memória, independentemente de seus usos atuais ou que ele possa ter. 2) Construtivista: é composta por um conjunto de bens culturais, resultado de um processo de construção social, sob épocas e grupos sociais dominantes, e os critérios de seleção mudam de

acordo com grupos. O patrimônio é uma representação ideológica do grupo dominante, é tanto um instrumento de coesão quanto de disputa. 3) Patrimonialista: o patrimônio recupera a memória, em uma perspectiva no presente apontando para o futuro. 4) Produtivista: concebe patrimônio cultural como uma nova forma de produção para “os outros”. A patrimonialização auxilia a solucionar o desemprego, a revitalizar o consumo e a atrair o turismo cultural. Desse modo, o patrimônio é inserido na lógica de mercado, deve ser consumido. 5) Participacionista: o patrimônio está disponível para atender à sociedade, tem como fim ações que evitem as desigualdades, a monumentalização e a “coisificação” de objetos, e o processo de ativação é democrático. Portanto, é de acordo com estas cinco visões que se justifica a patrimonialização.

Para Llorenç Prats (1998; 2005), o patrimônio cultural é uma invenção, uma construção social, ou seja, não é algo natural ou dado, mas um artefato criado por um determinado grupo ou pessoa em algum espaço de tempo e lugar. O antropólogo entende por patrimônio tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação, incluindo o que se denomina patrimônio natural. Conforme o autor, o processo de patrimonialização obedece a duas construções sociais diferentes, mas complementares e sucessivas, são elas: primeiro a sacralização da externalidade cultural, que seria onde um bem, uma manifestação ou um lugar é convertido em patrimônio, e seria um mecanismo universal em que a sociedade define um ideal cultural para si como um sistema de representação. O segundo processo seria a valorização e ativação, e atrela-se a três poderes – político, econômico e científico – e depende deles para a ativação de repertórios patrimoniais, apesar de também serem submetidos posteriormente à aprovação da própria sociedade (PRATS, 1998).

Em seu estudo intitulado “Concepção e gestão do patrimônio local”, de 2005, além das contribuições mencionadas, Prats traz questões referentes ao patrimônio local pertinentes para nossa pesquisa, como indagações do tipo: como atuam os processos de patrimonialização a nível local? Quais são suas especificidades? Antes de adentrarmos nesses questionamentos, vale ressaltar que patrimônio local é aquele cujos referentes são de pouco interesse para além da comunidade, ou seja, localidades sem patrimônios. Prats (2005) compreende como localidade uma delimitação territorial ou administrativa, como um conselho, um bairro, um município, enfim, qualquer administração territorial habitada por uma comunidade que se inter-relaciona. Para ele, a memória é o principal elemento que determina os referentes do patrimônio local, pois é nela que a comunidade fixa seus discursos identitários, e isso revela a verdadeira natureza do patrimônio local, ou seja, baseado na memória.

A nível local os processos de patrimonialização têm um potencial maior de reflexividade e complexidade na formalização de discursos, mas também ampla margem de manobra para refletir realidades multifacetadas. Nesta perspectiva, o patrimônio local representa tanto uma ameaça quanto uma oportunidade. No primeiro caso, porque pode se fechar sobre si mesmo, levando a uma dinâmica excludente na comunidade, e, no segundo, porque é um potencial para reflexividade. Prats (2005) evidencia que os poderes são forçados a refletir as sensibilidades da maioria da população para ativar referentes patrimoniais e que os interesses políticos e econômicos locais estão inseridos nestes processos.

Na ativação há mudanças no artefato ou lugar, em que seus significados e usos se modificam e passam a ter novo conceito, adquirindo *status* de patrimônio, de monumentos históricos e/ou artísticos, e também passam por mudanças na esfera jurídica, em que são acautelados por instrumentos de proteção pelo poder público. Além das mudanças semânticas e jurídicas, há também uma transformação cognitiva, a partir da qual novos discursos afirmam a sua atual condição. Rautenberg (2010) em seu estudo “Ruptura Patrimonial” desenvolve a ideia de que para se tornar patrimonial, o objeto altera o repertório de significados e usos para outro repertório.

A patrimonialização, portanto, acontece quando há mudança de estatuto do objeto. Os procedimentos podem ser institucionais ou sociais. O primeiro tipo é marcado por especialistas, registros, estudos; e o segundo, pelo desejo coletivo, pelo reconhecimento social de alguma prática, lugar, história, objeto.

Rautenberg (2010) propõe a abordagem da constatação do que é patrimônio pelo que as pessoas se apropriam do mundo, o que as envolvem, o que elas valorizam, preservam e querem transmitir, e não somente pelo que é valorizado pelas instituições. A partir destas considerações, ele destaca dois pré-requisitos para o entendimento da noção de patrimônio: o primeiro sustenta que as pessoas que se envolvem com ações patrimoniais podem desempenhar vários papéis, e, segundo que existe o cruzamento de concepção pragmática do patrimônio com a antropologia do imaginário social. Baseado no que Durkheim chama de “correntes de pensamento”, o patrimônio seria uma dessas correntes de pensamento ou fluxo de imaginação.

Arrieta Urtizberea (2016) considera que há dois tipos de patrimônio cultural, um para a eternidade e o outro para a oportunidade, um que é difícil de compreensão e apropriação e o outro *mou* “suave”; o primeiro reconhecido e o outro nem tanto, um insubstituível e o outro nem tanto. O primeiro geralmente é mais consolidado, tem legitimidade científica, técnica, histórica e institucional, dificilmente é questionado. O patrimônio, neste caso, é sacralizado, ou

seja, é algo sagrado, resultado de um processo, de um viés hierárquico realizado, nas palavras do autor, de cima para baixo. O autor chama a atenção para os critérios que, mesmo sendo objetivos, óbvios e indiscutíveis, precisam ser conhecidos e questionados, pois quanto maior for o desconhecimento dos instrumentos de patrimonialização, maior será a imposição simbólica e material dos patrimônios selecionados, o que ele denomina de “cima para baixo” se potencializa.

Partindo do pressuposto de que é preciso se reconhecer no patrimônio para preservá-lo, e não somente conhecê-lo, uma estratégia eficaz de preservação é patrimonializar o que é importante para a comunidade. Isso, na visão de Prats (2005), é a verdadeira natureza do patrimônio local, que se fundamenta na memória e precisa priorizar o capital humano. Nas palavras do pesquisador: “*las personas antes que las piedras*” (PRATS, 2005, p. 28).

Zanirato (2018), para abordar as relações entre patrimônio e identidade, a fim de verificar os desafios dessas no processo de ativação patrimonial, problematiza a patrimonialização da forma como tem ocorrido, pois oferece risco para o que é selecionado pelo poder público e o que é relevante para a sociedade. A autora faz alguns apontamentos para que a identidade possa melhor se manifestar nos processos de ativação patrimonial, e cita como necessário: compreender que o patrimônio cultural é uma criação institucional; desertificar o processo, ou seja, manter seus usos e significados; garantir participação efetiva da sociedade na seleção e na gestão do bem protegido; reconhecer as inúmeras possibilidades de percepção e de utilização de um objeto ou de um lugar patrimonializado; entender que os elementos que estão em risco de desaparecimento podem ser conservados por inúmeras razões, entre elas sua simples existência; e desvincular o patrimônio da condição de mercadoria, que só teria sentido se ele trouxesse retorno econômico à comunidade.

A autora indica dois caminhos para a efetividade da associação entre patrimônio e identidade. O primeiro seria o reconhecimento de que a democratização patrimonial é uma ilusão e não passa pela ação institucional, e o segundo, pela manutenção da ação institucional e da abertura para sociedade. Refletir acerca das questões levantadas nos leva a pensar em outras formas para legitimar o patrimônio, e no quanto a desarticulação entre sociedade e poder público entre o que é patrimonializado e o que é realmente significativo pode colocar o patrimônio em perigo.

Gonçalves (2007; 2015) concorda com a narrativa que o foco dos intelectuais acerca do patrimônio cultural brasileiro esteve estreitamente ligado à identidade. Para o teórico, esta

categoria sempre apareceu nos discursos do patrimônio, pois além de mobilizar, dá direção aos empreendimentos de preservação. Nas palavras do autor:

Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. (GONÇALVES, 2015, p. 213)

Cabe ressaltar que, para Gonçalves (2007, p. 155), “os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’”. Esta transformação do bem cultural em patrimônio dá a ele uma função de “representação” que funda a memória e identidade. De volta aos questionamentos sobre a identidade, o autor indaga como elas são produzidas e destaca que o debate do patrimônio não deve ser somente ligado às tarefas de descobrir, preservar e defender as “identidades” supostamente colocadas.

Outro entendimento adotado é o de que todo patrimônio cultural possui elementos materiais e imateriais. Pesquisadores da CI, como Souza (2011), expõem considerações sobre a oposição material-imaterial do patrimônio cultural, argumentando que não há como separar o aspecto tangível do intangível, e destacam que tal divisão se estabeleceu historicamente nas políticas culturais. Apoiado em Smith (2008) e Oliven (2003), Souza (2011) defende o abandono desta oposição e afirma que o ideal seria considerar todo patrimônio intangível, entendendo que o aspecto material de um bem não é autoexplicativo, visto que só há diferença entre os semelhantes porque lhes são atribuídos sentidos nos seus usos sociais. Nesta perspectiva, só se preservava o patrimônio por ele ser constituído de elementos intangíveis.

Em uma linha de pensamento próxima sobre a materialidade e a imaterialidade, Meneses (2012) conclui que o patrimônio cultural tem como suporte sempre os vetores materiais, pois no patrimônio imaterial há uma dimensão material que lhe permite realizar-se. Para exemplificar, o autor menciona o corpo como partícipe do patrimônio, este mais conhecido como formas de expressão, modos de criar, fazer, viver precisa dos múltiplos suportes. No que se refere ao patrimônio material, entende-se que é dotado de uma dimensão imaterial de valor e significados. Para o autor, as diferenças não são ontológicas, mas basicamente operacionais. Portanto, para discutir o patrimônio cultural, partimos desse entendimento.

Pelos encaminhamentos de Smith (2006), buscaremos, em interseção com o que há de mais categórico, o patrimônio ativado, as percepções e os usos não passivos do patrimônio. Em outros termos, o entendimento do patrimônio “[...] não apenas como uma ferramenta de governança, mas também [...] uma importante ferramenta política e cultural para definir e legitimar a identidade, as experiências e a posição social/cultural de uma série de grupos, bem como os do discurso autorizado” (SMITH, 2006, p. 52, tradução nossa).

Parte-se de uma visão expandida do que é patrimônio cultural, compreendendo as diversas categorias de pensamento que envolvem esta noção. Consideramos o patrimônio que se vive, que se sente, e também aquele que é ativado, que é reconhecido pelas ações estatais.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL EM ITINERÁRIOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O tema patrimônio cultural tem adquirido maior representatividade no âmbito da Ciência da Informação desde o século XXI, segundo Oliveira (2020), com discussões em torno da produção, das necessidades e do uso de sistemas de informação, além de questões que envolvem a patrimonialização, valores, ressignificações, e outros enfoques que perpassam o ciclo vital da informação. A autora indica o patrimônio cultural como “[...] um tema transversal que, enquanto campo, se aproxima da Ciência da Informação pela Teoria da Informação, em específico, na relação temática da representação da informação patrimonial.” (OLIVEIRA, 2020, p. 77).

Já em Albuquerque, Menezes e Silveira (2021, p. 3), vamos encontrar a seguinte relação:

A perspectiva dos estudos sobre patrimônio cultural que se apresenta na Ciência da Informação é a de lançar elementos de e sobre os bens materiais e imateriais existentes, enquanto registros de informação (em seu sentido lato), para evidenciar suas funções sociais, históricas e memoriais. Os processos de registros desses bens culturais repercutem na atribuição de valor, historicamente construído e transformado, a um conjunto de práticas socioculturais que se desdobram em registros materiais e imateriais.

Azevedo Netto (2015) utiliza-se da argumentação de que o patrimônio só faz sentido quando reconhecido e ressignificado por determinada comunidade mediante o acesso à informação, visto que é ela que viabiliza o compartilhamento e a criação da memória. De modo geral, o patrimônio cultural é visto na Ciência da Informação como fonte de informação e registro de memória.

Nesse viés, Bezerra (2014) ao realizar um inventário de bens culturais de três comunidades no complexo do Vale do Gramame (PB), em João Pessoa, coloca como

centralidade o registro e a preservação de informações sobre os bens e a memória para buscar pela oralidade o que ficou do vivido. A produção de um instrumento de informação acerca dos locais de referência da comunidade possibilita, segundo o autor, práticas preservacionistas mais eficientes.

Em uma perspectiva próxima, Almeida (2018) cartografa as ações desenvolvidas pelos mestres de cultura e brincantes do Cariri cearense com aporte na CI para refletir acerca da memória, suas dinâmicas, representações e ações de preservação do Cariri. A partir de entrevistas e de análise documental, ela identificou os sentidos sociais e institucionais que circundam as tradições orais. Para a pesquisadora, as contribuições da CI para o campo do patrimônio seriam pelo fortalecimento dos estudos sobre as expressões da cultura, como possibilidades e aplicações práticas em projetos de organização e sistemas de informação voltados para cultura, visando a disseminação, o acesso e o uso das informações, uma vez que quanto mais se estuda e analisa os bens culturais, mais se pode traçar estratégias e ações para salvaguarda.

Neste contexto de cultura, identidade e preservação, é possível pensar no patrimônio cultural e também na sua indissociabilidade com a memória coletiva. Através dele é possível compreender a cultura e suas manifestações, bem como a história das pessoas e dos lugares. Conforme Dodebei (2015, p. 60), “[...] as relações entre memória e patrimônio consideram dois processos interligados: a memória em seu vir a ser patrimônio, ou patrimonialização da memória; e o patrimônio instituído que necessita de uma memória para se justificar no tempo, ou memorização do patrimônio.”

Segundo Araújo (2014, p. 8), a Ciência da Informação atualmente é mais reflexiva à complexidade dos fenômenos que são estudados, pois busca, em suas palavras, “[...] ver a imbricação entre documentos (ou registros de conhecimento), mediações (tecnológicas, institucionais) e saberes (culturas, memórias, conhecimentos coletivos)”.

Para Gonçalves e Mucheroni (2021), os povos que produzem conhecimento, majoritariamente pela oralidade, têm práticas informacionais de preservação e disseminação de saberes inviabilizadas. A passagem a seguir sobre epistemologia nos estudos de informação destaca o registro como forma de amenizar as injustiças:

A epistemologia, portanto, está ligada às instituições culturais, sociais e políticas de um povo. A ideia central aqui é de uma fundamentação conceitual da produção de conhecimento de povos indígenas e originários. Essa fundamentação pode ser constituída pela oralidade, pela prática, pela memória, que quanto menos possibilidades oferece de ser registrada, mais

subjugada à violência do colonialismo se torna. (GONÇALVES; MUCHERONI, 2021, p. 3)

Portanto, produzir conhecimento de povos historicamente marginalizados a partir da memória, da oralidade e das tradições implica o registro da informação, pois quanto mais registro, menos injustiça. Materializar as informações de certa maneira liga-se ao processo de representar as memórias da comunidade e, conseqüentemente, do patrimônio. O termo epistemicídio foi definido por Santos⁵ (2009), que em uma de suas obras relaciona o genocídio com a epistemologia.

[...] à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (SANTOS, 2009, p. 183)

A representação da informação aparece como a segunda subárea na Ciência da Informação, pois a recuperação da informação nos sistemas de informação necessitava da representação visando a sua otimização. Ainda na década de 1960, começaram a surgir instrumentos de linguagem controlada e sistemas de classificação, com o intuito de economizar custos, diminuir ruídos e suprimir redundância (ARAÚJO, 2018).⁶

No decorrer do desenvolvimento da área, a informação passou a ser vista como elemento indissociável das práticas dos indivíduos, atrelada aos aspectos socioculturais em que é produzida. Neste contexto, a informação não é percebida de modo autônomo e positivo, mas como elemento dentro do processo comunicacional, e os estudos no campo da representação informação ganham espaços dentro da Ciência da Informação com a produção de sistemas de informação focados no usuário e nas formas socioculturais de registro, como também com a

⁵ Para o autor, o colonialismo europeu fundou uma estrutura social de dominação dos povos da África, Ásia, América do Sul onde seus conhecimentos e saberes são invisibilizados pelo saber do ocidente. A produção do conhecimento científico foi construída através de apenas um modelo epistemológico. Outros tipos de conhecimentos não são considerados. Santos (2021, p. 41), ao longo do desenvolvimento de suas teorias, chega aos instrumentos principais das epistemologias do Sul, que são as seguintes: a linha abissal e os vários tipos de exclusão social que ela cria; a sociologia das ausências e a sociologia das emergências; a ecologia dos saberes e a tradução intercultural; e a artesanaria das práticas.

⁶ Araújo (2014) apresenta o modelo positivista como o primeiro, abordava um estudo de informação fisicalista, ela era tida como algo mensurável, neutra, formalizada, as pesquisas eram focadas nos sistemas de informação. O segundo modelo era o cognitivo, o foco estava nos sujeitos, usuários e produtores de informação, o comportamento humano era considerado no que se referia a informação, o que caracterizava o excesso de subjetividade. O terceiro é o sociológico que valorizava o “contextualismo”, o interesse era as relações que um grupo (empresa, país, cidades, entre outros) estabeleciam com o conhecimento registrado.

transferência da informação e como ela é consumida, através de mecanismos informais de tratamento da informação (AZEVEDO NETTO, 2015).

Na compreensão de Capurro (2003), as mudanças paradigmáticas do século XX refletiram na Ciência da Informação e nos três paradigmas predominantes na área: o físico, o cognitivo e o social. O primeiro iniciou-se com a *information retrieval* com abordagem fiscalista, em que a informação era vista como algo, um objeto físico, em cujo processo há um transmissor e um receptor. Já o paradigma cognitivo relacionou informação e conhecimento, e uma coisa só seria informacional se alterasse as estruturas do conhecimento ao relacioná-lo com documentos e dados. Esta perspectiva tinha como o intuito verificar de que forma a informação transforma ou não os usuários, estes considerados sujeitos que sofrem as alterações cognitivas na medida em que ocorre a transmissão informacional. Por último, houve o paradigma social, o mais recente, o qual surgiu como crítica ao paradigma anterior, que considerava o usuário apenas em uma dimensão cognitiva, e passou a considerar os contextos em que os sujeitos estão inseridos, em seus condicionamentos materiais e sociais.

No campo do patrimônio, a representação permite identificar os bens culturais, pois a informação, um dos elementos essenciais neste processo de preservação do patrimônio, representa tanto os elementos simbólicos quanto os elementos materiais. Portanto, quando registrada a informação, tem-se uma matéria-prima indispensável, que também é o instrumento de preservação. Na passagem de Oliveira e Bezerra (2013, n.p.),

[...] vale ressaltar a relevância da informação no processo de preservação do Patrimônio Cultural, pois tanto os elementos simbólicos quanto o material necessitam de representações que ajudem a identificar o bem preservado para consubstanciar a partilha de experiências, que ocasionará na construção da memória coletiva.

Portanto, a Memória e o Patrimônio, no que se refere à representação e à preservação da informação, estão vinculados, e, por meio dessas funcionalidades, é possível expressar os bens e aspectos culturais. Neste sentido, a Ciência da Informação tende a explorar as formas e os estilos de representação da informação no âmbito cultural, bem como o passado e o presente ligados a diversas memórias.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: CULTURA E PATRIMÔNIO EM SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)

No Brasil, conforme a Constituição de 1934, caberia à União e aos Estados “[...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, artigo 10, inciso III). No capítulo II, destinado à Educação e à Cultura, o artigo 148 amplia as obrigações para os municípios: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934).

Com o princípio constitucional estabelecendo responsabilidades de preservação do patrimônio nacional em três níveis – federal, estadual e municipal –, começou então o desenvolvimento das legislações com o intuito de proteger os bens que representassem a nação. Um dos exemplos na esfera federal foi a criação de um órgão para cumprir este objetivo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei nº 25/1937. Nos termos desse documento constitui-se patrimônio:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O instrumento para o reconhecimento dos bens de interesse para a preservação era o tombamento, aplicado também aos monumentos naturais como sítios e paisagens. Os bens só eram considerados patrimônios depois de inscritos em um dos quatro livros do tomo, são eles: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas.

A historiografia oficial adotada pelo IPHAN apresenta duas fases da instituição: “fase heroica” e “fase moderna”. A primeira corresponde à gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro ao final, e a segunda, à de Aloísio Magalhães (GONÇALVES, 2002).

As políticas patrimoniais na fase inicial, apesar do esforço do movimento modernista, eram reflexo do que era considerado cultura na época. Percebe-se a influência europeia no que era tombado, pois na “fase heroica” a seleção de bens era realizada basicamente pelos funcionários ou colaboradores da instituição. Foram tombados, até o final do ano de 1969, 803 bens, sendo: 368 referentes à arquitetura religiosa; 289, à arquitetura civil; 46, à arquitetura militar; 36 conjuntos; 15 bens naturais; 6 arqueológicos, e 36 bens imóveis. Quanto ao estilo, também havia uma predominância barroca seguida do estilo neoclássico (FONSECA, 2005).

Na segunda fase, denominada “moderna”, iniciada a partir da década de 1970, Fonseca (2005) afirma que as políticas do SPHAN se distanciaram dos interesses da sociedade,

sobretudo das classes populares. Com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a entrada de Renato Soeiro, no período de instalação do Regime Militar, houve diversas mudanças. Grigoletto (2013) destaca que, com Aloísio Magalhães na diretoria do Instituto, as mudanças continuaram, tanto de caráter estrutural do órgão quanto discursivo, político e administrativo. Na visão de Gonçalves (2002), Aloísio Magalhães, quando assume o cargo, amplia a noção de patrimônio cultural,

[...] de modo a incluir elementos que não se restrinjam à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira. Para ele, monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais – "bens patrimoniais" – que são primordialmente associados à "alta cultura" e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, segundo Aloísio, tanta atenção quanto quaisquer outros bens culturais, mas não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio (GONÇALVES, 2002, p. 56).

Ao assumir o SPHAN, Aloísio Magalhães retoma o anteprojeto de Mário de Andrade⁷ e substitui o patrimônio histórico e artístico por bens culturais, enfatizando a cultura brasileira não somente no que se refere ao seu passado, mas, sobretudo, ao presente. Arelava a noção de bens culturais ao cotidiano das comunidades. A maior crítica de Magalhães às políticas do SPHAN se referiam ao caráter elitista, que não considerava toda a diversidade étnica do Brasil em suas políticas. Para ele, o negro, o índio e o europeu formaram o país e enriqueciam a cultura. Na perspectiva de ambos os gestores, Rodrigo e Aloísio, não preservar o patrimônio cultural do Brasil levaria a uma possível perda da tradição ou da diversidade cultural (GONÇALVES, 2002).

Para Miceli (1989) a política de patrimônio ostentou marcas classistas, visto que os imóveis e monumentos tombados representavam a classe dirigente brasileira. Como destaca, houve “amnésia” em relação à representação dos grupos populares, grupos de negros e indígenas, pois durante boa parte do século XX as políticas de preservação privilegiaram o patrimônio “pedra e cal”. Essa perspectiva só começou a mudar no final da década de 1970, quando o SPHAN passou a valorizar novas vertentes de patrimônio, abrangendo o saber popular e as identidades coletivas, levando em consideração a diversidade cultural, étnica e religiosa do Brasil.

Conforme Chuva (2012), esse período foi marcado pela crise do capitalismo, pelo avanço das tecnologias, pelo enfraquecimento dos Estados e pela expansão do capital entre as

⁷ O ministro Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto para a proteção das obras nacionais, que foi entregue em 24 de março de 1936.

fronteiras. Assim, novos valores foram surgindo e a identidade nacional foi se reconfigurando, cenário no qual ocorreu a ampliação da noção de patrimônio, em que novos objetos, práticas e bens passam a ser incluídos. Neste contexto, a cultura passou a ser vista como processo, e as relações sociais, objeto de investigação.

Na Constituição de 1988 define-se patrimônio cultural brasileiro como bens de natureza material e imaterial, que têm referência na identidade, na ação e na memória que forma os diversos grupos brasileiros, e incluem:

- I- as formas de expressão;
- II- os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Vale destacar que no Brasil, antes mesmo das recomendações internacionais, na década de 1990, iniciaram-se discussões acerca das iniciativas de preservação das expressões culturais, dos modos de fazer, e da imaterialidade do patrimônio. O Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, que culminou na Carta de Fortaleza, impulsionou, ainda no ano 2000, a aprovação do Decreto Federal nº 3.551, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o programa nacional de patrimônio imaterial. A legislação institui quatro livros de registros, são eles: Registro dos Saberes; Registro das Celebrações, Registro das Formas de Expressão; e Registro dos Lugares. Novos bens e novas manifestações passam a ser considerados patrimônio cultural.

As políticas atuais, como os planos de cultura nacional, estadual e municipal, seguem o conceito mais abrangente de patrimônio cultural. Os diálogos entre diversas áreas, como História, Antropologia, Geografia, Arquitetura etc, contribuíram com métodos e teorias para as práticas de preservação de bens culturais. Percebe-se que os discursos e as políticas tiveram transformações influenciadas pelo contexto político, social, econômico e cultural, e pelas tendências internacionais.

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é regulado pela Lei nº 12.343, aprovada pelo Congresso no ano de 2010, um plano decenal, ampliado por mais dois anos seguidos de mais dois pela Medida Provisória nº 1.129 de 2022. De autoria do Ministério da Cultura, criado na gestão de governo de Luís Inácio Lula da Silva, o plano foi elaborado com base no artigo 215 da Constituição, que determina: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos

culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Em 2005, ocorreu a I Conferência Nacional de Cultura, com ampla participação de diversos setores da sociedade e de regiões do Brasil em reuniões, fóruns, seminários e consultas públicas, tendo a supervisão do Conselho Nacional de Política Cultural. Foi um marco no âmbito das políticas públicas, principalmente pelo seu caráter democrático, inovando as práticas tradicionais de gestão pública de cultura.

Como consequência da participação ativa da sociedade e reflexo da gestão, passou-se a abranger uma ampla concepção de cultura. As culturas populares e tradicionais foram englobadas, povos negros e indígenas começam a ter representatividade, e a cultura foi tratada em três dimensões: como expressão simbólica, como direito de cidadania e como vetor de desenvolvimento econômico. Proteger e promover o patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial aparece como um dos objetivos do plano, e garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro sucede como atribuições do poder público.

O plano nacional traz como desafio 53 metas, e dentre elas destaca-se o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), implantado em 100% dos estados, com legislação e política de patrimônio aprovadas em 60% dos municípios. O PNC visa estabelecer diálogos e articulações entre as esferas de governo para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O SNPC tem como objetivo atuar no desenvolvimento de uma política de preservação que regule princípios e regras para as ações de preservação, principalmente na coordenação dessas e na criação de um sistema que financie as instituições, visando fortificá-las, estruturando assim o sistema. O desafio posto é a nova forma de relação entre os entes federativos. Para alcançar a meta, estabeleceu-se que é preciso o incentivo da participação do SNPC através de acordos de cooperação, visando a mobilização dos estados e das cidades para o avanço das ações de desenvolvimento de políticas de preservação de patrimônio de forma conjunta.

Cabe mencionar outras metas do PNC, que se relacionam com o patrimônio e com a preservação das culturas tradicionais, como a terceira, que tem como intuito cartografar a diversidade das expressões culturais para a elaboração de um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas abrangendo todo o território brasileiro. Estes registros seriam atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), e com os dados sistematizados seria possível planejar políticas culturais direcionadas para cada setor.

Outra meta que cabe menção é o cadastro de 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares no SNIIC para a garantia de ações públicas de promoção à

diversidade cultural, com informações de quem são e onde estão os grupos tradicionais. Assim, o Mapa da Diversidade Cultural, da meta 3, objetiva promover diversas ações a partir do mapeamento realizado.

Doze anos após a aprovação, muitas metas não foram alcançadas em função de dificuldades na gestão cultural, que tem sido descontinuada devido à alternância de governos e políticas de Estado, além do desenvolvimento de outras políticas que refletem no avanço do setor cultural, como as da educação, saúde, assistência social etc. Exemplo recente foi em 2016, quando o órgão federal de maior representatividade, o Ministério da Cultura, foi extinto e reincorporado ao Ministério da Educação por um curto período, uma decisão que foi revista após contestações. Somente em 2019 houve a extinção do Ministério da Cultura pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e com a publicação do Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, a estrutura da Cultura passou então a pertencer ao Ministério da Cidadania, tornando-se a Secretaria Especial de Cultura, que mais tarde passou para a pasta do Turismo. Com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, o Ministério da Cultura (MinC) foi recriado, conforme Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

Em relação ao Plano Estadual de Cultura, regulado pela Lei nº 10.296, de 11 de novembro de 2014, foram seguidos os mesmos princípios dispostos no Plano Nacional de Cultura, desde a estrutura do documento ao conteúdo do que está presente na lei, que, em sua maioria, teve como diretriz o texto nacional, portanto, não apresentaremos destaques.

No Brasil, cabe também aos municípios legislar sobre o Patrimônio Cultural, desde que sigam as legislações da união e do estado que ocupam. Embora não apareça no Art. 24 da Constituição de 1988, o Art. 30 traz as competências do município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- [...]
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 1988).

Em Santa Maria de Jetibá a Lei nº 2.160, de dezembro de 2018, dispõe sobre o Sistema e Fundo Municipal de Cultura, que tem por objetivo propiciar o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais. O Sistema Municipal de Cultura integra o Sistema Nacional de Cultura, sendo um elemento fundamental no desenvolvimento das políticas públicas de cultura, que se estabelece como mecanismo de gestão compartilhada com as demais esferas e sociedade civil. Na referida lei, a preservação, a promoção e a

valorização do Patrimônio Cultural aparecem como papel do poder público, bem como o direito à identidade e à diversidade, que deve ser assegurado pelo município por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural. A concepção de cultura adotada é a tridimensional: simbólica, cidadã e econômica, e a de patrimônio cultural é abrangente conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Integram o Sistema Municipal de Cultura: a Secretaria de Cultura e Turismo, o Conselho Municipal de Política Cultural, a Conferência Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, o Sistema Municipal de Museus, o Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura, sendo que estes dois últimos não têm a obrigatoriedade de compor o sistema, portanto sua participação é facultativa.

Os Sistemas Setoriais devem funcionar como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura. O Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, assim como os outros, deve seguir as diretrizes advindas das instâncias deliberativas Conferência Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural. As instâncias devem ter a participação da sociedade civil e ainda deve-se considerar o critério territorial nas escolhas de seus membros. Além disso, para que haja conexão entre os sistemas setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural.

A Lei nº 1.903, de 30 de agosto de 2016, dispõe, especificamente, acerca da preservação do patrimônio cultural e natural do município de Santa Maria de Jetibá. O patrimônio é considerado tudo aquilo que esteja em seu território que seja de interesse público, e consiste na paisagem natural característica e em bens móveis ou imóveis de natureza material ou imaterial.

O patrimônio cultural no município será tombado a partir das ações do Conselho Municipal de Cultura de Santa Maria de Jetibá, criado pela Lei nº 904, de 29 de agosto de 2006, e do que se considera de interesse de preservação. Cabe ao referido Conselho desenvolver atividades com a finalidade de tombamento, coordenando as pesquisas de levantamentos do patrimônio cultural do município; elaborando estudos e pareceres; organizando documentação e vistorias ou outras medidas a fim de instruir e encaminhar os processos de tombamento; propondo acordos e parcerias com instituições sejam públicas ou privadas; indicando, ainda, obras ou serviços imprescindíveis à conservação do bem tombado, e orientando e acompanhando as obras de restauração e/ou adequação. Ao Conselho cabe também assessorar

a Secretaria Municipal de Cultura no que se refere a projetos de educação patrimonial em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Instituiu-se também, por esta lei, o Livro do Tombo Municipal e o Livro de Registro do Patrimônio Imaterial ou Intangível, este destinado a registrar saberes, celebrações, formas de expressão e outras manifestações. Para a inscrição nos livros, o processo poderá ser instaurado por qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída de entidades organizadas e pela Secretaria Municipal de Cultura. A lei aborda a proteção e conservação, as penalidades e o Fundo de Proteção.

Constata-se que, especialmente nos últimos anos, o poder público municipal vem se dedicando a proteger o patrimônio cultural através do reconhecimento de diversas manifestações, seja com instrumento legislativo, programas e/ou parcerias estabelecidas. Mesmo na ausência de representantes que a legislação prevê, como no Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, entre outros, há uma tentativa de se colocar a legislação em prática e criar instrumentos para o registro e a manutenção de práticas entendidas como patrimônio.

4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES): TRADIÇÕES QUE RESISTEM

Nesta seção são abordadas características gerais do município de Santa Maria de Jetibá, com um breve histórico da saga de imigrantes pomeranos no estado do Espírito Santo, as manifestações e as heranças culturais identificadas na pesquisa, bem como os apontamentos prospectivos.

A região de Santa Maria de Jetibá, no estado do Espírito Santo, ficou conhecida por Jequitibá e foi colônia da atual Santa Leopoldina até 1943, quando a sede do distrito passou a chamar-se Jetibá. Somente em 06 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº 4.067, estabeleceu-se como município (BREMENKAMP, 2014).

Figura 1 – Mapa de Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo



Fonte: IBGE

A cidade de 734 km² conta com uma extensa área florestal preservada, e sua população, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2021, é de 41.588 habitantes. Hees (2014) apresenta os aspectos climáticos, caracterizados por muitas variações devido à altitude. Localizada a 720 metros acima do nível do mar, há pontos no município ainda mais altos, como também alguns mais baixos. Os verões são quentes, com temperaturas amenas à noite, e o inverno é frio – frequentemente nesta época do ano os termômetros chegam a marcar de 6° a 8° C.

O município é destaque nacional na produção hortifrutigranjeira, além da cafeicultura, da fruticultura e da avicultura. Esta localidade detém a melhor estrutura agrária do estado e uma das melhores do Brasil, e é a segunda maior produtora de ovos do país, sendo o maior polo avícola do Espírito Santo, utilizando-se de tecnologias apropriadas e modernas. Os empresários são responsáveis pela maior parte da produção, e a outra parte vem de pequenos agricultores que se organizam por meio de uma cooperativa, que fornece insumos, assistência técnica e orientação para comercialização. A olericultura no município alcança praticamente 80% das propriedades familiares: há produções de repolho, chuchu, couve-flor, alho, cenoura, beterraba, pimentão, alface, entre outras. Cerca de 40% de hortigranjeiros consumidos na Grande Vitória são produzidos na região, que também atende estados vizinhos, como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Neste ramo, atualmente a comunidade tem se aperfeiçoado cada vez mais na produção orgânica nas olerícolas, e outros trabalhos têm sido desenvolvidos, como a piscicultura, a floricultura, a produção de mel, a agroindústria e o turismo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, *online*).

4.1 IMIGRANTES POMERANOS E SEUS DESCENTES NO ESPÍRITO SANTO

A vinda de pomeranos para Santa Maria de Jetibá pode ser compreendida como resultado de políticas de Estado direcionadas às colônias desde as configurações que assumiram no século XIX, período marcado pela imigração para o Brasil, principalmente de povos de origem italiana e germânica, como no caso dos pomeranos.

De acordo com Martinuzzo (2009), a entrada de imigrantes passou a ser objeto de política de Estado. Com o fim da escravidão e a escassez de mão de obra, houve o incentivo à imigração como forma de substituição do trabalho escravo e recurso para “branquear” o povo

brasileiro, pois o governo português tinha receio de algo parecido se repetir com o que ocorrera no Haiti em 1806, onde escravos negros massacraram a elite francesa branca (HÖLKE, 2016).

Na conjuntura externa a esse empreendimento brasileiro, identifica-se que muitas nações europeias enfrentavam situações calamitosas oriundas do fim do feudalismo e do início da industrialização (MARTINUZZO, 2009). Dentre essas nações, Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, etc. incentivavam a saída de parte da população e a realização de propaganda brasileira em suas localidades para atrair os interessados (DEMARTINI, 2010).

Conforme Demartini (2010), o governo brasileiro tinha preferência por imigrantes brancos provenientes de países europeus, excluindo-se os de Portugal. Em suas pesquisas, Martinuzzo (2009) destaca o interesse do Estado por imigrantes vindos da Alemanha, cuja população estava cansada das guerras e da alta concentração de moradores nas cidades. Ainda sobre o movimento de migração alemã, cabe destacar que ele foi inicialmente influenciado pela origem germânica da primeira imperatriz, Dona Maria Leopodina de Habsburg (1797-1827), arquiduquesa da Casa Imperial da Áustria, cujo casamento com um herdeiro no trono português estreitou as relações diplomáticas entre as duas nações (FEHLBERG; MENANDRO, 2015).

Os interesses econômicos levaram as nações europeias a inúmeros conflitos e alianças durante décadas. Entre 1814 e 1815, o mapa do continente foi redesenhado no Congresso de Viena, após a derrota de Napoleão. Diante desse contexto, segundo Hölke (2016), surgiu na Alemanha a Liga Alemã, composta por 35 principados/estados, além de algumas cidades livres. Estes estados não tinham um governo em comum – sua união por vezes só representava o interesse da nobreza alemã – e se uniram sob o nome de Confederação Germânica, passando a ser disputados por duas potências: Áustria e Prússia. Bremenkamp (2014) destaca que a Pomerânia fazia parte da Confederação Germânica enquanto estado independente, e, depois da unificação alemã, passou a integrar a província da Prússia, mesma época em que se deu início à imigração.

A Pomerânia, conforme Bremenkamp (2014), era dividida em *Vorpommern* (Pomerânia anterior) e *Hinterpommern* (Pomerânia posterior), também conhecidas como Pomerânia Ocidental e Oriental, respectivamente. A região se localizava entre as atuais Polônia, Alemanha e os países escandinavos. Conforme Martinuzzo (2009), seu território foi autônomo entre os anos de 1817 e 1945, e sua história foi turbulenta, pois as terras foram alvo de disputas durante séculos, devido à localização estratégica do Mar Báltico, e à fertilidade do solo. Ainda segundo o autor, em 1945, com o Tratado de Potsdam, ao término da Segunda Guerra Mundial, a antiga

Pomerânia foi riscada do mapa europeu. A Alemanha ficou com parte da Pomerânia Anterior, e a Polônia, com a Pomerânia Posterior.

Figura 2 – Mapa esquemático da antiga Pomerânia



Fonte: Revista Globo Rural (Editora O Globo), 2008.

Percebem-se, portanto, interesses recíprocos nos movimentos migratórios. O Brasil necessitava de mão de obra, e a Europa precisava, de alguma forma, resolver questões relacionadas à sua população, que crescia de forma desordenada e sofria com conflitos internos e transformações desde a Revolução Industrial. Conforme tratado por Barros (2007), verificava-se a unanimidade entre autores capixabas⁸ quanto às duas necessidades que sustentaram a imigração para o estado do Espírito Santo: a mão de obra para a lavoura e o povoamento das terras virgens.

O tratamento da escassez da mão de obra pode ser analisado em uma perspectiva pelo sistema de parceria⁹, com funcionamento entre meados do século XIX e início do século XX. Esse sistema foi inicialmente implementado pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na fazenda Ibicaba, no atual município de Limeira (SP), como solução para a alta demanda por mão de obra livre (BARROS, 2007; FALEIROS; SOUZA, 2012). O sistema não teve sucesso em muitas localidades, em parte por algumas de suas características organizacionais e contratuais. Faleiros e Souza (2012, p. 3) esclarecem que:

[...] apesar das variações das cláusulas entre as fazendas que o empregaram e também das modificações destas ao longo do tempo, o sistema possuía dois

⁸ Bittencourt (1987), Castiglioni (1998), Oliveira (1975), Rocha (2000) e Saletto (1996), conforme relacionado por Barros (2007).

⁹ Pelo sistema de parceria, os imigrantes ficavam com uma parte da colheita e repassavam a outra para os proprietários das fazendas.

elementos estruturantes: (i) endividamento das famílias imigrantes, pelo pagamento da passagem, que era custeado pelo contratador, assim como pelos adiantamentos que recebiam ao longo do tempo; (ii) divisão dos resultados (meação) da produção anual. O primeiro ponto refere-se ao que, em termos teóricos, poderíamos chamar de controles contratuais: são mecanismos pelos quais o proprietário objetiva manter o trabalhador na terra; já o segundo refere-se aos incentivos: a família imigrante seria instada a produzir porque obteria anualmente as receitas com as quais saldaria os seus débitos

Esse funcionamento, dentre outros fatores, acabou por desestimular a vinda de imigrantes para o Brasil e o sistema de parceria começou a enfraquecer na década de 1870 e apresentou traços de extinção na década de 1930, conforme análises de contratos realizados no estado de São Paulo de Faleiros e Souza (2012). Cabe mencionar que na década de 1930 e ao longo da Segunda Guerra Mundial houve o fortalecimento das medidas nacionalistas e o posicionamento do Brasil durante a guerra, se manifestou contrário à formação de grandes núcleos de imigração: Alemanha, Itália e Japão (DEMARTINI, 2010).

Outra precariedade que afetava os processos de imigração refere-se aos núcleos de povoamento. Abandonados pelo governo, sem políticas públicas de saúde, agricultura e educação, os imigrantes eram deixados muitas vezes na mata virgem. Como consequência, os governos europeus começaram a proibir a emigração para o Brasil após a metade do século XIX, devido às condições precárias a que estes povos eram submetidos (MARTINUZZO, 2009). As leis elaboradas pelo Brasil a fim de regulamentar e garantir direitos básicos dos imigrantes muitas vezes não eram cumpridas, e cabe mencionar que tanto no Brasil quanto na Alemanha várias leis foram redigidas (MARTINUZZO, 2009).

Pelo exposto, a substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café pelo uso de mão de obra livre de imigrante não foi o único interesse do governo, pois havia também o intuito de criar núcleos de povoamento em áreas pouco habitadas, visando o desenvolvimento econômico do país. Por este viés, acompanhamos especificidades do Espírito Santo, que por muitos anos serviu como defesa natural de Minas Gerais, sendo uma espécie de barreira verde, e que, portanto, tinha restrições protecionistas, como a proibição da Coroa Portuguesa da ocupação de seu interior. Essa proteção teve reflexos nos processos de colonização e repercutiu também na exploração do ouro na região, que foi descoberto no século XVII, mas começou a ser extraído somente no século seguinte. A esses fatores somam-se os escassos investimentos e a falta de mão de obra desde o trabalho indígena. Diante disso, o governo capixaba passou a ter certa prioridade nas campanhas de imigração brasileiras, em grande medida por ter servido para isolamento das regiões de minas, amparado pela lei do governo imperial (HÖLKE, 2016).

O processo para a imigração consistia na assinatura de um contrato do governo com os colonos ainda na Europa, responsabilizando-se por fornecer: transporte, assistência à saúde, hospedagem provisórias, instrumentos de trabalhos, sementes para plantação, animais de criação (porcos, galinhas e galo) e um lote de terras (HÖLKE, 2016). Cada colono recebia aproximadamente 25 hectares mata adentro, distantes uns dos outros. Os solos eram ruins, com muitas rochas e declives, diferentes daqueles aos que estavam habituados os pomeranos, compostos em sua maioria por agricultores, experientes em métodos e técnicas para lidar com a terra, mas cujo conhecimento era insuficiente diante destes distintos aspectos. Além do solo, outro fator diverso que dificultou a adaptação destes povos na agricultura foi o clima tropical e as espécies cultivadas. O sonho de praticar as mesmas profissões da terra nas américas, ao invés de se juntarem à grande massa de operários nas cidades europeias, foi marcado por muitas adversidades (FEHLBERG; MENANDRO 2015).

Os imigrantes alemães foram o segundo maior grupo a emigrar para o Espírito Santo. Conforme dados de Franceschetto (2014), foram 3.966 entre os anos de 1812 e 1900, e os italianos aparecem em primeiro lugar, com 34.516. Dos povos germânicos, quase quatro mil, aproximadamente 56%, eram da região da Pomerânia, os movimentos migratórios foram principalmente nos anos de 1872 e 1873. Segundo Martinuzzo (2009), a maioria dos que chegaram ao Espírito Santo vieram da Pomerânia Posterior.

Para Barros (2012), a implementação da imigração no estado ocorreu a partir de meados do século XIX, quando foram criadas as colônias de Santa Izabel, em 1847; Rio Novo, em 1855; Santa Leopoldina, em 1857, e Castelo, em 1880. Os primeiros colonos pomeranos, de acordo com Manske (2015), localizaram-se no Porto da Colônia de Santa Leopoldina, e logo em seguida foram encaminhados às terras que o governo local lhes dispusera. Esses eram alocados em regiões próximas, em florestas íngremes mata atlântica adentro. Estas regiões montanhosas contribuíram para o isolamento, pois nestas terras quase inabitadas eles não se comunicavam com brasileiros.

Schmidt (2015) destaca as dificuldades que estes povos passaram. Os subsídios prometidos pelo governo eram muitas vezes desviados ou repassados com muito atraso e por consequência, a miséria, a fome e as doenças cresciam com o decorrer dos dias. As suas produções eram apenas para a subsistência, não rendiam para a comercialização, e eles tiveram grande dificuldade no enfrentamento de doenças, pois não havia médicos, postos de saúde e hospitais, o que os levava a recorrer quase sempre aos benzedeiros e curadores. Além das dificuldades ligadas ao trabalho e à saúde, também houve a falta de atendimento religioso, visto

que nos primeiros anos de imigração não havia pastores, no entanto, eles não deixaram de se reunir para celebrar cultos e festividades religiosas.

Os pomeranos, desde o início da colonização, sentiam dificuldade de locomoção. Quando precisavam ir a Santa Leopoldina para realizar compras, caminhavam em média sete horas em meio à mata escura e pernoitavam para no outro dia iniciarem a caminhada de volta. Além disso, ainda sofriam com a queda de barreiras. Até a década de 1950, era árduo chegar à capital, pois a viagem era longa e o tempo gasto dependia das condições da estrada, que variavam em períodos de chuva. O caminho perpassava por Alto Caldeirão, em seguida pegava-se a estrada estadual que liga Itarana a Santa Teresa, para então descer para Santa Leopoldina e seguirem rumo a Vitória. A estrada de 28 km que liga Santa Maria de Jetibá a Santa Leopoldina só foi construída na década de 1950 (HEES, 2014).

Além dos fatos descritos, os imigrantes enfrentavam barreiras linguísticas por não saberem se comunicar em português. A língua pomerana é uma língua autônoma de origem baixo-saxônica, que muito se difere das línguas de origem latina, o que prejudicava o diálogo com os brasileiros. Vale ressaltar aqui o estudo de Schmidt (2015), que afirma que grande parte dos pomeranos só aprenderam a falar português com a Campanha de Nacionalização realizada pelo governo brasileiro. O Decreto Lei n° 406, de 1938, foi uma das medidas desta campanha e estabelecia que as colônias não podiam ser ocupadas exclusivamente por imigrantes do mesmo país, e 30% de brasileiros seriam exigidos (BRASIL, 1938). Outra medida do decreto foi o uso obrigatório da língua portuguesa. A comunidade, portanto, foi proibida de falar sua língua materna. A autora afirma que houve perseguição, principalmente na cidade e em locais públicos, a quem não aderisse ao português. Em uma entrevista, Schimdt (2015) obteve relato de que às professoras só era permitido falar a língua portuguesa, sendo assim, as crianças que não dominassem a língua nada aprendiam.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes italianos, alemães e japoneses – ou os que a eles fossem associados - sofreram ainda mais com o controle e a vigilância. Demartini (2010, p. 55) destaca que

[...] suas reuniões e viagens ficaram proibidas (necessidade de salvo-conduto), suas línguas maternas não podiam mais ser faladas, não podiam morar em zonas litorâneas, além das restrições já estabelecidas ao funcionamento das escolas dos grupos). Sabemos que os imigrantes conseguiram desenvolver estratégias para “conviver” com tais disciplinamentos, burlando muitas vezes as proibições e continuando a exercitar suas línguas, seus costumes, suas culturas.

Tais restrições interferiram nas vivências dos grupos de imigrantes, especialmente nas gerações de jovens.

Com muitas estratégias para (sobre)viver, os imigrantes pomeranos deixaram traços religiosos e culturais bem marcantes nos seus descendentes, dos quais foram preservados, principalmente pelo isolamento geográfico. Schmidt (2005) elenca, em sua pesquisa etnográfica, características culturais pomeranas consideradas importantes pelos participantes das entrevistas que realizou. A primeira delas é a **língua**. O estudo de Bremenkamp (2014) verificou o bilinguismo e constatou que 85% da comunidade santa mariense é bilíngue, e os informantes com mais de 55 anos têm mais domínio do pomerano que do português, enquanto com os mais novos ocorre o contrário. Outra característica apontada por Schmidt (2005) é a **arquitetura**. As primeiras residências dos imigrantes tinham formato de cabanas. Tempos depois, passaram a utilizar madeira na estrutura, argila para pintar e rebocar, e tabuinhas para telhado, bem como para pisos e janelas. O branco e azul eram as cores mais presentes, por fazerem referência à bandeira da antiga Pomerânia, reportando ao azul do oceano e ao branco da areia de seu país de origem. As técnicas de construção foram evoluindo, utilizando tijolos, e, atualmente, alvenaria. O **vestuário** é outro atributo da cultura pomerana, sempre aparente na preservação das tradições, em eventos de casamento, confirmação, festas culturais etc. Nos dias atuais, ele é muito utilizado, embora com algumas modificações, por grupos folclóricos e em festas típicas, como a Festa Pomerana. A **religião** predominante dos pomeranos é a Luterana, mais especificamente a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Observa-se que nos últimos anos têm surgido outras denominações religiosas. As crenças fazem parte da identidade cultural, e, apesar da religião luterana, há muitas superstições ligadas às benzedeiras e aos objetos. E por fim, Schmidt (2005) traz **musicalidades e festividades** como características culturais. Os instrumentos mais utilizados são o trompete, o trombone e a concertina, e, mais recentemente, o *acordeon*. A musicalidade está presente nas festas da cidade, nas festas religiosas e nos ritos de passagem, como o casamento etc.

Os pomeranos, a partir do Decreto n° 6.040, de 2007 do Governo Federal, passaram a compor a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que trata do Desenvolvimento Sustentável desses grupos. Este decreto compreende que Povos e Comunidades Tradicionais são aqueles grupos de cultura diferenciada que se reconhecem como tais, que têm formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Esse documento foi resultado das lutas coletivas desses povos com o intuito de garantir os direitos sociais e o reconhecimento pelo Estado das suas tradições e de seu modo de vida, assegurando maior espaço para o desenvolvimento de políticas públicas. Como reflexo do decreto, no Estado do Espírito Santo, foi sancionada a Lei nº 9.258, de 2009, que instituiu no calendário do Estado o Dia Estadual do Imigrante Pomerano (ESPÍRITO SANTO, 2009). Recentemente, foi revogada pela Lei nº 11.212, de 2020, que consolida toda a legislação relativa aos dias e às semanas em que se comemoram, no âmbito do Estado, datas e de assuntos de interesse público (ESPÍRITO SANTO, 2020). Com o Decreto Estadual nº 3.248, de 2013, que cria a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, alinham-se diretrizes para a implementação de ações necessárias visando a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes a essa pauta. (ESPÍRITO SANTO, 2013)

Ao estabelecer o recorte para a apresentação do nosso universo de pesquisa e em concordância com Demartini (2010, p. 51), compreendemos “[...] que é impossível tratar os processos migratórios de forma homogeneizadora”, pois existem conjunturas, grupos e sujeitos que se entrelaçam em associações que são dinâmicas, respondem a diversos interesses e dependem “[...] da sociedade de adoção, mas também, dos recursos/capitais/posições sociais dos próprios imigrantes.” Para adentrar um pouco mais nas especificidades dos imigrantes pomeranos, acompanharemos um pouco das suas invenções e tradições em Santa Maria de Jetibá (ES) pelas memórias e vozes de seus descendentes.

4.2 CULTURA POMERANA: PRESENTE E FUTURO DO PATRIMÔNIO

Por meio das entrevistas realizadas conseguimos identificar as manifestações culturais de Santa Maria de Jetibá. Esta subseção as apresenta em forma de seções terciárias e quaternárias. Utilizamos como estratégia principal a recuperação de aspectos das memórias dos entrevistados para a identificação de patrimônios. Compreendemos que memória e patrimônio estão interligados, pois quando um indivíduo relembra suas vivências e experiências coletivas, remete-se ao grupo social a que pertence. A memória, portanto, diferencia e une grupos. Segundo Pollak (1992), ela é o entrelaçamento de experiências, é a guardiã da integridade de

cada grupo, é a que garante o compartilhamento de acontecimentos entre pessoas de uma mesma comunidade.

Foram realizadas 19 entrevistas com descendentes de pomeranos. Todas foram transcritas na íntegra e compartilhadas com os participantes para que verificassem as informações registradas e se posicionassem quanto ao aceite integral ou a necessidades de alterações. As perguntas foram divididas conforme o Apêndice D em quatro categorias: perfil, identidades, memórias e patrimônio cultural.

Os entrevistados são residentes da sede e da região rural do município. Desse total, 11 pertencem ao Grupo 1 - comunidade (6 mulheres e 5 homens), e 8 ao Grupo 2 - agentes culturais (5 mulheres e 3 homens). Dentre os entrevistados, 13 residem na zona rural e 6 na zona urbana. As entrevistas com o Grupo 1 foram realizadas em locais de trabalho, residências e sítios próprios. Quanto ao Grupo 2, todas foram realizadas em ambientes de trabalho dos entrevistados. Neste grupo houve três entrevistas individuais e duas coletivas, uma com três e a outra com duas pessoas. No Grupo 1 foram oito entrevistas individuais e uma coletiva com três pessoas.

Todos os entrevistados, com exceção de um agente cultural, reconhecem-se como pomeranos, pois ao menos uma de suas famílias materna/paterna é de descendentes, sendo que, na maioria dos casos, ambas apresentam esse vínculo. Poucos de seus familiares ou nenhum saíram da região de Santa Maria de Jetibá. Dos 19 participantes, 14 são bilíngues - dominam a língua portuguesa e a pomerana -, e os outros 5 falam só a língua portuguesa. O grau de escolaridade variou do ensino fundamental incompleto à pós-graduação *stricto sensu* nível doutorado. Majoritariamente, os entrevistados tinham nível superior completo.

Para organizar a apresentação de trechos das entrevistas, utilizamos um código para identificação dos grupos: G1 para o grupo 1, e G2 para o grupo 2; seguido de uma letra para identificação do sexo, F para feminino e M para masculino; também utilizamos um número entre parênteses para indicar a idade do entrevistado.

Após análise prévia das respostas, decidimos dividir a abordagem dos resultados em duas categorias: presente e futuro. A primeira, para a explanação e inferências acerca dos elementos identificados como representativos para os moradores do local a partir de suas percepções e apropriações no tempo presente. A segunda apresenta a visão prospectiva dos entrevistados com indicações para melhorias na forma de gestão do patrimônio, bem como apontamentos de características da herança cultural que eles gostariam que fossem alteradas.

4.2.1 Presente: das noções às manifestações

A partir dos encontros foi possível identificar a noção de patrimônio cultural, bem como as múltiplas manifestações e artefatos da cultura local, desde os cemitérios, passando pela Festa do Morango e chegando na Serra do Gelo. Após a sensibilização dos entrevistados para se aproximarem de suas experiências e buscarem recuperar lembranças, para eles, significativas de suas relações em comunidade e com os objetos ao seu entorno, foi feito o questionamento: “E para você, o que é patrimônio cultural?”

G1 M (41) Para mim, patrimônio cultural é..., tudo aquilo que..., é, fala sobre um povo, né? pode ser manifestação por dança, por, é..., vestimenta, é..., alguma construção, alguma comida, é tudo aquilo que diz, de alguma coisa que é muito própria, de um..., de um grupo de pessoas. É..., e aí, no caso dos pomeranos, seria assim, uma casa típica pomerana, uma roupa típica pomerana, uma horta típica pomerana, tudo assim, que é do povo, e que você não vai vir em outro lugar, né? Então, o patrimônio cultural é aquilo que é uma memória que se mantém, é..., viva daquele jeito, sempre daquele jeito, tenta não ser alterada... pode vir outros fatores que influenciam, mas aquilo ali, se mantém. Então, para mim, é isso..., quando eu penso, patrimônio cultural, é muito aquilo que a gente já perdeu.

G1 F (37) Patrimônio cultural eu acho que são formas, é... que a gente consegue identificar ali a identidade de um povo, de uma cultura e que não necessariamente é... seria algo físico, como sei lá.... uma casa, né, eu entendo dessa forma.

G1 F (59) Pra mim, patrimônio cultural é tudo aquilo que faz parte de um povo, que torna esse povo único. Tanto as coisas materiais como as imateriais. As histórias, as lendas, parlendas, os rituais, as festividades, é... o jeito de ser, de se vestir, de falar, de comer. Tudo. É a vida. Patrimônio cultural é a vida de um povo, tudo o que faz parte da vida de um povo é patrimônio cultural.

A proposta dessa questão foi estimular a reflexão e a formulação de uma resposta orientada, de modo que percebessem a sua participação na construção da noção de patrimônio. Uma noção que pode não ser autorizada pelos órgãos de preservação, mas que teve em sua base os sentidos do ser e do viver. As indicações com mais recorrência do que percebem como patrimônio serão aqui exploradas: língua pomerana, museus e memorial, religiosidades e crenças, festividades e casamento pomeranos, culinária e contação de histórias.

4.2.1.1 Língua pomerana

A diversidade linguística como elemento fundamental da diversidade cultural torna a língua objeto do campo do patrimônio, devido à relação indissociável entre língua e cultura. Nesse sentido, compreende-se cada língua como um fenômeno cultural singular, sendo referência para grupos sociais. São os usos que mantêm determinada língua viva, e por meio delas é possível se comunicar, se expressar, transmitir informações, ideias e valores de geração para geração (IPHAN, 2016).

No país, estima-se, segundo o IPHAN (2016), que são faladas mais de 250 línguas, dentre elas, línguas indígenas, línguas de imigração, de sinais, de comunidades afro-brasileiras e línguas crioulas, que são divididas em cinco categorias no âmbito de suas políticas. Neste sentido, o estado brasileiro vem desempenhando esforços para a preservação do patrimônio linguístico. No ano de 2010, foi instituído pelo Decreto Federal nº 7.387 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização da língua, tendo como objetivo a valorização da diversidade linguística do Brasil, a produção de informações e documentação da língua e a garantia de direitos linguísticos (BRASIL, 2010). Cabe destacar que o Decreto Federal nº 3.551, de 2000, não contemplava o patrimônio linguístico, e foi através de pedidos de reconhecimento de língua como patrimônio cultural imaterial que as discussões se iniciaram (BRASIL, 2000).

Em 2006, foi formado o Grupo de Trabalho para a Diversidade Linguística (GTDL)¹⁰, instituído pela Portaria nº 586, de 2006, para debater acerca da criação do livro de registro de línguas (BRASIL, 2006). Essas discussões levaram ao adiamento da elaboração do inventário linguístico e do registro de línguas, devido à complexidade que permeava a salvaguarda da diversidade linguística brasileira. Pouco mais tarde, o patrimônio linguístico, começando pela Língua *Talian*, foi qualificado para receber o Título de Referência Cultural Brasileira, procedimento que substituiu a proposta de registro em um livro de língua.

O INDL constituiu condições para elaboração de uma política específica para línguas no Brasil. Ele foi o resultado da mobilização de diversas organizações do poder público e de setores da sociedade civil. É na atualidade o instrumento oficial validado pelos Ministérios da Cultura (MinC), da Educação (MEC), do Planejamento e Gestão (MPOG), da Justiça (MJ), e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O IPHAN, em 2016, lançou o Guia de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, um instrumento com o objetivo de orientar inventários

¹⁰ O grupo era formado pelas seguintes organizações: Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (CEC), Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), e IPHAN.

das línguas do Brasil que serve como base para as solicitações de inclusão de línguas no INDL. O documento parte do entendimento de que é pelos estudos dos usos da língua que se compreende a dimensão identitária das práticas linguísticas. É preciso, portanto, realizar diagnósticos para verificar sua vitalidade, bem como debater com as comunidades o que é preciso para a sua sustentabilidade. Além disso, entende-se que é necessário acompanhar as modificações, uma vez que a língua está em constante mudança, e isso se faz por meio de dispositivos como planos e projetos de preservação e salvaguarda.

Quanto à língua pomerana, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) coordena uma pesquisa para obter informações sobre sua situação atual, com o objetivo de credenciá-la para reconhecê-la como Referência Cultural Brasileira. O projeto conta com diversos apoiadores, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD)¹¹.

Como parte do projeto, em 2022, foi lançado um instrumento de registro com sistema de *web* aberto e interativo o Vocabulário de Línguas Brasileiras – Pomerano (VOLB-Pomer)¹², cuja expansão se realiza por meio das palavras gravadas por internautas visitantes e pesquisadores. Também foi lançado o Inventário da Língua Pomerana (ILP), trabalho coordenado pelo IPOL que distribuiu exemplares da publicação do livro de inventário para os municípios que participaram do projeto para conhecerem a situação atual da língua pomerana.

Nas entrevistas realizadas, a língua aparece como o elemento mais significativo da cultura pomerana. Para o entrevistado:

G2 F (32) A língua, quando você quer saber se um povo preserva a sua cultura, é só você ir pro lado da língua, se preserva uma língua, então estão preservando o patrimônio cultural mais forte que existe, né?

Quando questionados sobre a dificuldade de manter alguma tradição ou sobre o medo que alguma delas acabe, a língua aparece como a mais citada.

¹¹ Os parceiros dos projetos são: o IPHAN, a Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo/UFSC, as Prefeituras Municipais de Santa Maria de Jetibá e Pomerode, o Estado de Santa Catarina, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Associação Pomerana de Pancas (APOP), os Grupos de Pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Culturas, Parcerias e Educação do Campo” e “LABPEC – Laboratório de pesquisas em contato linguístico”, respectivamente dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES) e de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Posling/UFF), e o Núcleo de Pesquisa do CNPq “Educamemória”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEDU/FURG).

¹² O vocabulário pode ser consultado a partir do link: <https://volbp.paveisistemas.com.br/tabs/tab3>.

G1 F (47) Tenho, tenho medo que... Principalmente a língua pomerana, porque, hoje ele já... O pessoal já entendeu que tem que falar mais, mas é muito difícil, você... Sabe, as crianças já desde quando nasce já falam outra língua, já não é mais pomerano. Então por isso eu tenho medo que a língua acabe um dia, por causa disso, eu ensinei meus filhos. Eu espero que eles continuem, né? Mas eu tenho medo de que acaba....

A justificativa de não ter ensinado a língua pomerana aos filhos surge como motivo, em alguns casos, para não atrapalhar o aprendizado na língua portuguesa.

G1 F (45) Muita gente ainda... Tem muito, igual, assim, os meus sobrinhos. Todos eles falam, todos eles, mas quando eles eram pequenos, era só pomerano. Mas eu já tenho família que é todo pomerano, que os pais não falam, nem eles não ensinaram. Esse que é o meu medo, deles pegar e acabar ali. Por que eu acho que não ensinaram? Porque o sonho deles, dos pais, era falar português direitinho, aí como eles não falam, não falam. Aí eu vou ensinar meu filho, e aí ele não vai ter dificuldade que nós tem, né? Aí eles nem sabem falar direito, mas como eles ensinaram pro filho um pouco que ele sabe, o filho vai saber falar então, mas esqueceram que ele não vai aprender a língua pomerana, porque se você primeiro aprender a portuguesa, você não fala mais a pomerana.

Cabe mencionar que os entrevistados reconhecem os esforços do poder público, principalmente do PROEPO, que é um programa político pedagógico que desenvolve ações educativas e formativas no ambiente escolar, além de fomentar políticas públicas em prol da preservação da língua em diversas esferas sociais. Em sua trajetória, o PROEPO conquistou ações significativas, como a co-oficialização da língua pomerana, a realização do censo linguístico e a constituição da Comissão Municipal de Políticas Linguísticas.

O programa representa uma conquista para o povo pomerano, uma vez que a língua pomerana foi proibida e minorizada durante décadas. Alguns entrevistados acreditam que as ações do poder público são suficientes nesta pauta, enquanto outros acreditam que poderiam garantir mais incentivos.

G1 F (59) Não, não tem não, falta muita coisa, muito mesmo. É... Por exemplo. Infelizmente, a Prefeitura Municipal acha que uma aula de língua pomerana por semana é suficiente para manter e preservar a história. Não é. Não é, nem nunca foi. É..., eu cito, por exemplo, a escola Emílio Schroeder aqui. Aqui a gente tem um diferencial, e isso a gente tem, exatamente pelo diretor ser pomerano, ter crescido na comunidade, então ele é uma pessoa da comunidade e a gente tem vários professores que são da comunidade. Então, a filosofia da escola é a seguinte, se o aluno te pergunta em pomerano e você sabe pomerano, responda em pomerano. Então isso faz uma diferença tão grande, tão grande... Imagina, o aluno chegar na escola e ter o direito de perguntar ao professor como é que é “isso”, em pomerano? E o professor parar tudo, e responder [...]. Te perguntou

em pomerano, responde em pomerano, e quando o aluno sabe disso, ele vai perguntar em pomerano. Então você imagina, uma aula de física, dado em pomerano, todo o conteúdo de física, sendo explicado em pomerano. [...], professor de biologia, todo o conteúdo de biologia, sendo explicado em pomerano, o fascínio dos meninos e a facilidade de eles entenderem. Porque a partir desse momento, eles vão ter que apenas fazer a tradução, eles não vão precisar mais de transformar o conhecimento na língua pomerana para compreender, porque eles já o compreenderam, eles precisam só fazer tradução. Então isso faz uma diferença, muito, muito grande na escola. Isso faz uma diferença muito grande para os alunos. Ano passado nós tínhamos 16 alunos no terceiro ano do ensino médio, 7 deles passaram na UFES. Você imagina, 7 deles, sem nunca precisar ter feito cursinho, sem nada, 7 deles passaram na UFES. Isso é quase 50% da turma, quase 50% da turma. Então, isso é muita coisa para uma escola de zona rural, e é essa diferença, o aluno tem a oportunidade de estudar e compreender o conteúdo na sua língua materna, transformá-lo, traduzi-lo para a língua oficial do país para aplicar o conhecimento lá. Se não houvesse aprendizagem não teria essa aprovação.

Mais da metade dos entrevistados aprenderam a falar português com 7 anos, idade em que se iniciava a vida escolar. Existiam muitas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem tanto dos educadores quanto dos educandos. Ocorreram relatos de famílias que deixaram de ensinar a língua pomerana para que seus filhos não sofressem constrangimentos.

G2 F (32) Então... O PROEPO surgiu exatamente por conta disso, né? Porque muitas crianças estavam deixando... Os pais estavam deixando de ensinar porque não queriam que os filhos passassem na escola aquilo que eles passaram, que era a proibição. Muitas vezes, o castigo. Até apanhavam. Há vários relatos de pessoas que falam isso, que foi uma época muito difícil, então é. Houve um período em que os pais não queriam que os filhos falassem, para evitar que os filhos passassem pelas mesmas coisas. Nem todo mundo pensou dessa forma... E ainda bem que não, né? Houve pessoas que se preocuparam com isso, e nessas de levar também o pomerano enquanto disciplina, mas não como disciplina avulsa, mas levar a língua pomerana para dentro da escola e não para ela ficar do portão para fora, né?

G2 F (32) E o programa, ele tá aqui justamente para isso, para quebrar essa barreira de intimidação das crianças. [...] Porque ainda se ouve hoje em dia: “eu tenho vergonha de falar”. Mas a gente trabalha muito a questão da... Mas você não precisa ter vergonha de falar a segunda língua, que é a nossa primeira, na verdade, nossa segunda língua é o português.

G2 F (40) [...] o município está investindo muito nas escolas, né? Dando aula em pomerano. Mas eu acredito que a língua, ela vai se perder se não incentivar mais. Por exemplo, eu não ensinei o meu filho, me arrependo muito. Porque meu marido não fala, apesar de ele ser descendente de pomeranos, mas ele é... Como foi criado na Grande Vitória, então, ele não... Não aprendeu. Aí eu acabei não ensinando meu filho, por causa disso, porque o pai não entendia. Aí, hoje em dia, eu me arrependo.... Eu acho que teria que ter, é... Aulas em pomerano, é... Para os adultos. Professor para ensinar não só às crianças, mas para os adultos. Isso não tem, ou videoaulas no *YouTube*, entendeu? [...] eu mesmo

gostaria, para lembrar algumas coisas que... Como eu esqueci, para estar lembrando, entendeu? Eu acho muito interessante, se tivesse para adultos, não só para as crianças. Porque tem um dicionário... Fizeram um dicionário, né? Mas, por exemplo, eu não sei ler. Então, tipo assim, teria que ter uma pessoa para poder dizer como que a gente lê aquilo lá... Só que para adultos! Seria muito legal.

Percebemos em algumas entrevistas que quando um casal fala pomerano é mais provável que seus filhos aprendam a língua. Constatamos ainda que a vergonha de falar uma língua e de ser diferente, no caso dos descendentes dos pomeranos, é um dos desdobramentos do controle das liberdades de muitos imigrantes em determinados períodos da história. Os reflexos dos processos de discriminação e de preconceitos decorrentes de empreendimentos nacionalistas e homogeneizantes contribuiu, por exemplo, para a manutenção do isolamento dos pomeranos e de sua permanência nas zonas rurais.

G2 F (32) Nós já passamos por muitas mudanças. Eu acho que a sociedade ensina, ela muda o tempo todo. Eu acho que.... Não, tenho certeza. Essa questão já foi muito mais forte em anos, décadas anteriores, questão inclusive da segregação da língua pomerana. Tipo, ela era motivo de chacota, de proibição, né? Teve todo um processo de proibição. Na época da ditadura, enfim, mas é atualmente. Eu vejo a preocupação de que ainda pode ser melhorado, de políticas públicas voltadas ao pomerano exatamente para quebrar essas barreiras de estereótipos que você cita, né? Porque o povo pomerano, é, ele passou muito tempo sem se... Como vou falar? É, ele se considerava um povo alemão ou, é, talvez até as pessoas ficavam em dúvida. Nós somos alemães? Nós somos pomeranas? E aí passou por esse processo todo até se chegar à conclusão de se afirmar que nós somos pomeranos, né?

G1 F (45) Sofre, principalmente o pomerano ‘mesmo’, da roça, eles são muito humilde e eles são muito tímidos também. Eles sofrem, principalmente. Muitas vezes que eu levo... Já levei muita gente e levo ainda nos hospitais. Os pomeranos, eles sempre são passados para trás, porque eles não têm coragem de brigar pelo lugar deles. Eles chegavam para ser atendidos às 11 horas... “Não, você vai ser atendido 4 horas”, e de 7 da manhã até 4 horas lá em Vitória para esperar o atendimento. Eles não brigam pela... Pelo direito deles, assim... “Não, eu sou 11 horas, eu cheguei”. Então, eles não fazem.

G1 F (45) Sim, sim, a gente sofre muito. E tem uns que trabalham só nas roças, com as mãos tudo rachada, né? Aí, ele sente muita vergonha, e realmente o pessoal repara muito mesmo. Eu já levei um, que eu já fiquei com dó, sabe? Não... Mas é a cultura, é nossa, o meu povo, como diz né? Então... Você não precisa ter vergonha disso, não, cara. Cada um no seu quadrado.

G1 F (25) Aí eles falam assim, “aquilo é um alemão”, principalmente quando vai na praia... Aí o povo já olha e já fala “você é de Santa Maria, né?”. Ele já vê a diferença, eu acho.

G1 M (41) Hoje, talvez não tanto, mas a gente já sofreu muito preconceito por conta disso. Eu até comento com os rapazes e o grupo em geral aqui, de vez

em quando, que eu lembro quando eu comecei a estudar na escola. Eu não sabia falar português. Então eu fui alfabetizado em português com 7 anos de idade. Não tinha escola, então era a escola de interior, é... E tinha acabado de se emancipar o município de Santa Maria de Jetibá, que ele fazia parte de Santa Leopoldina até final da década de 80. Aí eu lembro que na escola a gente era proibido de se manifestar de alguma forma em pomerano. Então, a gente era posto de castigo, a gente sofria alguma... Algumas repressões dentro da escola, porque era preciso acabar com esse estereótipo de pomerano e abraçar a gente. Isso a gente está falando de duas, três décadas atrás. Isso é assombroso, se a gente pensar, assim, como que isso... É... Foi tratado e como que a gente era tratado dentro da cidade. Como eu sou do interior, filho de agricultor, eu também trabalhava na agricultura, então, a gente era muito estereotipado, porque nós tínhamos muitas características, né? Que eram muito visíveis e logo, motivo para... Para sofrer algum tipo de preconceito, né? Assim, a forma como a gente se vestia, a forma como a gente se comportava, o tipo de festa que a gente fazia. Nossas festas, hoje, elas são consideradas alegres, mas durante aquele período eram consideradas bregas, é... Antiquada. Não era nada moderno, então, é... Sim, se criou um rótulo. Ainda tem esse rótulo, um pouco, mas com essa iniciativa de... Que foi instaurada pelo PROEPO, né? Do programa de alfabetização do pomerano, acho que a gente conseguiu ganhar um pouquinho mais de espaço e de respeito. Mas ainda não é esse espaço, porque eu acho que ainda tem gente que vai de curiosidade, e não propriamente por respeito ou de vontade de querer aprender com aquela cultura. É... Então existe esse estereótipo sim. A gente tem alguma dificuldade na hora de fala... Não é? Porque a gente fala pomerano todos os dias, então a nossa língua materna e nossa língua cotidiana. Então, a gente vai falar o português, a gente arranha um pouco, gagueja, ou... Tem um... Uma dificuldade de fazer algumas expressões corretamente... E aí, a gente vira, assim... É... Rotulado, né?

G1 F (26) Tem, a questão de... Do sotaque, né? De falar errado, todo mundo... Porque todo mundo é da roça... Quando fala pomerano, todo mundo acha que... Que é só gente da roça, que não sabe falar direito, que não sabe conviver direito, né?... Que não sabe, sei lá, ir no shopping, né? Eu acho que rola muito esse pensamento, assim, de que é tudo bicho do mato.

Interessante observarmos como os empreendimentos nacionalistas transformaram o *status* do imigrante “branco europeu” tão almejado em finais do século XIX pelos eugenistas brasileiros em “branco europeu” indesejado e que passou a ser atacado e ou ridicularizado pela sociedade local de diversas maneiras. Instigante ainda acompanharmos percursos de afastamentos e (re)aproximações dessa comunidade de sua língua. Por muito tempo diversas vozes, conhecimentos e práticas ficaram encerrados nesse grupo de pomeranos que, cada vez mais, têm buscado e desenvolvido medidas para garantir visibilidades, interações e compartilhamento de suas manifestações e artefatos culturais.

4.2.1.2 Atividades e equipamentos culturais: do museu ao memorial

É comum associar o turismo cultural a monumentos, edifícios e centros, sejam eles históricos e/ou artísticos. No entanto, com a extensão dos entendimentos de patrimônio cultural, as práticas do turismo passaram a incorporar elementos do modo de vida, dos saberes e dos fazeres em suas ações. As regiões rurais no Brasil, por exemplo, nas últimas décadas, vêm se destacando nas atividades econômicas ligadas ao turismo cultural, ecoturismo e agroturismo, que permitem aos turistas terem contato com o meio ambiente, a agricultura e traços culturais típicos de cada localidade.

Municípios vizinhos a Santa Maria de Jetibá, como Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa e Domingos Martins, de forte influência das imigrações italiana e alemã, já exploram estas atividades como meio de desenvolvimento econômico rural, com destaque na conservação dos modos de produção de alimentos e na gastronomia.

G2 F (32) Quando nós fomos para Venda Nova, aí nós, assim, enquanto grupo de professores, a gente falava, “nós podemos fazer isso em Santa Maria”, tipo, né? Não é difícil, é... Cozinho bem, tem comida. Tem, né? Tem tantas casas pomeranas, né? Muitas delas também já foram demolidas, uma pena, não é? Mas é, tem várias casinhas pomeranas ainda, pelo interior, que poderiam ser utilizadas para esse fim exatamente, para o agroturismo. Mas aos poucos, eu acho que a geração jovem vai tendo mais esse olhar de utilizar aquilo para o empreendedorismo, aquilo que já se tem para empreender, né? Né? Têm o potencial nas mãos, e às vezes não sabem?

No ano de 2021 foi lançado pelo governo do Estado, na gestão de Renato Casagrande, o circuito das Três Santas, que tem o intuito de potencializar e valorizar o turismo nas regiões. No entanto, muitos moradores de Santa Maria de Jetibá acreditam que a cidade não explora suficientemente todo seu potencial turístico e que o poder público poderia incentivar isso.

G1 M (41) Até das pessoas que se colocaram em condição de querer recepcionar os turistas, né? Que é o caso da Marineusa, da Angelina. Tem outros grupos de pessoas, né? Que fazem esse trabalho, né? Alguns perdendo interesse, por realmente... Se você não tem um... Um fluxo contínuo de turistas, é... Você fica preso a tentar se preparar para recepcionar, e às vezes o retorno não vale a pena, né? Porque é muito pouco. Eu acho que deveria incentivar mais um pouquinho isso, fazer mais uma Rota Turística ali, né? Acho que isso ajudaria a manter melhor. Mas não concentrar a rota em um lugar só. Acho que lá tem várias rotas que você pode explorar. Alto Santa Maria já é mais explorado hoje, um por conta da questão do... Dessa casa *Waiands*, é... *Waiands Huus* que fala, né?

G1 M (41) O que falta é ter outras ofertas de, é... Manifestação da cultura. Eu já falei que, por exemplo, não tem nenhuma exposição de arte pomerana. Fica tudo concentrado em duas festas. Deveria ter, assim, ah... Vai ter um final de semana de... Como tem muito grupo de trombonistas, é... De apresentação de

couro de trombonistas, ou de música, né? Como se fosse uma orquestra. Poderia ter outro, só de dança. Poderia ter outro, só de pinturas, que tem as mulheres que fazem as pinturas. De artesanato. Devia ter isso... De culinária, não tem? Se a gente olha para Venda Nova, por exemplo, isso tem mais. É mais festas culturais, de preservação da cultura italiana. Domingos Martins tem da cultura alemã, mas Santa Maria ainda não teve esse cuidado de pensar essas rotas, né? De estabelecer essas possibilidades, de explorar os diferentes cantos. Porque Santa Maria é muito diferente, quando a gente vai para divisa com Itarana, do que a gente quando vai para a divisa de Afonso Cláudio. É muito extensa, é muita coisa... O próprio Rio Bonito, a barragem de Rio Bonito poderia ser uma atração turística... Se você pode fazer um passeio de canoa, de barco, que fosse. Mas é... O pomerano, o índice de suicídio também é por causa disso. Eles não têm um momento de lazer, e o município não oferece. Mas quem tem que fazer essas iniciativas são políticas públicas. Pois é... Eu mesmo perdi muita gente ano passado, por conta disso, mas... É isso, hoje em dia parece que nem abala mais, se naturalizou de um jeito, assim... Que, é, mais um...

Nas entrevistas realizadas, a fim de identificar o patrimônio, foi indagado sobre quais os lugares importantes para um turista conhecer em Santa Maria de Jetibá. Partimos do pressuposto que os espaços mencionados representam as características da identidade cultural local. Em 14 entrevistas foi mencionada a *Waiands Huus*, uma propriedade que serve almoço pomerano, café colonial, cerveja artesanal (produção própria), serviços de hospedagem (em manutenção na data da pesquisa) e passeios em trilhas na mata atlântica. Integra o espaço uma casa típica pomerana que funciona como um memorial, possuindo cerca de 700 itens que remetem à cultura pomerana. O acervo foi formado a partir de peças que a família *Waiands* possuía e de doações de pessoas da comunidade.

G1 F (59) Eu acho que onde a história está mais presente, mais explícita, mais real, é a *Waiands Huus*. Tem um patrimônio, muito, que vai muito além do próprio museu da cidade... Ela é muito além do próprio museu da cidade. E a gente chama de “memorial”, porque são nossas memórias, é diferente do museu. Quem conta a história no museu? É uma história que foi pesquisada por historiadores, por museólogos. O memorial não, é a nossa vida, é nossa vivência. Então, eu levaria ele, eu convidaria essa pessoa para conseguir conhecer o memorial, indicaria também o museu da cidade, museu da imigração, o museu da igreja luterana.

Figura 3 – Portal da *Waiands Huus*



Fonte: acervo pessoal (2023).

A Casa municipal do Artesão também foi mencionada pelos entrevistados como forma de conhecer a cultura pomerana. Localizada na praça central Florêncio Augusto Berger, no centro do município, instalada na Casa Típica Pomerana “Eitel Berger”, foi criada pela prefeitura no ano de 2021, pela Lei nº 2.495, sendo destinada ao fomento de artesanatos, à agroindústria, e a trabalhos que retratem a história e a cultura, expondo e comercializando produtos nela cadastrados. Seu funcionamento segue o regimento interno elaborado pela Secretaria de Cultura e Turismo, com a participação dos Artesãos devidamente cadastrados. A disponibilização de *internet*, luz, água, telefone e recurso humanos fica a cargo do poder executivo municipal.

A Pedra do Garrafão, localizada no distrito de São João do Garrafão, também foi mencionada como lugar interessante para o turista conhecer. Segundo informações disponíveis na página da prefeitura, a Pedra tem 1.460 metros de altura, e recebe este nome porque é possível observar de Oeste-Leste o formato de um garrafão. É um ambiente de Mata Atlântica, com temperatura amena, propícia para quem aprecia paisagem natural, trilhas e escaladas.

G1 M (41) Poderia explorar um pouquinho mais a Pedra do Garrafão, que agora os donos ali estão querendo monopolizar. Mas ali teria que ter uma rota, assim, com mais segurança, e que o turista pudesse ir... Aí concentrassem as coisas mais embaixo, se quiser agregar algum valor turístico, mas não pode limitar a subida no patrimônio natural. Aquilo ali não... Não pode ser monopolizado, porque é um lugar... Assim, seria a única forma de praticar esporte.

G2 F (32) Pedra do Garrafão, eu acho que nós do município, nós, munícipes, precisamos investir nisso ainda. Então as pessoas que têm propriedade próximas, eu vejo que estão, eles estão se mobilizando, estão surgindo. É, sítios assim pra passar um final de semana, né? Tem os recantos legais, muito bacana. Então acho que estamos no caminho certo, mas ainda vai demorar um pouquinho para chegar, assim, ao ponto de virar uma rota turística muito igual, por exemplo, à Pedra Azul. Tem toda uma rota turística em torno daquela Pedra, né? E... Mas, aos poucos, a gente também vai chegar lá. Anos para cá, antigamente, a única pousada que tinha aqui em Santa Maria, de você passar a noite mesmo, era a Pousada das Águas, a Pousada Paraíso, a Pousada das Águas também já era pousada. Mas era mais por causa da Cachoeira em si, mas não era uma pousada de hospedagem, né? Essas pousadas já buscam mais a questão de um diferencial na hospedagem. Tudo mais. Inclusive, tem a pousada lá, da Pedra do Garrafão, que é em formato de garrafão, bem legal. Sim, acho que as pessoas estão despertando para esse lado também, do agroturismo. Isso é muito bom. Isso falta.

O Museu da Imigração Pomerana, lembrado pelos entrevistados, está localizado próximo à Prefeitura e à Câmara Municipal da cidade. Instalado em uma típica casa com parede branca e janela azul, cores da bandeira da Pomerânia, foi projeto do então prefeito de Santa Leopoldina, Helmar Potratz, um dos principais agentes no processo de emancipação de Santa Maria de Jetibá. A historiadora Regina Rodrigues Hess e o museólogo e historiador Sebastião Pimentel Franco, ambos da UFES, foram contatados para auxiliar no projeto inicial da criação de um museu e de uma biblioteca, com os objetivos de coroar a emancipação de Santa Maria de Jetibá e materializar a história dos imigrantes pomeranos (VARGAS *et al.*, 2018).

Fundado em 1991, em uma casa de arquitetura da primeira metade do século XX, tinha características das primeiras moradias dos imigrantes pomeranos, e foi reformada em fins de 1980, com poucas alterações. A construção funcionou como residência e Estação de Fruticultura gerida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, local destinado ao plantio e à distribuição de mudas de plantas frutíferas.

O museu foi reinaugurado em 18 de junho de 2010, em homenagem aos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes pomeranos ao Espírito Santo, e conta a história dos imigrantes e suas ocupações no território de Santa Maria de Jetibá. Para essa reinauguração, ele passou por outra reforma, destacada com insatisfação em uma das entrevistas.

G1 M (41) Hoje? É... Eu tenho algumas referências ali, né? Mas é uma pena que eles tenham... Acabado com muito patrimônio histórico nosso lá, né? O primeiro deles seria o museu, que eles refizeram, que assim... Ao derrubar o museu antigo e construir o novo, já não é mais... A memória afetiva que a gente tinha... Quando eu fiquei sabendo, também, eu fiquei muito... Muito triste. E acho que, assim, não me representa mais, este museu... Ele... Eles não precisavam ter feito isso aí. Acho que existiam, já, pesquisas avançadas, para fazer a restauração e manter aquele museu do jeito que ele era mesmo, porque era uma casa antiga que recepcionava pessoas...

O acervo é composto por documentos pessoais e oficiais, cartográficos, imagéticos e tridimensionais. A Figura 4 retrata a Concertina, instrumento musical variante da harmônica e do *acordeon*, que não é mais fabricado no mercado e, geralmente, é repassado por herança. Ele tem grande representatividade na comunidade pomerana, seja na animação das festividades, seja nas festas de casamento, nos encontros dominicais da terceira idade ou nos bailes. A Escola Pomerana de Música oferta aulas para o ensino desse instrumento.

Figura 4 – Concertina exposta no Museu da Imigração



Fonte: acervo pessoal (2023).

Conforme acompanhamos as falas dos moradores, percebemos que no processo de desenvolvimento do turismo em Santa Maria de Jetibá, as ações realizadas pelas cidades

próximas são analisadas e servem de modelo, seja para empreender ou para mensurar os riscos que a abertura a um número maior de visitantes traria ao modo de vida local e à manutenção de costumes e tradições.

G2 M (50) Com a cultura a gente não vê muita dificuldade. Nossa maior dificuldade é o turismo. É que você tem que trabalhar com empresas que não vê a atividade turística com bons olhos, mas sobrevive dela. Muitas delas, não é? Acho que o turista vai vir para destruir, para jogar lixo no chão, para deixar o ambiente sujo. Dos nossos empreendimentos no interior, tem outra visão. Ele vê o turismo como uma fonte de renda extra mesmo. Aqui no centro, a gente tem uma certa resistência para oferecer capacitação, não é? A gente oferece capacitação, só vêm os empreendimentos no interior.

A visão do turismo depredatório tem sido revisada pela literatura e pelas práticas na atualidade. De certo, podemos recuperar muitos exemplos de processos de gentrificação e disneyficação de centros históricos para finalidades unicamente mercantis. Todavia, tem-se concebido cada vez mais as iniciativas turísticas pelos benefícios que proporcionam à autogestão dos locais explorados. Além disso, ampliam-se as possibilidades de sentir, fazer e ser nos espaços visitados; uma certa performance, nos termos de Smith (2006), que garantiria experiência e aprendizado para usos e (con)vivências em lugares de memória ou para se lembrar.

Nos últimos anos vem crescendo em Santa Maria de Jetibá o Agroturismo. Turistas vêm buscando maior contato com a natureza, e procuram estes espaços por diversas finalidades, inclusive, para conhecer o modo de vida, a cultura local, as tradições, a culinária, e os produtos da região.

4.2.1.3 Religiosidades e crenças

A religiosidade da população da Pomerânia foi por muito tempo de natureza pagã. Como a região foi alvo de disputa durante séculos, com a migração de povos germânicos protestantes, a região recebeu influências da doutrina religiosa fundada por Lutero, que predominou sobre as demais manifestações religiosas. As colônias de origem germânica no Brasil mantiveram vinculação com a religião oficial predominante nos locais de origem dos imigrantes ali alocados, a luterana (FEHLBERG; MENANDRO, 2011). Os dados do censo de 2010 do IBGE tratando da população residente em Santa Maria de Jetibá, por religião, indicam que 7.162

peessoas se declaram católicas apostólicas romanas, 26.405 evangélicas, e 53 espíritas, sendo que a população nesse censo era de 34.176 pessoas.

G1 M (41) Religiosidade, principalmente, papai tinha muito isso. Assim, a prioridade era o culto, no domingo, né? Então, ele tinha essa vontade de sempre levar todo mundo. Culto é sagrado. Então, para ele, era sagrado, domingo, independente do horário que fosse, o culto. Ele pedia para que nós, crianças, eu e meus irmãos, fôssemos chamar todos da vizinhança. Quem quisesse ir junto. Porque tinha um... Um... Na época tinha uma Toyota, e depois ele adquiriu um 608... Aí, levava todo mundo. Levava todos os parentes e vizinhos que moravam ali perto, e quem fosse encontrando pelo caminho, ele levava. E... Assim, ele sempre falou, assim, primeiro, que a gente deveria buscar sempre essas coisas de Deus. Depois, o resto a gente arruma, é... Dá um jeito. E aí, questão, quando tinha temporal. Essa questão de sempre orar, respeitar, porque assim, o... O temporal era como se fosse Deus falando, ele se aproximava. E hoje eu gosto muito de temporal por causa disso, é como se... É a única manifestação da natureza que me faz sentir mais perto de Deus.

G2 F (32) Mas para o pomerano depois da família, o grupo social mais importante para ele, é a comunidade. Aí eu falo, igreja mesmo é a igreja. Então, a igreja, ela tem muito poder, inclusive cultural, não só religioso. É, então antes, né? Se pregava, tinha muitos cultos em alemão. Aí muitos pastores passaram a pregar em pomerano, e aí isso tudo vai fortalecendo as comunidades. A partir do momento que você tem uma comunidade fortalecida, você já tem um grupo maior fortalecido. Isso vai passando para as outras também, por exemplo, né, para outras comunidades. Então eu vejo assim a igreja, também. Eu sei que talvez eles nem vejam isso dessa forma, mas eu vejo como uma forma muito direta de chegar, da mensagem chegar, exatamente da questão cultural chegar. Pode qualquer pessoa falar onde o Papa falar, mas se o pastor falou na igreja é o certo, certo? É o certo.

Durante a pesquisa *in loco*, fomos convidadas por representante do poder público a visitar o Museu da Igreja Pomerana, em terreno da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, em Santa Maria de Jetibá. O local está localizado em anexo abaixo à Secretaria Geral da Paróquia, com acervo formado por documentos pessoais e oficiais, cartográficos, imagéticos e tridimensionais, adquiridos através de doações feitas por membros da comunidade religiosa local e seus representantes. Dentre os objetos constam lápides de túmulos em madeira entalhada com técnicas características dos imigrantes ali estabelecidos, e pórtico em madeira retirado do cemitério situado à transversal do museu.

Vestimentas de pastores, exemplares de bíblias em língua alemã, artefatos recebidos em ritos de confirmação, exemplares de hinários, peças com bordados e motivos florais que utilizam técnicas típicas dos pomeranos auxiliam na imersão da aura desse ambiente. As fotografias expostas permitem visualizar alguns dos primeiros imigrantes e celebrações, como casamentos e suas noivas vestidas de preto ou branco. Em narrativas locais, atribui-se o uso de

vestido preto por noivas virgens. Esse fato nos conduziu ao arquivo da Igreja que contém livros de registros civis, muitos identificados como de interesse público e social, por terem sido produzidos antes de 1936, data do início da vigência do Código Civil. Conforme mencionado por nosso guia, os pastores faziam observações, nos livros de registro de casamentos, sobre a conduta dos noivos. Consultamos alguns registros com as referidas observações, mas não conseguimos realizar o cruzamento de imagens com os textos escritos. Deixamos a trilha e o convite para novas pesquisas.

G1 M (42) Santa Maria tem um monte de coisas que a gente não conhece, não é? É pouco divulgado. Por exemplo, tem um museu pomerano ali em cima. As igrejas luteranas, às vezes elas são históricas, o Jequitibá aqui em cima tem mais de 100 anos de idade, tem mais igrejas com mais, e assim vai... Deveria ter um circuito turístico só de igrejas. Se você pegar quais são as igrejas aqui de Santa Maria que tem mais de 100 anos de idade, você vai achar no mínimo umas cinco. Daria pra você fazer um circuito turístico só de igrejas antigas, e essas igrejas são documentos históricos dos imigrantes.

G1 M (42) A igreja de Jetibá, ela foi fundada em 1888, se eu não me engano, 82 e 1880 e alguma coisa... E aquela igreja, ela tem o maior acervo histórico. É um dos maiores acervos históricos lá dentro daquela igreja, e ninguém olha. Assim, é lógico que eles guardam tão bem que não mostram para ninguém. Era para essas igrejas estarem escolhendo alguns documentos históricos, botando em vidro bonitinho, e deixarem dentro da igreja mesmo. A pessoa entrar aí no culto, e fazer tipo um corredor de documento antigo, uma exposição, mesmo.

O calendário religioso organiza as vivências e festividades da comunidade, aparecendo em muitas falas coletadas. As datas comemorativas da Páscoa e do Natal são as mais mencionadas, sendo destacado o período da Quaresma.

G2 F (40) A gente também ia muito nas festas de igreja, né, que faziam festa de ação de graça, a Festa da Colheita. Aí, muitas famílias participavam. A gente ia muito nessas festas de igreja. E as brincadeiras, né, que a gente brincava, é... De pique-esconde, é... Brincava de descer no pasto. Eu pegava papelão ou casca de coco, sentava e descia no pasto, né? Escorregando com aquilo. E era assim... Tudo... Brincava entre os primos, entre os vizinhos, é... Os vizinhos pegavam coisa emprestada, precisava... Se estava em falta de algum alimento, alguma coisa, a gente ia na casa do vizinho e pegava emprestado, depois devolvia, né? A gente tinha... Tinha muito isso, e hoje em dia não tem mais, acabou.

G2 M (33) Sexta-feira, no silêncio. Então, no sábado de Aleluia, pode tudo. É forró, e o pau come solto. É... E em Santa Maria, não acontece festa, evento nenhum na Quaresma. Questão tradicional de respeito, né? Inclusive, é uma questão que a gente, que é da cultura, a gente preserva muito.

G1 M (42) É muito ligada à questão religiosa cristã. No caso do pomerano, é uma igreja cristã luterana. Mas são cristãos. O luterano, ele é muito ligado ao

calendário cristão. Então, assim, há uma coisa no calendário cristão que é fantástico, é a Páscoa. Acho que um dos principais, uma das principais coisas no calendário cristão para o pomerano é a Páscoa.

G1 F (25) E é mais isso, assim... Páscoa, a gente não tinha ovo de chocolate, era ovo de galinha mesmo pintado, né?... Com aquele... Mato que solta cor, vermelho. Aí o ovo fica todo vermelho, assim...

A Páscoa pomerana, *Pomerisch Oster*, é celebrada tanto quanto o Natal. As casas na cidade são decoradas, as árvores das praças ganham cascas de ovos de galinha pintados a mão, e as luzes também fazem parte da ornamentação. Ao realizar as entrevistas com representantes do poder público na sede da Secretaria de Cultura, em fevereiro de 2023, acompanhamos a confecção dos ovos para ornamentar a cidade.

G1 M (42) Até hoje é muito forte a páscoa e o Natal. Aí tem hinos, né? A igreja luterana tem muita música, muita música. Mesmo assim, o outro traço cultural dos pomeranos é religiosidade. A religiosidade, não tem jeito, eles são muito luterano.

G1 M (42) Então, uma das coisas mais fortes, então vivida com minha mãe, é a Páscoa. Muito forte o Natal, também. O Natal, para os pomeranos, até hoje eu vejo aqui, que eles não perderam essa tradição de você cortar a árvore. Cortam a árvore... Eles cortam uma árvore específica, não é qualquer árvore. É um pinheiro, é que ele tem umas folhinhas pontiagudas que se você meter a mão, fura a mão. É um tipo de pinheiro Esperia. Eles têm até um sistema de manejo, que eles replantam. E o Natal também é uma época, assim, muito interessante, que você tem toda uma tradição. Você tem a data para ir cortar o pinheiro, aí você traz o pinheiro, aí você tem que botar um pinheiro dentro de um.... A gente usava umas latas grandes. Você tem que enfeitar. Lá tem uma lata velha, não é? Aí você vai lá, arruma um papel de presente, enfeita a lata e coloca o pé de pinheiro.

As heranças pagãs estão presentes nas narrativas dos entrevistados em relação estreita e paralela aos seus compromissos com a fé luterana. Embora haja relatos de discordâncias da Igreja quanto ao exercício de práticas pagãs trazidas pelos imigrantes, constatamos a manutenção de muitas delas.

G1 M (42) Assim... Esses traços aí de paganismo têm até hoje. Ali no Belém, tem um grupo de mulheres... É... Pedido de doença. Se você tem um problema de saúde, elas vão lá, elas têm os negócios lá, que descobre. Interessante demais, interessantíssimo! Só que nós não divulgamos, até porque a igreja luterana combate, de certa forma. Então, é... Quem faz isso, tipo assim, é isso. Isso todo mundo sabe que tem, mas não é um negócio que você vai chegar ali na padaria, ou vai chegar ali no restaurante, no barzinho, alguém vai falar “está ali ou lá”. Não é algo que é como conversar no meio da rua. Você tem que ter

o contato. Tem as benzedoras do Belém. Lá, é meio que escondido. É um traço cultural deles, que poderia ser mais incentivado, inclusive porque tem pessoas que acreditam nisso. Tem pessoas que vêm até de longe para encontrar com essas pessoas, né, para conversar. Eu acho que não deveria ter esse preconceito, mas como é uma questão religiosa, há um embate maior, não é? Mas existe esse traço cultural.

G2 M (42) O pomerano é muito supersticioso. É cheio de ritos, é cheio de mandingas. Inclusive isso remonta antes de serem cristãos, né? Quando eles eram pagãos. A minha mãe, já falecida, minha mãe fazia várias simpatias, e os pastores ficam loucos. Odeiam, odeiam, odeiam. Mas, assim, tem pastor que chega aqui e quer enfrentar, fala que não pode fazer simpatia, fala que não pode fazer as rezas aí que outras, ou que entende que querer bater de frente vai até perder fiel. Então, assim, a minha mãe, que era aquela pomerana raiz, ela fazia muita simpatia. Eu lembro de uma que precisou ir na cidade comprar um pano que nunca foi utilizado. O pano tinha que ser da cor tal, aí ela precisou achar um cupim, aquelas caixas de cupim, achar um cupinzeiro, enfiar aquele pano lá dentro, e... Fazia uma oração dela. Minha mãe fazia isso direto, e aqui em Santa Maria tem vários, tá? Tem, tem, tem, tem. Faz as rezas para tirar o mau olhado. Ah! Eu estou com uma dor aqui no estômago, eu já fui ao médico. Ninguém nunca, nunca achou o problema. Aí você vai nas pomeranas que elas fazem as orações, e as benzedoras fazem uns benzimentos. Então, assim, até hoje se mantêm esses paganismos mesmo, né? É que não, não é da igreja luterana. Até hoje se mantêm, até hoje.

G2 M (33) Mesmo, mas hoje existe. Por exemplo, a zeladora da igreja luterana aqui, ela faz benzedura. Um dia ela chegou para o pastor, passou por mudança e perguntou se era errado. Ele falou, você faz em nome de quem? Em nome de Deus. Tá certíssimo. Você faz para o bem. Então, é muito comum isso, né? De ter a benzedura.

A benzedura nos chamou atenção, dentre outros aspectos, pelo valor simbólico que um documento, a Carta do Céu (*Himmelbrief*) e a Carta de Proteção (*Schutzbrief*) comprovante desse ato, exerce na vida dos que a procuram. Durante a entrevista, pudemos constatar o apego ao documento e visualizá-lo.

G2 M (33) E voltando uma questão de patrimônio, a questão da fé e da religiosidade, existe uma coisa muito forte no pomerano: benzedura. Benzedura, não vou. Eu acredito, eu tenho na minha carteira. Uma que meus pais, a carta dos céus, credores, a carta de proteção também, dentro do meu porta-luvas do carro, tem a bolsa... Da minha esposa tem. Eu tenho. Ela tá toda desmanchada, já que a cópia tem que fazer uma cópia nova. Ai ó, a sua está em português, a minha tem alemão.

G2 F (34) Aham, mas eu sou viciada. Cadê a sua? Tá aí? A minha está na minha tá na carteira também. Sim, mas a minha é uma copinha. Sim, ela deu para todos os netos. A minha é em português, porque eu não leio alemão. Se você sair sem bolsa para pôr no peito, a minha avó falava sempre: você coloca dentro do sutiã. Lá em casa, todo mundo que nascia ganhava bem isso da minha avó.

G2 M (33) Eu procurei a origem, elas são do século 19, final do século 18/19. Anos, foi produzido em massa. Eram jogadas nas cidades na Alemanha. Eu procurei para comprar no eBay são 600 euros. Tá, é porque não hoje em dia dificilmente tem alguém que tem ela ainda original. Eu acho que o pastor Rubens tem um original.

G2 M (33) É um amuleto, então, a benzedura, a oração. Inclusive, esse é meio forte, é muito forte. É, existe um livro, é esse livro foi publicado em 1800. E final de 1800 'Bruxarias e Feitiçarias mágicas na antiga Pomerânia' E nela tem várias orações, benzeduras que se fazem, que os medidores fazem até hoje. A igreja não olha isso com bons olhos, né? Ela quis acabar com isso, mas não consegue tirar isso do pomerano. Não tira. Ela quer acabar. E é comum pomerano ter imagem de santo em casa.

As narrativas que conduziram à identificação de manifestações e artefatos culturais vinculados à religiosidade e às crenças dos moradores de Santa Maria de Jetibá direcionaram, de igual modo, ao reconhecimento das relações que essa comunidade estabelece com documentos de diferentes naturezas. Esses adquirem simbolismos e valores múltiplos, afetam as práticas sociais e funcionam seja para confrontar ou sustentar lendas locais, seja como amuleto para proteção contra espíritos maléficos. No último caso, sustenta inclusive a guarda e exposição de registro que comprova certo desvio de compromissos com as regras da Igreja Luterana. A valorização de objetos como documentos e estes como dispositivo para lembranças e construção de identidades é um percurso que inferimos desde essas falas.

4.2.1.4 Festividades e o casamento pomerano

A festividade mais mencionada pelos entrevistados para que os turistas possam conhecer a cultura pomerana é a Festa Pomerana, realizada no mês de maio, para celebrar as tradições da cultura pomerana. A cidade fica enfeitada com as cores da bandeira do município, e acontecem apresentações de danças com grupos tradicionais, comida típica, desfile do comércio na sexta-feira, e no domingo, algum desfile temático relacionado ao município.

G2 M (33) Festa pomerana, por exemplo, dobra o nosso volume de visitação, né? A gente tem isso, esses, esses dados no museu que comprovou. Então é perfeito para nós.

G2 M (33) [...] falando da festa pomerana, fica todo mundo alegre. A do colono é totalmente diferente. Porque ela não tem esse apoio cultural, não é? Não traz aquele monte de história. Nós temos um desfile histórico que ele é com carros alegóricos, um que ele conta a história da imigração, cronologicamente, né? Um primeiro, com a chegada dos pomeranos, com a abertura de estradas, o mutirão, a religião, a escola, os eventos, Natal. Conta tudo isso em carros alegóricos. E... Assim, se você vê aquele monte de idosos se reconhecendo no desfile, é muito bom.

G3 M (50) A questão do desfile, a gente sempre tenta trabalhar um tema cada ano diferenciado. Por exemplo, em 2017 nós trabalhamos os 500 anos da reforma.

Outra festa significativa é a Festa da Colheita ou Festa da Comunidade, mencionada principalmente por quem reside na zona rural ou em comunidades menores.

G1 F (59) Geralmente... Geralmente ela acontece nos meses de outubro, de setembro e outubro, que é o final do inverno, e o início da primavera. Geralmente é nessas épocas, que acontece a festa da colheita... E todas as comunidades luteranas fazem. É, cada membro da igreja, cada participante da comunidade leva o fruto do seu trabalho, para decorar o altar da igreja. E aí, depois, no final, parte é leiloado e parte é doado para uma instituição, geralmente doa-se para os hospitais, pro albergue Martim Lutero, que é uma casa, é... Que ajuda o pomeranos, é, quando, que precisa de tratamento médico prolongado, então o lugar onde ele pode ficar, pode permanecer, então... Mas decide-se, sabe, a comunidade sempre decide para onde levar. Mas é uma festa assim, bem bonita, e a igreja fica linda porque ela está toda decorada. Imagina você ir para uma igreja, numa região onde cada produtor produz cerca de 300 a 350 variedades diferentes de alimentos na sua propriedade, a abundância dessa festa da colheita, né?!

G1 F (32) É assim, isso, as festas de comunidade... Cada comunidade se organiza de uma forma. Por mais que tenha características iguais, tem sempre um diferencial de uma comunidade para outra. Um, por exemplo, na minha comunidade, se tu tem o leilão, se junta muito gengibre. Aí se você vai para a comunidade de Recreio, já é chuchu. Depende muito da produtividade de cada região.

O casamento pomerano, por vez, é uma tradição bastante presente nas comunidades pomeranas do Espírito Santo. Embora seja uma celebração religiosa, um testemunho público de fé, os casamentos contêm ritos e atividades que se aproximam das realizadas em festividades locais. Em algumas entrevistas, aparece como a lembrança mais marcante da infância.

G2 M (33) É, e o casamento, ele é muito rico culturalmente. Eles são divididos em fases. Não é assim como Natal, cada domingo tem, não é? No casamento também se faz o convite, Cortar lenha, quebra-louças. Casamento, então é um rito. Muito lindo, muito rico. E ainda acontece até hoje, mesmo que a noiva não utilize preto nos dias de hoje, mas esse ritual é feito em todos os casamentos pomeranos. A corta da lenha, é feito um mutirão para cortar lenha. É feito mutirão para fazer aquele monte de comida para as famílias. E os copeiros, né? É em mutirão também, porque eles são voluntários para ajudar a servir todos os convidados, e depois junta todo mundo de novo para fazer a limpeza de tudo. Então é extremamente importante para a cultura, e muito rico.

Os casamentos, geralmente, duram três dias, com início na quinta-feira, quando as comidas começam a ser preparadas seguida do ritual de Quebra-Louça, em que se quebram louças para afastar os maus olhados da vida do casal. A cerimônia é conduzida por uma mulher idosa familiar de um dos noivos. No dia seguinte, sexta-feira, acontece o casamento civil e religioso, seguido de jantar e dança dos noivos. Na festividade, a carne de galinha é tradicional. A festa se encerra no sábado com baile à noite. Para a entrevistada G1 F (59), esse evento merece ser indicado para os turistas. Importante mencionar que as pessoas que não são convidadas, os desconvidados, podem adquirir convites para participar de todos os dias de celebração.

G1 F (59) Um casamento pomerano na íntegra, chegando na sexta-feira, 5 horas da manhã, indo embora no domingo, meio-dia, para participar de todos, todas as etapas, de todos os rituais, eu acho que é uma... Uma vivência incomparável. Porque o casamento pomerano é um casamento de rituais, é uma sequência de rito, e todas elas têm lógica dentro da história.

G1 F (37) Outra questão são os casamentos eles são é bem... bem marcados. A questão de... Da dança dos noivos, né. Não cheguei a pegar a noiva usando preto, mas é muito comum os casamentos serem planejados e executados por amigos e familiares. Não existia, é... Buffet. Não existia alugar um lugar, um salão de festa, né? Geralmente era no quintal das casas. No quintal maior. E a partir desse planejamento, existia um início em que os amigos, chamados de copeiros, organizavam, decoravam com muitas flores, e essas flores eram buscadas nos vizinhos. Não se comprava flor. Falava “fulano tem flor aí para o casamento tal”, né? Bambu eram cortados, que identificavam, as entradas desses casamentos e... Bandeiras de papel, que a gente picotava e colocava tipo uma... A da Festa Junina. Então, antes do casamento, na sexta-feira, tinha algumas partes, de por exemplo, os pés de galinha, em que eram, ao invés de jogar fora, aproveitar tudo em ensopado, né, e se dividia com os familiares das pessoas que ajudavam nessa... Nessa organização. E o sábado que acontecia a festa, né. Geralmente na igreja era cedo, meio-dia, 1 hora da tarde, 2 horas da tarde, e depois as pessoas iam para esses locais. Geralmente a casa do noivo... Alguns das noivas, onde tinha, né. As partes já decoradas, fazia ali, os comes e bebes, e... A dança dos noivos, que a noiva dança com todos os convidados, esses convidados, eles dão aí uma quantia, por ter dançado com... Com a noiva...

Para grande parte dos entrevistados o casamento foi a manifestação cultural que mais perdeu significados. Como a G1 F (59) aborda, certos papéis de destaque no ritual, como o do Mestre de Cerimônia, estão cada vez mais difíceis de serem mantidos. Alguns acreditam que as mudanças são parte de um processo natural, outros justificam que acontecem por este ter se tornado um evento comercial.

G1 M (41) Mas antes era assim... Nós tínhamos o casamento na quinta, na sexta e no sábado seria arrumação da festa, e aí você... Com as sobras da comida,

você festejava de novo, e no domingo, então, você descansava. Agora, com a modernização, todo mundo praticamente tendo emprego, mas quem era agricultor, então isso não impedia de sair... Voltava a cuidar do cultivo na segunda-feira. Não... Não ia morrer nada. Aí a gente tinha a quinta, a sexta... Sexta era oficial, era de manhã, começava às 7 da manhã o casamento, e ia até quando as pessoas tivessem disposição e geralmente era até de manhã no sábado. Hoje não, hoje o casamento mudou totalmente de configuração. Hoje são casamentos com muitas famílias, é... E se convida muito para... Na minha opinião, se convida muito para ser mais atrativo, como se fosse um grande show, então vai ter muita gente. Então, vale a pena ir... Porque a gente vai ter uma grande festa... É mais atrativo para quem vai de desconvidado... E aí, se perde a essência, que é ter aquela mesa grande, cumprida, servindo todos os convidados, que os copeiros, que eu já fui várias vezes, nós servimos a cada convidado. Hoje a gente não serve mais a todos os convidados, já tem um lugar onde é um... Self-service. Então, isso se perdeu, não tem mais aquela coisa, assim, o papel do copeiro. Isso ainda se tem um pouquinho na sexta-feira, que é onde eles ajudam arrumar e tal... E estão mais presentes e estão mais a caráter, assim... É, vim para trabalhar, então vim também para me divertir. Não está tão preocupado com a questão da estética, da vaidade, estar bem arrumado... Não... Sexta-feira você vai com a roupa que você quiser, então é... É mais sincero. A festa é mais sincera, pra mim, na sexta, né? Então recomendaria em um... Um pé de galinha¹³, que é assim que chama, né?...

G2 F (32) E tradições, tem algumas que, às vezes, elas são lembradas. Por exemplo, no caso, no próprio casamento pomerano. É, antigamente, tinha a dança da grinalda, né? Dança do chapéu. Isso tudo acontecia por volta de meia-noite. É, hoje em dia, eu não lembro do último casamento que eu fui que teve isso. Assim, acho que eu era criança quando eu vi. Então, são coisas, assim, detalhezinhos que vão se perdendo, mas eu sei que existiu. Mas se minha filha não vivenciar isso, como ela vai saber que isso faz parte, né? Só mesmo na teoria, porque a prática ela não presenciou, então são coisinhas assim, mas, de de grosso modo, os principais fatores ainda estão bem firmes. Eu acho, assim, estão bem densos. Se preserva bastante, mesmo que tem certas coisas que mudaram, e acredito que seja também por uma questão de necessidade. Essas pessoas vão se aperfeiçoando conforme o que é mais fácil também, o que é mais acessível, né? Eu acho que é natural do processo, né? É a humanidade mesmo né, elas vão para o lado mais fácil.

As práticas sociais, os costumes e as tradições podem sofrer alterações no decorrer dos tempos, pois não são “[...] algo natural, nem eterno, nem estático” (ZANIRATO, 2018, p. 10). No caso do casamento pomerano, identificamos características relacionadas à “mudança e continuidade” nos termos de Smith (2006). As transformações e adaptações, ao serem avaliadas, podem ou não receber validação de seus praticantes, que inventarão e (re)criarão elos diferenciais com as heranças. Desse modo, a questão da perda, que tanto acompanhou as práticas e a literatura preservacionista, pode ser repensada em termos de valorização de manifestações e patrimônio cultural desde o presente com projeção para o futuro, não pela

¹³ O entrevistado, ao indicar um dia no evento para conhecimento mais efetivo da tradição, menciona o termo pé de galinha.

diretriz em um passado estático. Ainda pelas visões de Smith (2006), o casamento pomerano pode ser analisado como uma prática social e cultural em constante engajamento e processo de mudança cultural, social e política.

4.2.1.5 Culinária

Como vimos, o patrimônio cultural é um conjunto de manifestações culturais que identificam e diferenciam os grupos sociais. A comida torna-se patrimônio porque faz parte da identidade, dos saberes e das práticas dos grupos em torno dos alimentos, com funções sociais delineadas em cada comunidade. A cultura está em constantes mudanças e adaptações. Novos elementos, recursos e conhecimentos são incorporados no cotidiano das pessoas, e no que se refere à culinária, o convívio com diferentes culturas, bem como as tecnologias de alimentação fazem com que determinados grupos e/ou culturas criem e misturem novas receitas e temperos.

Os imigrantes da Pomerânia, assim como o de outros países, muitas vezes tiveram que se adaptar e/ou até mesmo reinventar suas comidas, pois além da escassez de certos alimentos, algumas nem se produziam ou eram encontradas no Brasil. Os descendentes pomeranos de Santa Maria de Jetibá (ES) continuam preservando e transmitindo seus saberes e fazeres culinários dos imigrantes pomeranos, de geração para geração. Inclusive, buscam a manutenção dos ingredientes conforme descritos nas antigas receitas, mesmo com a diversidade de produtos na atualidade e as facilidades de acesso.

A comida mais recomendada para um turista conhecer a culinária tradicional pomerana foi *Milhabrot*, uma espécie de pão de milho que leva batata-doce, mandioca, cará e fubá. O arroz doce aparece como a sobremesa mais citada, ao lado da *Firsichup* (sopa de ameixa).

G1 F (40) Para experimentar... A nossa... Tem várias comidas, né? Assim, pomerana, né?... Pratos aí, tem arroz doce, tem o bolo ladrão, o *Brot*, tem a sopa de pêssego, sopa de banana, alface com açúcar, que se comia muito antigamente, né? Então... Aí tem várias opções de comida.

G1 F (45) Que no caso que eu tenho uma visita no domingo, é o frango empanado, né? Que não falta. Feijão tropeiro, e o aipim, aipim cozido e a... Arroz doce de sobremesa... Isso. Isso lá em casa é todo domingo.

G1 M (42) E que eu gostava muito, e que eu vejo que algumas pessoas também falam, é o tal do arroz doce. É uma coisa fantástica. Assim... Minha mãe fazia muito tal do arroz doce.

Alguns entrevistados sentem falta de um restaurante típico na cidade. Os estabelecimentos citados são a cervejaria *Waiands Huus* e a “Beijinho Doce”, cafeteria que oferece produtos típicos.

G1 M (42) Tem o casarão *Waiands Huus*, que é... É característico. Comida típica. Eu acho que falta em Santa Maria, por exemplo, no centro de Santa Maria, eu não sei, um restaurante de comida típica.

G1 M (41) Também esse lugar. É... Assim, eu recomendaria assim... De culinária, hoje, seria na... Lá na *Waiands Huus* também, não... Não tem mais um... Negócio dentro de Santa Maria que a gente pode falar assim, vai nesse lugar em Santa Maria que você vai encontrar... Tinha na época da Teresa Potratz, né? Que ela tinha essas comidas mais típicas, tem ainda, né? Ela vende o bolo ladrão, biscoito. Recomendaria ali para buscar essas comidas típicas, mas não é um ambiente assim que tem a característica pomerana, né? O... O design do estabelecimento não tem essa característica.

G2 (45) De Santa Maria, é, assim, a gente tem mais é questão do café, que é mais visível na cultura pomerana, né? Que o povo de fora consegue perceber, que é a questão do *brot* de milho, do bolo ladrão. A questão do café seria um espaço de café, né? Que a gente chega ali, na dona Teresa ali, no “Beijinho Doce”, que é um espaço assim... E tem algumas geleias, algumas compotas.

Apresentamos legislação que versa sobre o reconhecimento da culinária como patrimônio municipal e sua inclusão no calendário de eventos oficiais. Todavia, pela percepção dos moradores, a circulação e os usos dos produtos desse modo de fazer deveriam ser explorados em continuidade, não somente, por exemplo, em festividades ou em dias comemorativos ao seu reconhecimento. Desse modo, compreendemos que é no cotidiano das famílias e na vida doméstica que se mantém o exercício e a perpetuação dos traços desse fazer, com multiplicidades em cada núcleo, que são exteriorizadas e compartilhadas esporadicamente.

4.2.1.6 Contando histórias

A oralidade foi um canal de comunicação que permitiu à comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá, assim como tantas outras, transmitir suas vivências, crenças, conhecimentos e experiências para gerações futuras. Os costumes constituem o patrimônio cultural de determinadas sociedades, e ficou evidente em alguns discursos que a prática da contação de história é uma manifestação presente na comunidade estudada.

G1 F (59) Da minha infância?! É... A minha melhor lembrança, eu sentada do lado da minha avó, ouvindo as histórias dela. Histórias de vida, histórias, é... Os pomeranos têm por tradição ensinar os seus filhos através de história, então,

toda história, ela tem um ensinamento. E os nossos avós, nossos pais, conseguiram passar muito isso para gente, de nos ensinar através das suas histórias. Então, assim, as... Acho que as melhores lembranças da minha vida são as nossas rodas de conversa de família, sentada em volta de uma mesa, ou no chão da sala de madeira, ouvindo as histórias. É o que eu faço hoje, né?! (risos) Hoje eu sou a avó da família e sou eu quem conta as histórias. A tradição pomerana é isso, contar história. Então os pomeranos são grandes contadores de histórias, de piada, de, é... Literatura oral de uma forma geral. [...] Quando a gente era criança, a gente brincava de contar histórias... E aí é, é, era uma roda de história e cada um tinha que contar uma história. E aí, chegava a uma certa altura que as histórias que a gente conhecia acabavam. E aí a gente era desafiado a inventar histórias, e isso acho que fez com que a gente se tornasse, é... Bom em linguagem, em comunicação, em conversar, em criar. A criatividade, mesmo. Foi um estímulo para a gente... De a gente ser desafiado a criar histórias. E depois a gente fez também com os nossos filhos, né? De desafiar eles a contar histórias. A gente... Às vezes a gente começava uma história, eles tinham que continuar. Às vezes a gente brincava de cada um conta uma história. Então ia para as histórias conhecidas, e depois... Porque o repertório acabava, e o trem tem sono? aí cada um criava sua própria história e contava.

SM C (41) E aí, é... Tinha um... Tio avô, né? Meu. Na verdade, era tio do papai, que eu gostava de ir lá porque ele era um contador de histórias. Ele gostava muito de receber crianças, porque ele... Os filhos dele, a maioria, tinham morrido, na juventude... E aí, ele... Como ele estava bem de idade, ele gostava de receber visitas, e ele sempre contava as histórias bíblicas, sempre contava... Tinha umas figuras e ilustrações... Ele não foi professor, não foi nada disso, nem na igreja, mas ele tinha uma paciência, uma didática muito boa que nos... Nos fascinava. Então ele contava histórias, e ao contar histórias, ele era... Ele morava no... No... No canto, assim, numa grota. E aí eu conseguia ver, às... Às vezes, até ver os filhos.

Percebe-se que na região a prática da contação de história é muito fomentada. Na Festa Pomerana de 2022, por exemplo, foi destinado, em sua programação, um espaço para Roda de Contos e Causos em Pomerano. Nas escolas da rede municipal, a prática de contação de história na educação infantil também é muito presente, e aparece aliada, inclusive, com ações de fomento da língua pomerana, conforme na passagem:

G1 M (42) E a prefeitura atuou para... Manter a língua viva, não é? Tem até um projeto de pomerano nas escolas. Da minha filha, por exemplo, na creche, ela nem sabe falar, já tem aula de pomerano contação de história, entendeu? Nas creches da prefeitura, crianças de 2, 3 anos de idade já tem contação de história pomerana.

A memória e a oralidade foram, portanto, guardiãs destas histórias passadas de geração para geração. Hoje muitas se masterizaram em livros, garantindo que as lembranças de seus antepassados não se perdessem no tempo pela descontinuidade da prática. O hábito de ouvir

histórias desde a infância, as interações entre o contator e o ouvinte, contribuem na formação das identidades, bem como estabelece relações afetivas próximas.

4.2.2 Futuro: dos incômodos aos desejos

Esse momento será destinado à discussão do que ouvimos, identificamos e alocamos como traços das aproximações e dos distanciamentos entre produção, apropriação e preservação de valores, e informações e memórias frente às ações de instituições e interesses da comunidade. Quando questionamos os entrevistados se gostariam que algo na cultura do local fosse alterado, esperávamos respostas que nos permitissem identificar alguma manifestação pela qual a comunidade não se reconhecesse ou não se sentisse representada. No entanto, as respostas obtidas exteriorizaram o desejo por modificações ou apagamento de certas características da cultura pomerana de diferentes temporalidades, tais como: relações com o trabalho, machismo, educação e alcoolismo. Já as propostas de melhoria na forma de gestão do patrimônio e no fomento à cultura e ao turismo foram acolhidas das falas próximas ao que concebemos como Educação Patrimonial, e serão discutidas à luz de suas diretrizes.

4.2.2.1 Heranças que persistem

Em seus estudos acerca do modo de vida dos pomeranos, buscando as características de vivências em comunidade, de tradições orais, como a contação de história, o historiador José Carlos Heinemann reconhece diferentes comportamentos. No convívio em festividades e no interior dos seus lares, demonstravam alegria, união e exteriorizavam suas crenças e religiosidade (HEINEMANN, 2022). Todavia, o autor demonstra que a relação que estabeleciam com o trabalho era de extrema disciplina, silêncio e isolamento. Fehlberg (2015) destaca que os modos de vida, as relações do trabalho e as cotidianas foram influenciadas pela ideologia alemã que era difundida pelos pastores nas igrejas e na escola.

G2 F (32) Mas, de forma geral, as pessoas que são do interior, eles não se permitem muito. É muito essa questão dessa alienação. É ao trabalho, mas eles fazem isso de uma forma tão natural e inconsciente que eles nem estão percebendo que o lazer faz falta na vida deles. É que um passeio que foi sei lá, fazer uma coisa fora da rotina, né? As pessoas estão lá. É final de semana, já estão planejando a próxima semana. Claro que a gente também vive assim, não é? Ainda assim, quando é, eu gosto de sair também. Olha, e quando a gente não pode fazer isso, meu Deus, aí os planos ficam só lá no papel e aí você fica frustrado. E essa ânsia, sim, de querer fazer as coisas não é para

esclarecer isso realmente as pessoas aí. Foca muito. Trabalho, dinheiro, dívida.

G1 F (26) Eu mudaria a questão de só... Só pensar em trabalho... Não, mas é verdade. Todo mundo que vem de fora percebe isso, que o pomerano só quer saber de trabalhar, é só trabalho. Ele vive para isso, assim... Tudo bem, é importante, mas tem que pensar também em diversão, um pouquinho em lazer, conhecer outros lugares, outras culturas. Ele fica muito assim, nesse mundinho, sabe?... Principalmente quem é mais da roça. Exatamente, porque, eu sei, na... Vejo né? Sinto na pele como é que é, esse povo aí. Tipo assim, o meu pai, ele fica agoniado só de pensar em viajar. Ele detesta sair de casa. Se ele vai... Vai para casa da minha irmã, em Vila Velha e fica lá, à toa, ele fica assim o dia inteiro... Passando a mão no joelho. (risos) Tipo assim, procura... Procurando, e fica doente se ele não tiver trabalhando, entendeu? E...

G1 M (41) É, tem, tem. Acho que a primeira teria que ser assim, é... Uma conscientização, de que não fosse tão exacerbado o trabalho. Precisaria resgatar a questão de... De ter mais lazer. O pomerano precisaria ter mais lazer. Porque ao ele trabalhar muito, ele não faz... Sai mais para fazer visita, e ele sabe muito... Sabe cada vez menos de si mesmo, porque ele deixa de ir pro culto, ele deixa de ir para... Visitar o vizinho, e deixa de ir numa festa. Então, assim, eu acho que isso me incomoda, assim, o excesso de trabalho. Até o comércio explora muito, se a gente for olhar. O comércio, quando ele pode, principalmente, rede de supermercado, ele faz o camarada trabalhar de segunda a segunda, se ele puder, e não deveria ser. É uma quantidade muito grande de pessoas que trabalham nos supermercados, no município e não existe esse cuidado, assim, né, com a saúde mental. É isso que me incomoda. Que eu deveria mudar, acho que precisa mais assim, de... De espaço, de valorização do próprio pomerano, né? Por exemplo, é, às vezes, a pessoa... As pessoas, elas têm capacidade de estar dentro de uma gestão pública, para reverter dentro de uma política pública de conservação cultural ou do patrimônio, né? Mas aí entra um... Um pessoas no cargo político que não têm essa preocupação. Acha que o que tem que, é... Tem que ser feito, é manter o que tem. Não, mas e o resgate daquilo que se perdeu?...

Nessas passagens pode-se perceber o reflexo do que Weber (2007) argumenta na obra ‘A Ética protestante e o espírito do capitalismo’, que o indivíduo ao racionalizar suas ações supervaloriza o trabalho e se afasta do contentamento, e a fonte do prazer torna-se o acúmulo de bens que é fruto do trabalho. Por esta razão, como afirma Fehlberg (2015), entendemos que a valorização do trabalho na comunidade em questão não é somente pela condição de sustentabilidade, mas é para alcançar virtudes que o acúmulo de capital proporciona. Conforme relatos que seguem, verificamos os demais reflexos da supervalorização do trabalho em delimitações para experimentação de fontes diferenciais de aquisição de virtudes, como as adquiridas pelo conhecimento.

G1 M (41) Não... Tem, né... Essa questão que eu falei, é, de... De não valorizar a educação, né. Eles acham que... Que nasceram para trabalhar na roça, e que é isso, o futuro, né? Não que... Que seja um trabalho que não mereça ser

valorizado, né? Mas a gente sabe que é um trabalho bem sofrido, né? Então eles meio que condenam as crianças a seguir aquele caminho, né, não existe... Incentivar a estudar, não é?

G1 F (45) É, hoje já não é tanto, mas na minha época era, os estudos, que não deixavam estudar. O pomerano, até hoje, que é pomerano mesmo, não apoia os estudos. Igual, assim, a... Os meus sobrinhos. Nenhum fizeram... Normalmente, oitava série já estão na roça, então, é... Uma cultura que o pomerano não apoia muito. Já mudou muito, muito, muito, mas na minha época o meu sonho sempre foi estudar, mas meu pai não deixou. Eu fiz quarta série, aí depois que eu me divorciei, que eu comecei a estudar de novo. Porque os pomeranos não apoiam isso. Para eles tem que ser roça, e trabalhar na roça, e... É complicado.

O trabalho no campo, a divisão de tarefas, a pequena propriedade que se almeja expandir, o isolamento, a dedicação extrema ao trabalho e o pouco tempo para a instrução pessoal, mais o isolamento desses povoamentos campestres produziu alguns desdobramentos como a permanência do patriarcado e do uso excessivo do álcool.

G1 M (41) É, então, essa é uma coisa que me incomoda um pouco, a questão do... Do conservadorismo também. É um povo bem conservador. Então, é... Tem muitas questões que... Que são atropeladas por conta disso. Por exemplo, o alcoolismo é uma coisa muito... Muito forte, assim, entre os pomeranos, porque o cabra macho é aquele que bebe desde o... O berço, né? Então isso é uma coisa que vai passando de geração em geração, e que ninguém... Tenta mudar isso.

G1 F (26) Primeiro, os homens, principalmente, tendem a ser muito brutos, muito insensíveis, e alguns até violentos, principalmente na... Novamente, os mais... Que ficam mais retirados, que as companheiras não têm muito acesso, às vezes, à informação, a... A ver que aquilo é errado, que ela, sei lá, pode denunciar. Que ela pode, né?... Eu acho que aqui tem uma cultura... Uma cultura, mesmo, muito grande, de violência doméstica, assim, que... Né... A gente vê em todo lugar, mas... Violência direta e indireta, tipo assim. Acho que por ser um povo mais fechado, mais frio. Eu acho que é um tanto mais forte, o machismo muito grande, sabe? É todas as questões, principalmente entre os homens, eu acho, é... Eu percebo muito isso, tanto que eu não me envolvo com ninguém daqui.

G1 F (57) E inclusive essa questão do... do dinheiro mesmo, né? A mulher ainda tem... Isso é muito forte ainda, né? Da mulher não ter esse... Ter acesso a dinheiro. A não ter... Não ter... Não ter conta bancária. De, tipo assim, se ela quiser dinheiro, ela tem que pedir para o marido, né? Essa coisa também, é... Eu não sei das outras, né, das outras culturas, se também é assim com o italiano, e tal. Mas isso é uma... Uma coisa muito presente, principalmente, quanto mais no interior, mais ainda, que quem detém é... Quem tem o dinheiro na mão é o... É o marido, né?

G2 F (25) O costume dos homens pomeranos, né? Que acham que não precisa lavar a louça, não precisa varrer a casa... Porque o homem pomerano é muito difícil de ajudar nas tarefas dentro de casa. Vai pra roça, cuida da casa, cuida

das criações, cuida dos filhos, faz de tudo. O homem, não. Ele fica mais só nessa parte da roça... E essas outras coisas. Uhum, não faz almoço... É muito raro, né, você achar um homem pomerano que faz almoço. Para mim, eu acho isso... Não tem. [...] Se eu tiver um menino, um filho menino, eu quero ensinar as mesmas coisas, tipo as mesmas tarefas. Vai aprender varrer casa, vai aprender lavar louça, vai aprender a fazer almoço. De tudo um pouco.

G1 F (45) E outra coisa que o pomerano fala muito, que eles... Hoje também já mudou, mas na minha época, quando o pai tinha cinco filhos... Foi o caso lá em casa, aí os 3 homens, são os herdeiros, as duas meninas não. Porque as meninas não ganham nada, elas casam, e vão embora, e os três homens são os herdeiros. É o que já aconteceu lá na minha família, aconteceu. Os meus irmãos, são em cinco, eu e minha irmã não ganhamos nada e meus irmãos ganharam tudo, mas isso... Eu não julgo meu pai por isso, porque é a cultura deles, mas os meus irmãos, já pensam diferente, vou dividir em partes iguais, mas meu pai não era assim.

E, por fim, cabe mencionar uma prática que se perpetuou por muitos anos, que era a regra própria de transmissão de bens. Fehlberg e Menandro (2015) relatam em seus estudos os motivos para tais normas: cabia ao filho caçula cuidar dos pais, e os custos para estas responsabilidades eram significativos, por isso a recebiam maior parte da herança.

4.2.2.2 Educação patrimonial: pensando um caminho para futuro

A Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil recentemente, embora já houvesse práticas e terminologias no campo da educação mediada pelo patrimônio, como “Educação Museal” e “Educação para o Patrimônio”. O surgimento do termo “Educação Patrimonial” foi apresentado no 1º Seminário sobre o “Uso educacional de Museu e Monumentos”, no ano de 1983, inspirado numa metodologia britânica de *Heritage Education*. O evento foi realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, sendo esta uma iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Um marco paradigmático para o campo no Brasil foi a elaboração do “Guia Básico de Educação Patrimonial”, em 1996, desenvolvido por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, com a delimitação de conceitos e uma proposta metodológica. Para as autoras, a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um

melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural** (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ainda segundo as autoras, a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita às comunidades e aos sujeitos se autocompreenderem e saberem em que lugar do mundo estão inseridos. Este processo leva à autoestima, à valorização da cultura e ao respeito à diversidade. Segundo o IPHAN, a Educação Patrimonial:

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Assim como o patrimônio cultural, a educação patrimonial também passou por processos de ressignificação em seu conceito e em suas práticas, ganhando novos direcionamentos. Florêncio (2014), referência no assunto, com base em experiências e reflexões trazidas também por profissionais e educadores, abordou seis princípios e diretrizes norteadores para a Educação Patrimonial: 1) comunidades precisam ser participantes efetivas das ações educativas; 2) bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; 3) Educação Patrimonial como processo de mediação; 4) patrimônio cultural é um campo de conflito; 5) territórios como espaços educativos; 6) intersectorialidade das políticas públicas, ou seja, articulação e vínculo com outras políticas, como as de turismo, meio ambiente, educação, entre outras.

A Educação Patrimonial é apresentada como alternativa em diversas falas dos nossos entrevistados, principalmente quando questionados sobre as dificuldades de manter as tradições, ou o medo de que alguma delas acabe. Um exemplo foi mencionado pela entrevistada G1 F (59), o convite para o casamento, que, tradicionalmente, era feito por um jovem da família que se tornava o mestre de cerimônia e conduzia todas as etapas do ritual. Esse jovem passava de casa em casa declamando um poema com informações do casamento, como nomes dos noivos, lugar e horário da cerimônia. Atualmente essa função começou a ser realizada pelos próprios noivos, enfraquecendo o papel do mestre de cerimônia nos casamentos. Como antídotos contra perdas e esquecimentos, seguem reflexões:

G1 F (59) Eu penso nesse projeto, que eu falei antes, da... De fazer um trabalho sobre os ritos e as lendas pomeranas. Então, uma das minhas propostas é ir para a escola, trabalhar com os adolescentes, com os jovens, é... Quem é o

(*hochtijdsbirer*) (MC), que é o convidador, qual a função dele, e qual a importância dele dentro da história. Então eu já tenho esse contato com a escola, a escola já citou, mas é uma semente muito pequena, ela precisa ser, é... Ela precisa ser, é, difundida. E talvez uma questão seria fazer palestra em escolas, de estar alertando os jovens da importância disso. Por exemplo, é... O ritual do quebrar louça. O ritual do quebra-louça não foi realizado nessa região aqui, alta, por mais de 30 anos, e, de repente, quando as pessoas entenderam, o que, que é o quebra-louça, qual é a função dele, qual é a importância histórica dele, ele voltou com força total, e eu acho que com um convite de casamento a gente pode fazer a mesma coisa, de fazer esse resgate, mas não... Não é assim de uma hora para outra. É um trabalho de formiguinha que tem que ser feito, porque o quebrar-louça, também, ele voltou aos poucos. E hoje eu sou uma celebrante do quebra-louça. Aí eu faço a celebração, eu dirijo a celebração, e, eu garanto para vocês, uma das celebrações mais bonitas que tem. Ela chega a ser mais emocionante do que o próprio casamento na igreja, tanto para os noivos quanto para quando os convidados, a partir do momento que você sabe qual é o significado dessa cerimônia. Eu acho que a gente tem que começar com a criança, desde o momento que ela vai para a escola. Enquanto ela tem a família dela, ela tem todo um contexto cultural favorável. A partir do momento que ela vai para a escola, esse contexto muda, e ele se torna desfavorável, porque na escola, infelizmente, ainda se privilegia a língua portuguesa como a mais importante, como se ela fosse mais importante, como se ela fosse superior, é... Muitas pessoas não sabem, mas elas têm o direito de chegar no cartório e pedir que a certidão de nascimento do filho seja emitida em pomerano. É um direito que a co-oficialização da língua pomerana nos dá, mas a maioria das pessoas não sabem que têm esse direito. Então seria, seria muito importante se a gente pudesse ter círculos, é... Círculos de palestras, de apresentações. por exemplo, um momento na escola, de ir lá, e sentar com a criança no chão da sala de aula e contar uma história em pomerano. Chamar alguém da comunidade que sabe contar essa história e contar. , porque a criança participa. Eu tive essa vivência ano passado, de receber a escola de alto Rio Posmosser. 12 turmas de alunos, que escola tem, e as 12 turmas vieram aqui. E aí, depois, umas 2 semanas depois, 3 semanas depois, teve um encontro de crianças da igreja, e esse encontro veio aqui, então, muitas dessas crianças que vieram com a escola vieram aqui. Quando eu sentei e comecei contar a história para eles, os que estiveram aqui, disseram “não, mas você não contou aquela história que você me contou naquele dia”, “você não falou daquele objeto naquele dia”. Então a criança, ela está extremamente necessita de ter esse momento de a história ser contada, de ter esse espaço dentro da sala de aula, de contar história, história do seu povo, de saber como os pomeranos vieram para aqui, como foi o começo da vida. Porque é... Muitos dos nossos... Das nossas crianças não têm mais acesso a essas informações. Então, isso seria muito importante, se isso pudesse ser feito. Não as crianças da zona rural, as crianças da zona rural têm mais esse acesso, mas as crianças da zona urbana não têm mais esse acesso. Os pais trabalham o dia todo fora, filho geralmente fica na creche ou com babás, e aí deixam de ter esse acesso, a essa parte da história.

G1 F (37) Maior valorização, no sentido de fazer com que as pessoas entendam, é... Que falar pomerano, e seguir as tradições, é... É, primeiro, é muito importante para que isso não se perca e que isso, né, garante que a pessoa permaneça ali, né? Com esses traços já recebidos aí dos seus descendentes. Muitos têm vergonha, têm vergonha de falar, têm vergonha de falar uma língua que tem, é, esse pertencimento, eu sou de origem pomerana. Então, acho que se houvesse aí uma maior valorização, e aí os órgãos públicos podem e devem

ajudar as escolas. Isso pode ter um olhar diferenciado em relação a essa questão, e sair um pouco do município de Santa Maria. não só em Santa Maria, mas Santa Leopoldina, né, que tem muitos, também, é... Descendente de pomerano, né. As regiões próximas. Para que isso tenha aí, um olhar. E, em casa, se as pessoas não tiverem essa... É... Não tiverem esse hábito, se perde. É um... É um problema, porque é um caminho quase que sem volta.

Nas próximas falas percebemos os posicionamentos quanto ao compartilhamento de responsabilidades entre diferentes núcleos em prol da preservação da língua pomerana, pois as entrevistadas demonstram que a instituição escola não consegue sozinha ensinar a língua e que outras instituições como igreja e a família devem caminhar em conjunto.

G2 F (32) E não adianta, não é só na escola. O professor de pomerano, atualmente ele não consegue fazer todo o trabalho do ensino da língua, não. [...] Isso precisa partir de casa. A criança, ela precisa vir com isso para a escola, e até para as próprias famílias entenderem que antigamente era do portão para fora. Agora é de casa para dentro da escola. Exatamente por isso, já se colocou a língua pomerana para dentro da escola para que a criança continuasse. Para que não houvesse impedimento. Não é que ela não fosse motivo de chacota por isso, e para que ela compreendesse que aquilo era a identidade. Uma coisa boa, né. Então eu vejo, assim, que precisa de movimentos? Sim, é pra continuar sensibilizando as pessoas. A falar? Falar na escola, né? Na família, principalmente as famílias, as comunidades.

G1 F (26) Mas eu acho que isso não deve partir da escola, é partir de cada um, dentro de casa.

G1 F (57) Eu... Eu acho que mesmo com... Com esse projeto de levar a língua pomerana, para a sala de aula, mesmo assim, assim, eu... Eu acho que teria que ser mais forte ainda. Não sei se é uma aula ou duas aulas por semana, não me recordo bem como é que está isso, mas eu acho ainda muito incipiente e eu tenho medo que isso não [...] É... Tem... Tem essa coisa toda, né, tem, é... Da própria família, que precisa também, né? Se atentar e repassar isso para os filhos, para os netos. Mas na escola também, eu temo que isso... Esse projeto não... Não alcance esse objetivo, que ele poderia alcançar.

G1 F (25) E também ali, tipo... A dificuldade que você falou antes, ali... De manter as crianças, falar o pomerano, a língua pomerana. Porque eles começam desde pequeno, eles falam pomerano. Quando começa assistir a TV, ou ir para a escola, eles já não fala mais tanto o pomerano como antes, e já quer... Parece que para eles é mais fácil falar o português. Entende, lá em casa, muitas vezes a gente fala, “Crianças, é para vocês falarem mais pomerano, vocês não vão saber falar pomerano quando vocês estiverem grande”.

G2 F (32) Mas para o pomerano depois da família, o grupo social mais importante para ele, é a comunidade. Aí eu falo, igreja mesmo é a igreja. Então, a igreja, ela tem muito poder, inclusive cultural, não só religioso. É, então antes, né? Se pregava, tinha muitos cultos em alemão. Aí muitos pastores passaram a pregar em pomerano, e aí isso tudo vai fortalecendo as comunidades. A partir do momento que você tem uma comunidade fortalecida, você já tem um grupo maior fortalecido. Isso vai passando para as

outras também, por exemplo, né, para outras comunidades. Então eu vejo assim a igreja, também. Eu sei que talvez eles nem vejam isso dessa forma, mas eu vejo como uma forma muito direta de chegar, da mensagem chegar, exatamente da questão cultural chegar.

No trecho a seguir, podemos observar que a harmonia entre o poder público regional e o desejo da comunidade me questão é um fator que potencializa o fomento da língua pomerana. As regiões limítrofes, por pertencerem a Santa Leopoldina, por exemplo, que são compostas por descendentes de pomeranos, não têm acesso a aulas de língua pomerana.

G1 F (37) Pois é, a PROEPO, antes, ele... Ele era... Ele se estendia a outros municípios, se estendia a Domingos Martins, mas atualmente ele está só em Santa Maria. Então, por exemplo, eu tive uma aluna que em breve deve enviar também um trabalho que fala o quanto o PROEPO faz falta lá em Domingos Martins, que também tem descendente de pomerano. Mas por questões aí, é... De convênio, financeiras, né, acaba não se estendendo pra... Pro município. Santa Leopoldina, por exemplo, PROEPO nunca existiu... Nunca existiu. Por quê? Não sei... Não sei se foi falta ali, né, de... De ir atrás ou, ah, não, porque Santa Leopoldina tem várias, é... Etnias... Nessa região mais próxima aqui são alemães, são pomeranos, né, são descendentes de quilombolas, etc. Então, estender para todo o município o PROEPO também não condiz com a realidade, né, é um... É um município com uma heterogeneidade muito grande. Mas não atende, por exemplo, essas escolas que têm muitos descendentes de pomeranos. Então, não é suficiente, não, é muito pouco, né, para... Para valorização.

Quando questionados sobre a atuação do poder público em relações às manifestações identificadas, os discursos foram ao encontro da Educação Patrimonial, em fomentar projetos na escola não só para alunos como também para os pais. A igreja e a família surgem como aliadas neste processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural identificado nesta pesquisa se sustentou durante muitos anos a partir de seus usos pela comunidade. Vimos que alguns governos não colaboraram com as diversidades culturais espalhadas pelo Brasil, como no caso dos pomeranos. Porém, com a ampliação do conceito de cultura e patrimônio no século XX e o avanço acelerado da globalização, as manifestações culturais dos povos originários e tradicionais passou por um processo de revalorização. O Estado, por meio de políticas públicas voltadas para preservação, valorização e recuperação da cultura, visibilizou estes povos que, historicamente, estiveram às margens da sociedade.

Como dito, o grande desafio nos processos de patrimonialização na contemporaneidade é o protagonismo das comunidades. O processo de reconhecimento do patrimônio cultural deve se iniciar com a identificação dos bens por elas, que têm o direito de participar das escolhas a respeito do que deve e do que não deve ser preservado. Incluir estes grupos neste processo, além de democratizar a patrimonialização, de certo modo, é reconhecê-los como atores, e afirmar que quem atribui sentido para o patrimônio cultural são os grupos sociais.

Quando identificadas as manifestações culturais pela comunidade pomerana e mapeadas as ações institucionais em prol do patrimônio cultural local, conseguimos verificar que determinadas políticas alcançam suas propostas, pois os entrevistados sabem o que é desenvolvido em âmbito municipal. Em todas as conversas, por exemplo, a PROEPO foi mencionada. Embora alguns tenham a consciência de que só o programa não consiga manter a língua viva, existe o conhecimento das ações que são executadas no município.

Investigamos, nas entrevistas com o Grupo 2 – agentes culturais -, as ações que serão implementadas e as pretensões da gestão do governo municipal, a fim de averiguar se continuarão em confluência com as necessidades e interesses da comunidade apontadas na pesquisa, como o desenvolvimento do agroturismo e o aperfeiçoamento das ações em execução. Constatamos também que algumas manifestações são mais priorizadas pelo poder público em detrimento de outras, indo ao encontro do que a população almeja. Podemos dizer, portanto, que há articulação entre as necessidades, concepções e as ações preservacionistas na esfera municipal.

Neste sentido, (re)afirmamos a necessidade de estudos de cunho reflexivo, bem como diagnósticos que possibilitem propostas de ações no âmbito cultural e patrimonial, pois, ao dialogar sobre a língua pomerana, percebemos os anseios e desejos da comunidade. Ou seja, a

partir dessas informações levantadas, é possível o poder público local desenvolver e aperfeiçoar uma série de ações e programas em prol do patrimônio e da cultura local.

Podemos afirmar que, além da contribuição do reconhecimento e da valorização da cultura, o estudo possibilitou a reflexão para aplicação de futuras estratégias na cidade, embora tenhamos verificado que a articulação entre as políticas institucionais e as concepções e necessidades da comunidade sobre o patrimônio cultural, o trabalho de Educação Patrimonial, o trabalho formativo relacionado ao turismo e agroturismo, entre outros, por exemplo, precisa ser aprimorada e expandida, e principalmente ir para além do espaço escolar quando o assunto é língua pomerana.

Muitos estudos acerca da cultura e da identidade pomerana podem ser desenvolvidos, aprofundados e até mesmo problematizados, como, por exemplo, a própria identidade que não pode ser analisada ou entendida sem levar em consideração as classes sociais. Em relação ao turismo e ao agroturismo aqui abordados, estes podem ser explorados para verificação de como atividades vêm se apropriando da identidade e das tradições pomeranas. No que se refere à memória e à história, há diversos caminhos para futuras investigações, seja no âmbito institucional, pelos museus ou documentos, seja pelas narrativas dos sujeitos. Estes só foram alguns apontamentos para pesquisas futuras.

Esperamos que esta pesquisa tenha oportunizado à comunidade e aos seus agentes culturais discutir e refletir sobre seu patrimônio, autoconhecer-se, bem como e torná-la ainda mais conhecida através de suas manifestações culturais.

Ao final de algumas entrevistas com a comunidade, registramos agradecimentos e também manifestação de interesse na leitura do trabalho final, como na passagem a seguir

G1 M (41) Que bom que você está tendo esse cuidado de nos dar voz, e espero que a nossa voz seja ouvida a partir da sua escrita, algumas coisas que são inquietações pessoais, mas que podem ser inquietações que vão surgir a partir da fala dos outros, né. Mas, por você... Só de você ter proporcionado essa fala, essa fala hoje, já mostra respeito, que é recíproco. Isso mostra o quanto você é profissional. Que você consiga fazer um bom trabalho e dizer que, realmente, é... Nós somos poucos, é... Existe pouca probabilidade que a gente chega muito longe, como pomeranos, hoje, no tempo moderno. Mas isso seria uma reflexão para a gente pensar todas as outras culturas, indígenas, que muitas se perderam. Eu acho que, para eles também o lamento é o mesmo, então, e que outras... Outras vozes mínimas que existem no mundo possam ser ouvidas a partir do seu trabalho, passem a ser objeto de atenção.

Já com os agentes culturais, registramos interesse de futuras parcerias, em projetos e ações de fomento à cultura, como trabalhos conjuntos em editais para captação de recursos, além do interesse nos resultados dessa pesquisa.

Espera-se também que a pesquisa tenha trazido novas discussões para o campo do Patrimônio Cultural e para a Ciência da Informação, com a ampliação no campo de atuação do profissional da informação, pois a possibilidade de atuação, no que tange ao patrimônio cultural, não é somente na documentação produzida, mas também na identificação, seleção, análise, classificação e difusão, independentemente de estarem em espaços institucionais como bibliotecas, arquivos, museus ou centros de documentação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D. E. M.; MENEZES, D. M. S.; SILVEIRA, M. A. A. Bens imateriais em processo de instrução para registro no IPHAN: tensões sociais em torno da salvaguarda na região nordeste do Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-19, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/158732>. Acesso em: 09 maio 2022.
- ALMEIDA, Vitória Gomes. **Trânsitos de vozes e memórias: dimensões sociais, patrimoniais das tradições culturais do Cariri cearense**, João Pessoa, 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- ALVES, Fred Pereira. **Uma memória dos pomeranos sob as lentes de Ervin Kerckhoff: produção, guarda e circulação de imagens**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- ANDRADE, Janice Gusmão Ferreira de. **Imigração e miséria no Brasil: o caso dos descendentes de pomeranos do município de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. São Paulo: KMA, 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Um mapa da ciência da informação: história, subáreas e paradigmas. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2018. DOI: 10.33467/conci.v1i1.9341 Acesso em: 01 jun. 2022.
- ARRIETA URTIZBEREA, Inaki. **Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas ¿Por quién? Y ¿Para qué?** País Vasco, Argitalpen, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2016.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (Org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- AZEVEDO, Rosaly Satange. **Filhos da enxada: a desterritorialização do território camponês no Município de Santa Maria de Jetibá-ES**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2017.
- BANDEIRA, Marta Helena Tessmann. **Diferenças entre crianças monolíngues e multilíngues no desempenho de tarefas de funções executivas e na transferência de padrões de VOT (Voice Onset Time) entre as plosivas surdas do pomerano, do português e do inglês**. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010.

BARROS, Thiago Zanetti de. **Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATE-PAUS. Direção: Jorge Kuster Jacob. Produção: Projeto Revelando Brasis, (2007). 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Instituto Marlin Azul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cw-6eLPY-Y8>. Acesso em: 11 maio 2022.

BENINCA, L. R. **Dificuldade no domínio de fonemas do português por crianças bilíngues de português e pomerano**. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BERGAMIN, Márcia Cristina. **Da penúria ao sucesso econômico: o processo de formação e desenvolvimento territorial de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-22082016-133354.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte de Souza. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86 Acesso em: 10 maio 2022.

BEZERRA, Eutrópio Pereira. **Patrimônio cultural, memória e preservação: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BLANK, Marcell Tessmer. **Influências fonológicas na aquisição da escrita do português por crianças bilíngues (pomerano/português brasileiro)**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

BLANK, Marcell Tessmer. **Percepção e conhecimento linguístico na aquisição da escrita de alunos bilíngues (pomerano/português)**. 2019. 161 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

BONFIM, Paulo Sérgio de Abreu. **Efeito da competição entre a supercondutividade e as instabilidades de Pomeranchuk no canal de spin**. 2012. 65 f. Tese (Doutorado em Física) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BORTOLETO, Elaine Mundim. **Agora nós somos camponeses! A territorialização dos camponeses pomeranos e o monumento natural dos pontões capixabas**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-29062016-115207.

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. **Influência cultural pomerana: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da Comunidade Palmeira, Cerrito Alegre, terceiro distrito de Pelotas (RS)**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. 1998.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de maio de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 de agosto de 2000. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 30 dez. 1937.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 dez. 2010b. Seção 1, p. 1-13.

BREMENKAMP, Elizana Schaffel. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá**. 2014. 291 f.: il. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**, Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CARVALHO, Amanda Dabéss de. **Entre o folclore e o patrimônio [recurso eletrônico]: um estudo de caso sobre o Centro de Arte Popular-Cemig**. 2019. 132 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Minas Gerais, 2019.

CARVALHO, Marcelo Dias de. **A Constituição de coleções especializadas em artes cênicas: do imaterial ao documental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.27.2009.tde-25102010-164607.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CATOIRA, Thaís. **Patrimônios em devir: a fruição da informação dos patrimônios arqueológicos juntos aos seus atores no município de Camalaú, PB**. 2018. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Cessou em 1945. Cont. 0102-2571) Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, v. 34, p. 1-15, 2012.

COSMO, M., **Ser pomerana**: histórias que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora. 2014, 230 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CUNHA, Gladson Pereira da. **Pomerano e luterano: com muita honra! identidade religiosa e identidade étnica em Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo**: um estudo de caso. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

DELBONI, J. H. B. **Imagem e Memória**: uma análise da escola multisseriada na comunidade do campo em Santa Maria de Jetibá-ES. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8653>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DELBONI, Juber Helena Baldotto. **Imagem e memória**: uma análise da escola multisseriada na comunidade do campo em Santa Maria de Jetibá-ES. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

DELPINO, Gabriela Barcelos. Simbologia do uso de plantas medicinais por agricultores familiares descendentes de pomeranos no Sul do Brasil. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. **Cadernos CERU** (USP), v. 21, n. 2, p. 49-76, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11917/13694>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DETTMANN, Jandira Marquardt. **Práticas e saberes da professora pomerana**: um estudo sobre interculturalidade. 2014. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DODEBEI, Vera L. D. L. M. Tempos memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. *In*: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. (Org.) **Informação, patrimônio e memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em: <https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4_-informac3a7c3a3opatrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf> Acesso em: 12 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.296, de 11 de novembro de 2014. Institui o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo – PEC-ES, cria o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC e dá outras providências, 2014. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI102962014.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FALEIROS, Rogério Naques; SOUZA, Bruno Gabriel Witzel. O sistema de parceria e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: aspetos inerciais (1840-1930). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS

CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 40., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**, ANPEC, 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-0a8ddf43053be4cf6912350091cf942a.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

FEHLBERG, Jamily. **Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo**. 2011. 300 f.: il. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2011.

FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6760>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 jan. 2022.

FOERSTE, E. Cultura e língua pomeranas: Diálogos interculturais sobre ensino bilíngue. *In*:

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. UFRJ: IPHAN, 1997.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FRASSON, Patricia Henriques Lyra. **Panorama do câncer da pele em uma comunidade de Pomeranos do estado do Espírito Santo**. 2012. 41 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia da Faculdade de Medicina) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GEHRKE, Cristiano. **Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa**. 2018. 666 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

GEHRKE, Tamires Holz. **Receitas Culinárias Pomeranas: integrando saberes e sabores em uma escola multisseriada do município de São Lourenço do Sul**. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, R. A.; MUCHERONI, M. L. O que é epistemicídio? uma introdução ao conceito para a área da ciência da informação. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168586>. Acesso em: 01 maio 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf Acesso em: 21 abr. 2022.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **Documento, poder e governo**: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. 2013. 159 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da ciência e da tecnologia**: preservação do Patrimônio Cultural. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, Pernambuco, 2016.

HARTUWIG, Adriana V. Guedes. **Professores(as) Pomeranos(as)**: um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana – Proepo – desenvolvido em Santa Maria de Jetibá/ES. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

HEES, Regina Rodrigues. **Santa Maria de Jetibá**: uma comunidade teuto-capixaba. Vitória: EDUFES, 2014.

HEINEMANN, José Carlos. Narrativas que nossas avós contaram: contos pomeranos. São Leopoldo: Oikos, 2022.

HITZ, Nilse Dockhorn. **Crenças Linguísticas de descendentes de pomeranos em três localidades paranaenses**. 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Cidades e Estados: Santa Maria de Jetibá. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/santa-maria-de-jetiba.html>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Santa Maria de Jetibá. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/panorama>. Acesso em: 11 fev. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: inventários participativos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL**: patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_vol1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

KOELER, Edineia. **Uma professora pomerana e sua comunidade**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

KRONE, Evander Eloí. **Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA. Universidade Federal de Pelotas, 2014.

KUHN, Paula Cristiane Bueno. **A percepção de vogais do inglês por falantes monolíngues (português) e bilíngues (pomerano/português) e o papel do bilinguismo no processamento grafo-fônico-fonológico da L3**. 2011. 92 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

KÜSTER, Izamara Marquardt. **Análise das interferências produzidas nas falas de bilíngues em pomerano e português em Laranja da Terra, Espírito Santo**. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KÜSTER, Síntia Bausen. **Cultura e Língua Pomeranas: um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo – Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

LIMA, Elinildo Marinho de. **Memórias do Engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da Informação**. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018.

MACKEDANZ, Daiane. **O papel da identidade para a manutenção do pomerano na Serra dos Tapes, RS**. Pelotas, 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MALTZAHN, Gislaine Maria. **Família, ritual e ciclos de vida: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS)**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **Pomeranos no Espírito Santo: história de fé, educação e identidade**. Vitória: GSA, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliane Epifane. **Práticas de preservação da memória social nas instituições-memória da cidade de Belém (Pará)**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MARTINUZZO, José Antonio. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema**

nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

MUJICA, Marina Marchi. **Atitude, orientação e identidade linguística dos pomeranos residentes na comunidade de Santa Augusta- São Lourenço do Sul-RS- Brasil**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

NAKAMURA, Mariany Toriyama; GRIPPA, Giulia. Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.6, n.9, p.77-101, jul./dez. 2010.

NININ, Débora Marroco. **Linked Open Data em coleções de patrimônio cultural: aspectos da representação da informação para Humanidades Digitais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10538>. Acesso em: 19 jun.2022.

OLIVEIRA, A. L. T.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, I. F. Patrimônio Cultural Imaterial na Perspectiva da Ciência Da Informação: análise das produções científicas apresentadas no grupo de trabalho informação e memória no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Revista analisando em ciência da informação**, v. 05, p. 117-141, 2017.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de. **Cultura de matriz Afro-brasileira: um estudo à luz da história de vida de Vó Mera mestra da cultura popular de João Pessoa-Paraíba**. 2019. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2019.

OLIVEIRA, Danielle Alves de. **A informação patrimonial e a construção da memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3943>. Acesso em: 25 jan. 2021.

OLIVEIRA, Kadidja Valéria Reginaldo de. **A representação do patrimônio cultural na ciência da informação: uma análise das comunicações do ENANCIB (1994-2019)**. 2020. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PEREIRO. P. X. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. *In*: PORTELA, J.; CASTRO CALDAS, J. (Coords.). **Portugal, Chão**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 231-247.

PESSOA, Maria do Socorro. **Ontem e hoje: percurso linguístico dos pomeranos de Espigão D'Oeste-RO**. 1995. 242f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1583190>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PINHEIRO, L. M. S. **O papel do inglês e do pomerano na construção de identidades em comunidades pomeranas do ES.** 2018. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POTRATZ, Raphael Henrique Ferreira. **Uma pequena cidade capixaba: desafios frente à urbanização e a industrialização em Santa Maria de Jetibá/ES.** 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. O município. História. Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/o-municipio/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

RAMPAZO, Rosimara Tanajura Barbosa. **Museu de Santo André e a difusão da memória cultural local.** 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
doi:10.11606/D.27.2018.tde-26122018-114931.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul.** 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RAUTENBERG, M. Patrimônio, continuidade ou ruptura no uso e nas representações dos lugares? **Jornades Nacionais de Patrimoni Etnològic**, 2010.

ROCHA, Silvia Regina da Mota. **Construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano: informação como representação social.** 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo.** Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito, 2016.

ROSA, Moshe Dayan. **Reflexos jurídicos e sociais da imigração pomerana no estado do Espírito Santo.** 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 1.903, de 30 de agosto de 2016. Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Santa Maria De Jetibá. 2016. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L19032016.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 2.160, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Santa Maria de Jetibá. 2018. Disponível em:

<<https://www.diariomunicipal.es.gov.br/?r=site/acervoView&id=171961>> Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 2.515, de 27 de dezembro de 2021. Declara os “Trombonistas”, Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Santa Maria De Jetibá, 2021. Disponível:
<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L25152021.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 2.516, de 27 de dezembro de 2021. Declara os “Tocadores de Concertina”, Patrimônio Cultural Imaterial do município de Santa Maria de Jetibá, 2021. Disponível em:
<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L25162021.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 2.591, de 22 de agosto de 2022. Declara a “Casa Típica Pomerana”, Patrimônio Cultural Material do Município de Santa Maria de Jetibá. Disponível em:
<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L25912022.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei Municipal nº 2.610, de 07 de outubro de 2022. Declara A “Culinária Pomerana”, Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Santa Maria de Jetibá e institui oficialmente o “Dia da culinária pomerana”. Disponível em:
<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L26102022.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei nº 2.495, de 03 de novembro de 2021. Cria a Casa Municipal do Artesão e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/arquivo/documents/legislacao/html/124952021.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SANTOS, Paola Oliveira dos. **O papel da consciência fonoarticulatória na aquisição da escrita de falantes monolíngues e bilíngues (pomerano/português): dados de Arroio do Padre**. Pelotas, 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p.1051-1063,1999. Disponível em:
https://ils.unc.edu/courses/2013_spring/inls285_001/materials/Saracevic.T.1999.Information_science.JASIS.50.12.1051-1063.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

SCHAEFFER, Shirlei Conceição Barth. **Descrição fonética e fonológica do pomerano falado no Espírito Santo**. 2012. 130 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SCHEK, Gabriele. **Plantas medicinais e o cuidado em saúde em famílias descendentes de pomeranos no sul do Brasil**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) –

Programa de Pós Graduação em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

SCHMIDT, Adrielle. **A comida na cultura pomerana: simbolismo, identidade e sociabilidade.** 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes.** 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, 5, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais [...].** Foz do Iguaçu: Universidade da Integração Latino americana/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016, p. 29-52.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Danilo Kuhn da. **Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço do Sul/RS.** 2019. 398 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SILVA, Fábio Henrique Martins. **Fronteiras étnicas e estratégias de reprodução social dos pomeranos no município de Espigó D' oeste em Rondônia.** 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Felipe Bilharva da. **Produção oral e escrita dos róticos em Arroio do Padre (RS): avaliando a relação português/pomerano com base na fonologia gestual.** 2015. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿ilusión narcisista o reflexion es múltiples? Antípoda, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage.** London: Routledge, 2006.

SOUZA, Edivanio Duarte de Souza. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86 Acesso em: 10 maio 2022.

SOUZA, Luana Cyntia dos Santos. **Revitalização de línguas minoritárias em contextos plurilíngues: o pomerano em contato com o português.** 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 1-23, 2010. DOI: 10.5007/1518-2924.2010v15n29p1.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na ciência da informação. **Transinformação**, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009. DOI: 10.1590/S0103-37862009000300004. Acesso em: 26 jan. 2022.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. **Santa Rosa de Viterbo: mediações para uma discussão sobre a ideia de patrimônio cultural**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. A cidade como lugar de memória: mediações para a apropriação simbólica e o protagonismo cultural. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 61-72, 2009.

SPAMER, Helmar. **Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território**. 2017. 106 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SPINDLER, Magda Micheline. **Roteiros turísticos no espaço rural: estudo de caso do roteiro de turismo rural caminho pomerano em São Lourenço (RS), Brasil**. 2013. 267. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

TEIXEIRA, Andressa Ramos. **A contribuição das associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.27.2007.tde-19032008-183924.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. *Sillogés*, v.1, n.1, p. 41-60, jan./jul. 2018.

TREICHEL, Suzana Zehetmeyer. **Avaliação do desempenho térmico da Arquitetura Pomerana da Serra dos Tapes: estudo no Quarto Distrito de São Lourenço do Sul - RS**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar a sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do Estado do Espírito Santo**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por> Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

VAHL, Mônica Strelow. **Motivações para a alternância de código português-pomerano entre alunos do Ensino Médio do Arroio do Padre – RS**. Pelotas, 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

VARGAS, Rosimary Paula Ferreira. **Análise psicossocial da identidade pomerana e seus lugares de memória no Espírito Santo: um olhar sobre o Museu de Santa Maria de Jetibá**. 2016. 116f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

VARGAS, Rosimary Paula Ferreira et al. Identidade e lugares de memória no Museu da Imigração Pomerana. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 111-126, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2023.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas-RS (1931-1966)**. 2012. 275 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e Identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Rev. CPC**, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018.

APÊNDICE A – Teses e Dissertações da BDTD sobre “patrimônio cultural” na CI.

Título	Autor/Autora	Instituição	Ano
Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus	Amanda Pinto da Fonseca Tojal	Universidade de São Paulo	2007
A Constituição de coleções especializadas em artes cênicas: do imaterial ao documental	Marcelo Dias de Carvalho	Universidade de São Paulo	2009
Construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano: informação como representação social	Silvia Regina da Mota Rocha	Universidade Federal da Paraíba	2011
Santa Rosa de Viterbo: mediações para uma discussão sobre a idéia de patrimônio cultural	Willian Eduardo Righini de Souza	Universidade de São Paulo	2011
A informação patrimonial e a construção da memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP	Danielle Alves de Oliveira	Universidade Federal da Paraíba	2013
Patrimônio cultural, memória e preservação: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB	Eutrópio Pereira Bezerra	Universidade Federal da Paraíba	2014
Memória da ciência e da tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Stphanie Sa Leitao Grimaldi	Universidade Federal de Pernambuco	2016
Práticas de preservação da memória social nas instituições-memória da cidade de Belém (Pará)	Eliane Epifane Martins	Universidade Federal da Paraíba	2017
Patrimônios em devir: a fruição da informação dos patrimônios arqueológicos juntos aos seus atores no município de Camalaú, PB	Thaís Caitora	Universidade Federal da Paraíba	2018
Museu de Santo André e a difusão da memória cultural local	Rosimara Tanajura Barbosa Rampazo	Universidade de São Paulo	2018
Memórias do Engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da Informação	Elinildo Marinho de Lima	Universidade Federal de Pernambuco	2018
Linked Open Data em coleções de patrimônio cultural: aspectos da representação da informação para Humanidades Digitais	Débora Marroco Ninin	Universidade Federal de São Carlos	2018
Cultura de matriz Afro-brasileira: um estudo à luz da história de vida de Vó Mera mestra da cultura popular de João Pessoa-Paraíba	Ana Lúcia Tavares de Oliveira	Universidade Federal da Paraíba	2019
Entre o folclore e o patrimônio: um estudo de caso sobre o Centro de Arte Popular-Cemig	Amanda Dabéss de Carvalho	Universidade Federal de Minas Gerais	2019

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B – Teses e Dissertações da BDTD sobre “pomeran*”

Título	Autor/Autora	Instituição	Ano
Ontem e hoje: percurso linguístico dos pomeranos de Espigão D'Oeste-RO	Maria do Socorro Pessoa	Universidade Federal de Campinas	1995
Dificuldade no domínio de fonemas do português por crianças bilíngues de português e pomerano	Ludimilla Rupf Benincá	Universidade Federal do Espírito Santo	2008
Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes	Carmo Thum	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2009
Pomerano e luterano: com muita honra! identidade religiosa e identidade étnica em Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo: um estudo de caso	Gladson Pereira da Cunha	Universidade Presbiteriana Mackenzie	2010
Diferenças entre crianças monolíngues e multilíngues no desempenho de tarefas de funções executivas e na transferência de padrões de VOT (Voice Onset Time) entre as plosivas surdas do pomerano, do português e do inglês	Marta Helena Tessmann Bandeira	Universidade Católica de Pelotas	2010
Trabalho, Igreja e Boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do Espírito Santo	Jamily Fehlberg	Universidade Federal do Espírito Santo	2011
Professores(as) Pomeranos(as): um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana PROEPO desenvolvido em Santa Maria de Jetibá/ES	Adriana Vieira Guedes Hartuwig	Universidade Federal do Espírito Santo	2011
Simbologia do uso de plantas medicinais por agricultores familiares descendentes de pomeranos no Sul do Brasil	Gabriela Barcelos Delpino	Universidade Federal de Pelotas	2011
Plantas medicinais e o cuidado em saúde em famílias descendentes de pomeranos no sul do Brasil	Gabriele Schek	Universidade Federal de Pelotas	2011
A percepção de vogais do inglês por falantes monolíngues (português) e bilíngues (pomerano/português) e o papel do bilinguismo no processamento grafo-fônico-fonológico da L3	Paula Cristiane Bueno Kuhn	Universidade Católica de Pelotas	2011
A contribuição das associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural	Andressa Ramos Teixeira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2011
Panorama do câncer da pele em uma comunidade de Pomeranos do estado do Espírito Santo	Patricia Henrique Lyra Frasson	Universidade Federal de Minas Gerais	2012
Descrição fonética e fonológica do pomerano falado no Espírito Santo	Shirlei Conceição Barth Schaeffer	Universidade Federal do Espírito Santo	2012
Influência cultural pomerana: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da Comunidade Palmeira, Cerrito Alegre, terceiro distrito de Pelotas (RS)	Vanessa Patzlaff Bosenbecker	Universidade Federal de Pelotas	2012

Família, ritual e ciclos de vida: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS)	Gislaine Maria Maltzahn	Universidade Federal de Pelotas	2012
A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas- RS (1931-1966)	Patrícia Weiduschadt	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2012
Roteiros turísticos no espaço rural: estudo de caso do roteiro de turismo rural caminho pomerano em São Lourenço (RS), Brasil	Magda Micheline Spindler	Universidade de Caxias do Sul	2013
Influências fonológicas na aquisição da escrita do português por crianças bilíngues (pomerano/português brasileiro)	Marceli Tessmer Blank	Universidade Federal de Pelotas	2013
Atitude, orientação e identidade linguística dos pomeranos residentes na comunidade de Santa Augusta- São Lourenço do Sul-RS- Brasil	Marina Marchi Mujica	Universidade Federal de Pelotas	2013
Práticas e saberes da professora pomerana: um estudo sobre interculturalidade	Jandira Marquardt Dettmann	Universidade Federal do Espírito Santo	2014
Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo	Elizana Schaffel Bremerkamp	Universidade Federal do Espírito Santo	2014
Ser pomerana: histórias que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora	Marciane Cosmo	Universidade Federal do Espírito Santo	2014
Uma memória dos pomeranos sob as lentes de Ervin Kerckhoff: produção, guarda e circulação de imagens	Fred Pereira Alves	Fundação Getúlio Vargas	2014
Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil	Evander Eloí Krone	Universidade Federal de Pelotas	2014
Cultura e língua pomeranas: um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá Espírito Santo Brasil	Sintia Bausen Küster	Universidade Federal do Espírito Santo	2015
A comida na cultura pomerana: simbolismo, identidade e sociabilidade	Adriele Schmidt	Universidade Federal de Viçosa	2015
Produção oral e escrita dos róticos em Arroio do Padre (RS): avaliando a relação português/pomerano com base na fonologia gestual	Felipe Bilharva da Silva	Universidade Federal de Pelotas	2015
Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes	Maurício Schneider	Universidade Federal de Pelotas	2015
Agora nós somos camponeses! A territorialização dos camponeses pomeranos e o monumento natural dos pontões capixabas	Elaine Mundim Bortoleto	Universidade de São Paulo	2016
Uma professora pomerana e sua comunidade	Edineia Koeler	Universidade Federal do Espírito Santo	2016
O papel da identidade para a manutenção do pomerano na Serra dos Tapes, RS	Daiane Mackedanz	Universidade Federal de Pelotas	2016
O papel da consciência fonoarticulatória na aquisição da escrita de falantes monolíngues e	Paola Oliveira dos Santos	Universidade Federal de Pelotas	2016

bilíngues (pomerano/português): dados de Arroio do Padre			
Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul	Raquel Rau	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2016
Fronteiras étnicas e estratégias de reprodução social dos pomeranos no município de Espigão D' oeste em Rondônia	Fábio Henrique Martins da Silva	Universidade Federal do Amazonas	2016
Reflexos jurídicos e sociais da imigração pomerana no Estado do Espírito Santo	Moshe Dayan Rosa	Falculdades EST	2016
Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território	Helmar Spamer	Universidade de Brasília	2017
Motivações para a alternância de código português-pomerano entre alunos do Ensino Médio do Arroio do Padre – RS	Mônica Strelow Vahl	Universidade Federal de Pelotas	2017
Imigração e miséria no Brasil: o caso dos descendentes de pomeranos do município de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo	Janice Gusmão Ferreira de Andrade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2017
Revitalização de línguas minoritárias em contextos plurilíngues: o Pomerano em contato com o Português	Luana Cyntia dos Santos Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2017
Crenças Linguísticas de descendentes de pomeranos em três localidades paranaenses	Nilse Dockhorn Hitz	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel	2017
O papel do inglês e do pomerano na construção de identidades em comunidades pomeranas do ES	Lívia Melina da Silva Pinheiro	Universidade Federal do Espírito Santo	2018
Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa	Cristiano Gehrke	Universidade Federal de Pelotas	2018
Avaliação do desempenho térmico da Arquitetura Pomerana da Serra dos Tapes: estudo no Quarto Distrito de São Lourenço do Sul – RS	Suzana Zehetmeyer Treichel	Universidade Federal de Pelotas	2018
Análise das interferências produzidas nas falas de bilíngues em pomerano e português em Laranja da Terra, Espírito Santo	Izamara Marquardt Küster	Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais	2018
O contato português-pomerano na produção dos grupos [Cr] e [rC]: o caso das vogais suarabáticas	Felipe Bilharva da Silva	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2019
Percepção e conhecimento linguístico na aquisição da escrita de alunos bilíngues (pomerano/português)	Marceli Tessmer Blank	Universidade Federal de Pelotas	2019
Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço	Danilo Kuhn da Silva	Universidade Federal de Pelotas	2019

do Sul/RS			
Receitas culinárias pomeranas: integrando saberes e sabores em uma escola multisseriada do município de São Lourenço do Sul	Tamires Holz Gehrke	Universidade Federal de Pelotas	2020

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE C – Teses e Dissertações da BDTD sobre “Santa Maria de Jetibá”

Título	Autor/Autora	Instituição	Ano
Da penúria ao sucesso econômico: o processo de formação e desenvolvimento territorial de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo	Márcia Cristina Bergamin	Universidade de São Paulo	2016
Imagem e Memória: uma Análise da Escola Multisseriada na Comunidade do Campo em Santa Maria de Jetibá-ES	Juber Helena Baldotto Delboni	Universidade Federal do Espírito Santo	2016
Filhos da enxada: a desterritorialização do território camponês no Município de Santa Maria de Jetibá-ES	Rosaly Stange Azevedo	Faculdade de Direito de Vitória	2017
Uma pequena cidade capixaba: desafios frente a urbanização e a industrialização em Santa Maria de Jetibá/ES	Raphael Henrique Ferreira Potratz	Universidade Federal do Espírito Santo	2010

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE D – Roteiros das entrevistas semiestruturadas

Roteiro 1 - Pomeranos	Roteiro 2 – Agentes Culturais
<p>Perfil: Qual é o seu nome?</p> <p>Qual é a sua idade?</p> <p>Onde nasceu?</p> <p>Qual é a seu grau de escolaridade/ocupação/profissão?</p> <p>Quanto tempo reside em Santa Maria de Jetibá?</p> <p>Identidade: A sua família é de descendentes de pomeranos?</p> <p>Quantos da sua família moram em Santa Maria de Jetibá?</p> <p>Alguém saiu da região?</p> <p>Você se considera pomerano?</p> <p>Acredita que o povo pomerano e seus descendentes são estereotipados?</p> <p>Memória: Quais lembranças você tem da cidade em outros tempos?</p> <p>Gostaria de contar um pouco da sua vivência com seus pais, avós e demais familiares?</p> <p>Tem alguma história que marcou a sua vida e que gostaria de compartilhar?</p> <p>Patrimônio: Se recebesse uma visita, que não conhece a cidade, quais lugares a levaria para conhecer?</p> <p>O que prepararia para ela comer? E/ou qual comida típica recomendaria?</p> <p>Quais festividades, dependendo da época dessa visita, indicaria para participar?</p> <p>Você sente dificuldade em manter alguma tradição ou tem medo que ela acabe?</p> <p>Para você o que é Patrimônio Cultural?</p> <p>Você consegue identificar o patrimônio cultural pomerano em Santa Maria de Jetibá?</p>	<p>Perfil: Qual é o seu nome?</p> <p>Qual é a sua idade?</p> <p>Onde nasceu?</p> <p>Qual é a seu grau de escolaridade e profissão?</p> <p>Qual setor cultural trabalha?</p> <p>Quanto tempo reside em Santa Maria de Jetibá?</p> <p>Identidade: A sua família é de descendentes de pomeranos?</p> <p>Quantos da sua família moram em Santa Maria de Jetibá?</p> <p>Alguém saiu da região?</p> <p>Você se considera pomerano?</p> <p>Acredita que o povo pomerano e seus descendentes são estereotipados?</p> <p>Memória: Quais lembranças você tem da cidade em outros tempos?</p> <p>Gostaria de contar um pouco da sua vivência com seus pais, avós e demais familiares?</p> <p>Tem alguma história que marcou a sua vida e que gostaria de compartilhar?</p> <p>Patrimônio: Se recebesse uma visita, que não conhece a cidade, quais lugares a levaria para conhecer?</p> <p>O que prepararia para ela comer? E/ou qual comida típica recomendaria?</p> <p>Quais festividades, dependendo da época dessa visita, indicaria para participar?</p> <p>Você sente dificuldade em manter alguma tradição ou tem medo que ela acabe?</p> <p>Para você o que é Patrimônio Cultural?</p> <p>Você consegue identificar o patrimônio cultural pomerano em Santa Maria de Jetibá?</p>

<p>Para você o que é mais significativo da cultura pomerana?</p> <p>Você apontaria alguma ação que poderia ser realizada em prol da preservação da cultura pomerana?</p> <p>Você acredita que há incentivo suficiente na valorização, salvaguarda e fomento da cultura pomerana por parte do poder público?</p> <p>Existe alguma necessidade, na sua concepção, de mudança na cultura pomerana?</p> <p>Em sua opinião, o que não deveria ser alterado na cultura pomerana?</p>	<p>Para você o que é mais significativo da cultura pomerana?</p> <p>Você apontaria alguma ação que poderia ser realizada em prol da preservação da cultura pomerana?</p> <p>Você considera as políticas públicas de salvaguarda e fomento suficientes para preservação dos bens culturais?</p> <p>Quais as ações são realizadas para manutenção das tradições culturais no município?</p> <p>Acredita que as ações no âmbito federal, estadual e municipal nos últimos anos tem melhorado os incentivos ao fomento.</p> <p>Como tem sido a aproximação do poder público com as comunidades pomeranas locais?</p> <p>Como se estabelece a relação do município com os órgãos de cultura do estado e a superintendência do IPHAN no ES?</p>
--	---

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr.(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado **“Informação, Memória e Patrimônio Cultural na comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES)”** o objetivo da pesquisa é investigar os meios de preservação do patrimônio cultural pomerano da cidade praticados pelos imigrantes, por seus descendentes e pelo poder público a fim de colaborar com o fortalecimento do patrimônio cultural da comunidade pomerana e trazer novas discussões para o campo da Ciência da Informação. O(a) Sr.(a) recebeu o convite para uma entrevista porque é munícipe de Santa Maria de Jetibá e se reconhece descendente de pomeranos. Esta entrevista terá duração máxima de uma hora e meia, e ocorrerá em dia e local previamente agendados.

Ao participar deste estudo o Sr.(a) tem liberdade de se recusar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade ou prejuízo decorrente de sua recusa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Ao participar deste estudo o Sr.(a) não receberá qualquer vantagem financeira e não terá nenhum custo, caso exista haverá ressarcimento. Se por ventura o Sr.(a) sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem a você o direito de buscar indenização por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Solicito a autorização de som, e asseguro a confidencialidade e privacidade, a garantia que não será identificado quanto a divulgação dos resultados e que as informações disponibilizadas serão utilizadas somente para fins científicos do presente estudo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos e desconfortos aos participantes, nesta para o(a) Sr.(a) são o de compartilhar informações pessoais e confidenciais. No entanto, o Sr.(a) não precisa responder a qualquer pergunta que gere incômodo. Além disso, caso a entrevista seja longa, pode ocasionar cansaço, desconforto psicológico, irritabilidade, entre outros. Para minimizar tais riscos, todas as etapas serão desenvolvidas com cordialidade, respeitando seus limites e reciprocidade. Cabe ressaltar que as entrevistas serão gravadas e transcritas, a voz não será divulgada, somente as informações, quanto

a transcrição será enviada para que se verifique se está de acordo com o uso das informações disponibilizadas, ficando livre para retirar quaisquer informações que comprometam sua integridade ou possa causar dano moral. Após o período de dois anos iremos realizar o descarte do material gravado.

Também são esperados benefícios com esta pesquisa, pois as informações que o Sr.(a) disponibilizar, contribuirão com o alcance dos objetivos, o resultado será, principalmente, em prol da comunidade pomerana, uma vez que a pesquisa os dará oportunidade de dialogar e refletir sobre seu patrimônio, almeja ajudar a comunidade a se autoconhecer bem como a torná-la ainda mais conhecida através de suas manifestações culturais. Além da contribuição do reconhecimento e valorização da cultura, o estudo possibilitará a reflexão para aplicação de futuras estratégias de preservação da cultura e patrimônio na cidade. Outro benefício com as entrevistas é que a partir delas verificaremos se há desarticulação entre as políticas institucionais e as concepções e necessidades da comunidade sobre o patrimônio.

Se julgar necessário, o Sr.(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão.

Asseguramos ao(à) Sr.(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr.(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o(a) Sr.(a) pode contatar a qualquer tempo a pesquisadora responsável Gabriela de Oliveira Gobbi, no telefone (27) 99621-7957 ou e-mail: gobbi.gabriela@gmail.com.

Para relatar algum problema ou fazer alguma denúncia, o Sr.(a) também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/UFES) através do telefone (27) 3145-9820, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do Centro Ciências Humanas e Naturais, Goiabeiras (CCHN), Vitória - ES, CEP 29.075-910. O CEP/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Este documento (TCLE) será elaborado em duas vias, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr.(a), ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Tendo em vista as informações acima apresentadas, eu, declaro que fui verbalmente esclarecido sobre o presente documento, compreendendo todos os termos acima expostos, manifesto, portanto, meu consentimento em participar da pesquisa voluntariamente e autorizo divulgação dos dados obtidos.

Declaro ainda ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada e rubricada em todas as páginas por mim e pela pesquisadora.

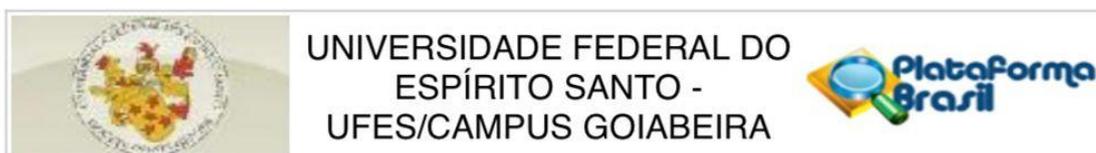
Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “Informação, Memória e Patrimônio Cultural na comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES)”, eu, Gabriela de Oliveira Gobbi, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da Pesquisadora

Santa Maria de Jetibá, _____, de _____, de 20_____.

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NA COMUNIDADE POMERANA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)

Pesquisador: GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65613922.2.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.836.335

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa propõe investigar o patrimônio cultural da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES) através também das narrativas de seus moradores. Para isso, buscaremos identificar os bens culturais junto à comunidade e analisar os múltiplos sentidos atribuídos a eles. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa será exploratória/descritiva, de abordagem qualitativa. Nos embasaremos em fontes

bibliográficas, documentais, bem como em informações registradas nas entrevistas semiestruturadas a partir das técnicas da História Oral. Para coleta

de informações realizaremos com dois grupos de dez indivíduos, ou seja, um total de 20 pessoas, que se reconhecem como descendente de pomeranos. Os membros dos grupos serão residentes da referida cidade e de três faixas etárias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os meios de preservação do patrimônio cultural pomerano de Santa Maria de Jetibá (ES) praticados pelos imigrantes, por seus descendentes e pelo poder público.

Objetivo Secundário:

1) abordar o patrimônio cultural como rede de interação e pelas políticas de salvaguarda e

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

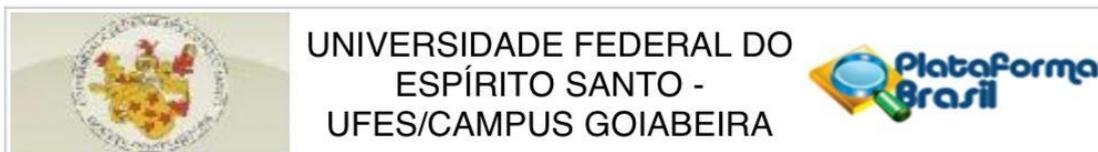
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.836.335

fomento nos âmbitos nacional, estadual e municipal; 2) mapear as ações desenvolvidas, nos âmbitos público e privado, para preservação do patrimônio cultural da comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá; 3) identificar o patrimônio cultural pomerano constituído pelos múltiplos sentidos e valores atribuídos por essa comunidade; 4) discutir as aproximações e distanciamentos entre produção, apropriação e preservação de valores, informações e memórias frente ações de instituições e interesses da comunidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os protocolos preliminares de ética em pesquisa contidos na Resolução CNS 510/2016, no qual essa pesquisa se guiará, indicam que os envolvidos devam ser informados antes e durante o processo de pesquisa sobre os possíveis riscos e ônus aos quais eles podem ser expostos. Os participantes podem recusar o convite para participar a qualquer momento. As entrevistas serão gravadas e transcritas, a transcrição será enviada para que se verifique se está de acordo com o uso das informações disponibilizadas, ficando livre para retirar quaisquer informações que comprometam sua integridade ou possa causar dano moral. Após o período de dois anos iremos realizar o descarte do material gravado. Além disso, quando tratamos da dimensão subjetiva esta pode trazer constrangimentos e caso a entrevista seja longa, pode ocasionar cansaço nos participantes entrevistados, desconforto psicológico, irritabilidade, entre outros. Para minimizar tais riscos, todas as etapas serão desenvolvidas com cordialidade, respeitando os limites e reciprocidade dos participantes. Caso o participante demonstre falta de vontade em participar das entrevistas, o processo poderá ser interrompido sem qualquer prejuízo para o participante. É importante destacar que, caso alguns participantes desejem fazer a entrevista em com mais uma ou duas pessoas pode haver entendimentos diferentes acerca de suas manifestações culturais. Os pesquisadores garantirão a divulgação dos resultados do estudo tanto para os participantes quanto para instituições envolvidas.

Benefícios:

O resultado desta pesquisa será, principalmente, em prol da comunidade pomerana, uma vez que

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27) 3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.836.335

o estudo os dará oportunidade dialogar e refletir sobre seu patrimônio, almeja ajudar a comunidade a se autoconhecer bem como a torná-la ainda mais conhecida através de suas manifestações culturais. Além da contribuição do reconhecimento e valorização da cultura, a pesquisa possibilitará a reflexão para aplicação de futuras estratégias de preservação da cultura e patrimônio na cidade. Outro benefício com as entrevistas e que a partir delas verificaremos se há desarticulação entre as políticas institucionais e as concepções e necessidades da comunidade sobre no patrimônio.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem fundamentada em seu corpo teórico e metodológico. Possui relevância social pois pode contribuir para a manutenção da identidade, história e tradições pomeranas no Estado do Espírito Santo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão adequados e em conformidade com as normativas vigentes.

Recomendações:

No caso de entrevista de integrante da comunidade pomerana que não se comunique em língua portuguesa, o TLCE deverá ser escrito e lido em língua pomerana, bem como a entrevista.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta pendências ou lista de inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2029063.pdf	30/11/2022 10:55:40		Aceito
Cronograma	Cronograma_de_atividades_Gabriela_Gobbiassinado.pdf	30/11/2022 10:55:08	GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_qualificacao_Gabriela_Gobbi.pdf	30/11/2022 10:54:21	GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_Gabriela_Gobbi.pdf	30/11/2022 10:49:36	GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.836.335

Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_Gabriela_Gobbi.pdf	30/11/2022 10:49:36	GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_GabrielaGobbi2.pdf	30/11/2022 10:46:13	GABRIELA DE OLIVEIRA GOBBI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 22 de Dezembro de 2022

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com